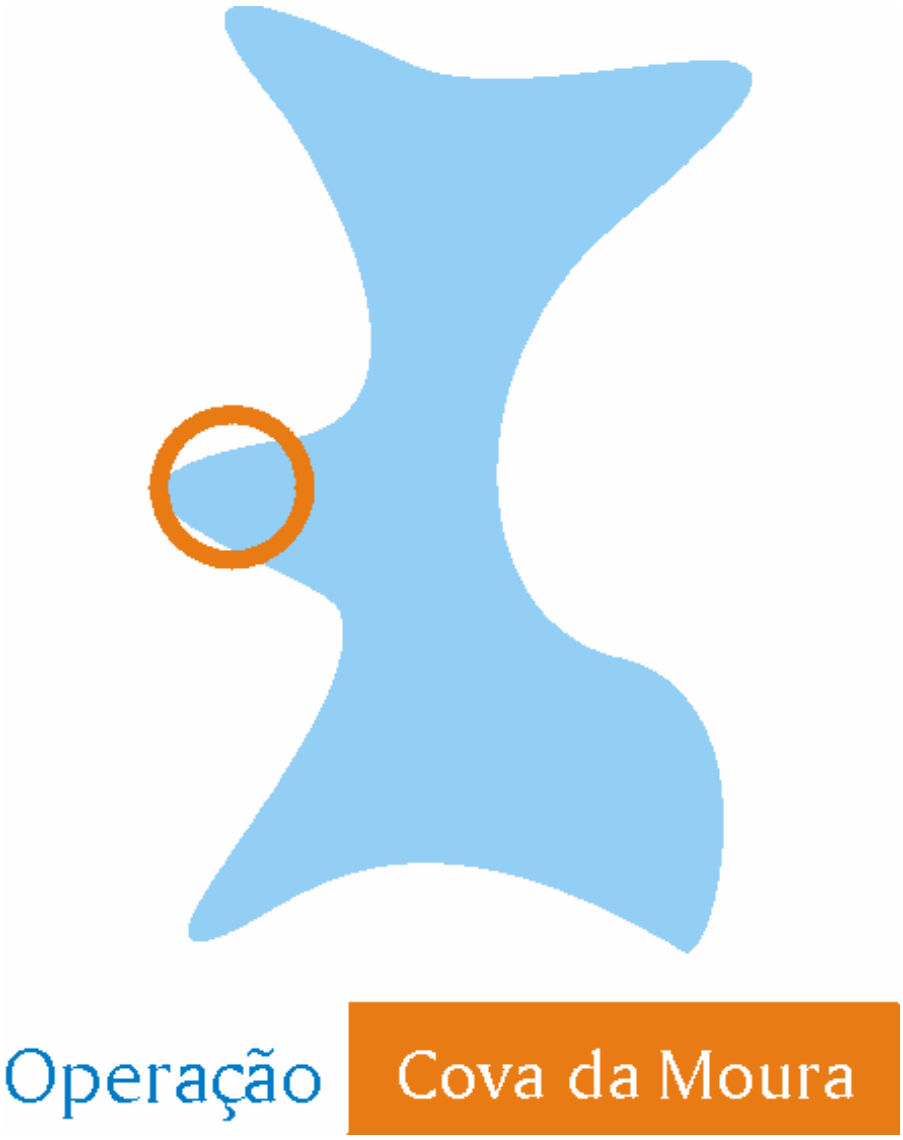


VOLUME III – MEMÓRIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

Iniciativa Bairros Críticos

Lisboa – Julho de 2006

VOLUME III – MEMÓRIA DO PROCESSO PARTICIPATIVO

RCM 143/2005 – INH – JULHO DE 2006

EQUIPA

COORDENAÇÃO GERAL

- Jorge Malheiros, Geógrafo
- Lia Vasconcelos, Sistemas Sociais
- Francisco Silva Alves, Engenheiro Civil

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

- Patrícia Figueiredo, Urbanista
- Ana Mascarenhas, Jurista

PAINEL DE TÉCNICOS ESPECIALISTAS

Quadro Jurídico Urbano

- Manuel Malheiros, Jurista
- Miguel Patrício, Jurista

Análise Social

- Ana Paula Beja Horta, Socióloga

Economia Local

- Guilherme Pereira, Economista

Urbanismo

- Eduardo Campelo, Arquitecto
- Pedro Cunha

APOIO TÉCNICO

- Ursula Caser, Mediadora Ambiental
- Ana Ribeiro, Engenheira do Ambiente

PAINEL DE PERITOS

- Nuno Teotónio Pereira, Arquitecto
- Lucinda Fonseca, Geógrafa

COLABORADORES

- Alunos do Mestrado de Estudos Urbanos (FL-UL)
- Alunos finalistas de Engenharia do Ambiente (FCT-ULN)

AGRADECIMENTOS

*À **População da Cova da Moura**, pela abertura que facilitou o nosso trabalho,*
pelo contacto que nos envolveu no terreno,
pela riqueza que nos faz crer que todo o trabalho valeu a pena.

*À **Escola EB1/JI Cova da Moura** e às **Associações Locais** pela colaboração, disponibilizando*
suas instalações, seus funcionários e pelos inesquecíveis "comes e bebes"
que nos deram ânimo para continuar os trabalhos.

*Ao **GPL**, pela paciência, pela disponibilidade de horários, pelo envolvimento,*
pela colaboração e pela vontade em encontrar um caminho seguro.

*Ao **INH**, pelo suporte oferecido a esta operação,*
sem o qual teria sido difícil ultrapassar algumas dificuldades,
tendo estas sido superadas pela troca de informações.

Obrígado a todos pela colaboração!

Obrígadu a nós todos pa trabalhu kí nu fazí!

Obrígadu a nós tude pa traboí `que nó fazé!

Agradece-se a Mariana Oliveira que também colaborou no desenvolvimento deste documento

GLOSSÁRIO – SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

ATL – Atelier de Tempos Livres

ACMJ – Associação Cultural Moinho da Juventude

ASSACM – Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

CDSS – Centro Distrital de Segurança Social

CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CLAS – Conselho Local de Acção Social

CMA – Câmara Municipal da Amadora

CSPNSMDB – Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca

CDACM – Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura

DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa

EB1– Escola Básica do 1.º Ciclo

EB2 – Escola Básica do 2.º Ciclo

GAT – Gabinete de Apoio Técnico

GPL – Grupo de Parceiros Locais

GTIM – Grupo de Trabalho Interministerial

INH – Instituto Nacional da Habitação

INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres

IPJ – Instituto Português da Juventude

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico

ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada

JI – Jardim de Infância

MAI – Ministério da Administração Interna

MC – Ministério da Cultura

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

PAC – Periféricos da Administração Central

PAII – Programa de Apoio à Integração de Idosos

PDM – Plano Director Municipal

PI – Parceiros Individuais

PL – Parceiros Locais

PORLVT – Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

PSP – Polícia de Segurança Pública

RSI – Rendimento Social de Inserção

SEH – Secretaria do Estado da Habitação

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 9
2. METODOLOGIA 11
2.1. Abordagem de interacção activa 11
2.1.1 reuniões de trabalho com o gpl 12
2.1.2. Workshops alargados à população local 16
2.1.3. Workshop à população local jovem 17
2.1.4 participação na assembleia de moradores e reuniões com as associações locais e entidades da administração publica 18
2.2. Abordagem de suporte 18
3. RESULTADOS E LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM PARTICIPATIVA 21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 23
5. RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE ACÇÃO PARA O FUTURO 24
ANEXOS 25
Anexo 1.1.1 26
Anexo 1.1.2 29
Anexo 1.2.1 31
Anexo 1.2.2 35
Anexo 1.3.1 37
Anexo 1.3.2 46
Anexo 1.4.1 49
Anexo 1.4.2 56
Anexo 1.5.1 58
Anexo 1.5.2 64
Anexo 1.6.1 66
Anexo 1.6.2 71
Anexo 1.7.1 73
Anexo 1.7.2 78
Anexo 1.8.1 81
Anexo 1.8.2 86
Anexo 1.9.1 89
Anexo 1.9.2 100
Anexo 1.10.1 102
Anexo 1.10.2 109
Anexo 1.11.1 112

Anexo 1.11.2 117
Anexo 1.12.1 120
Anexo 1.12.2 128
Anexo 2.1.1 131
Anexo 2.1.2 169
Anexo 2.1.3 171
Anexo 2.2.1 177
Anexo 2.2.2 198
Anexo 2.2.3 200
Anexo 2.3.1 203
Anexo 2.3.2 216
Anexo 2.3.3 220
Anexo 3.1 223
Anexo 3.2 227
Anexo 3.3 229

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui o relatório referente ao processo participativo, realizado no âmbito do projecto ***Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos*** (Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 2 de Agosto), no cumprimento da agenda proposta para o Processo de Intervenção Participada Sócio-Territorial, pelo o Gabinete de Apoio Técnico GAT) da Cova da Moura, concelho da Amadora.

Fig. 1 - Reunião da Associação de Moradores no dia 2 de Abril de 2006

O relatório descreve o processo de gestão participada de acordo com as abordagens de intervenção no terreno, a que esta componente recorreu, nomeadamente:

- uma **Abordagem de Interacção Activa**, baseada na realização de reuniões com o Gabinete de Parceiros Locais (GPL), na organização de workshops alargados a todos os interessados no processo e workshops envolvendo um grupo especifico, e ainda em contactos pessoais com elementos chave da comunidade local.
- uma **Abordagem de Suporte**, para aprofundar os resultados da interacção activa, fazer o tratamento da informação gerada e preparar os novos documento a serem debatidos e estabilizados assegurando a continuidade da circulação da informação e a evolução nas fases do processo;
- uma **Abordagem de Paralela**, para complementar a informação coligida e manter um contacto de continuidade, através da aplicação de mecanismos de reforço da participação, tais como: (1) inquérito/entrevistas para caracterização dos parceiros; (2) criação de Espaços de Atendimento/Continuidade; (3) criação de elementos de continuidade com os parceiros;
- uma **Abordagem de Acompanhamento Socio-Territorial**, para aprofundamento, debate, estabilização e validação (1) do Diagnóstico; (2) da análise SWOT; (3) dos Eixos Estruturantes; (4) dos Pilares de Acção; (4) do Plano de Acção; (5) Modelo de Gestão.

Este relatório cingiu-se exclusivamente à informação referente ao processo participativo, incluindo aspectos chave com ele relacionados como redes relacionais e capacitação. Na elaboração deste documento recorreu-se à informação produzida no âmbito dos diversos estudos e projectos relativos à área em estudo. A esta informação adicionou-se os resultados das entrevistas exploratórias com técnicos e actores locais, bem como os elementos recolhidos nas sessões de trabalho colaborativo com o GPL.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados obtidos durante cada uma das abordagens utilizadas no processo participativo, propomos a consulta dos seguintes documentos em anexo:

- actas das reuniões entre o GAT e GPL (ver anexos 1);
- relatório dos *workshops* (ver anexos 2);
- relatório dos inquéritos e entrevistas ao GPL (ver anexos 3).

2. METODOLOGIA

2.1. ABORDAGEM DE INTERACÇÃO ACTIVA

De uma forma específica a abordagem de interacção activa recorreu a duas metodologias distintas, com vista a um envolvimento activo dos actores-chave locais:

1. A realização de **reuniões de trabalho entre o GAT e o GPL e entre o GAT e várias associações locais, nomeadamente a Associação de Moradores do Bairro Alto Cova da Moura, a Associação Cultural Moinho da Juventude**. Houve também reuniões com a **Comissão de Bairro** que além de integrar as associações já referidas inclui também o Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura[1] e o Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca para garantir o envolvimento efectivo e activo dos parceiros locais na gestão do processo de requalificação;

2. A realização de dois ***Workshops* alargados à população local**, de carácter participativo, aberto a todos, onde se previu o envolvimento de quem quisesse participar e desejasse debater as suas ideias sobre o bairro da Cova da Moura.

3. A realização de um **Workshop com os Jovens**, visando o envolvimento intenso, efectivo e mobilizador com os mais novos, identificados como um grupo alvo (50% da população local tem < de 20 anos) e que se manteve ausente das outras acções de participação alargada.

4. A realização de **reuniões/entrevistas** com entidades da administração pública ou outras a trabalharem no bairro ou sobre o bairro, para recolha de informação, validação de informação recolhida ou para encorajar um envolvimento mais directo.

Estas acções recorreram frequentemente a técnicas de participação interactiva de modo a fomentar o diálogo entre todos os participantes e facilitar o debate, potenciando uma discussão aberta e transparente, a circulação efectiva de informação e o desenvolvimento de soluções colaborativas construídas conjuntamente. O trabalho desenvolvido em cada um destes espaços de diálogo possuiu uma continuidade própria, construída sobre documentos de trabalho à medida que os mesmos eram elaborados de modo a assegurar

[1] Actualmente Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura

um faseamento progressivo até ao desenvolvimento de uma proposta de acção conjunta, que encerrou o processo.

Esta filosofia de intervenção foi aplicada nos mais diversos pormenores, tais como a escolha do local das reuniões de trabalho e do *workshop* (a EB1/JI Cova da Moura), visando assegurar um espaço de encontro independente inicial e que posteriormente, com o construir de capital de confiança mutua, se alargou às instalações de outras instituições locais (Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura - a antiga Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura - e Associação Cultural Moinho da Juventude). A última reunião, a décima terceira, que fechou esta fase da iniciativa decorreu na Junta de Freguesia da Buraca.

A filosofia de intervenção procurou também responder a necessidades identificadas durante o processo, como seja, a introdução de melhorias ao funcionamento de todo o processo participativo, nomeadamente o incluir de residentes nos debates das sessões de trabalho do GPL, a criação de um espaço para apresentação de questões/soluções no final das reuniões de trabalho do GPL para uma abordagem mais directa às entidades responsáveis de aspectos com necessidade de resolução urgente.

A abertura dos trabalhos do GPL aos residentes, se bem que tenha tornado o processo mais transparente para uma população mais alargada criou alguma tensão que teve de ser gerida na facilitação visando evitar o intensificar dos conflitos e potenciar um dialogo construtivo focado nos objectivos da iniciativa.

2.1.1 Reuniões de trabalho com o GPL

No que se refere às reuniões de trabalho do GAT foram realizadas, no período entre Fevereiro e Julho de 2006, doze reuniões com o GPL.

A primeira reunião com o GPL, realizada a 8 de Fevereiro de 2006, foi convocada pelo Instituto Nacional da Habitação (INH) e teve por objectivos principais a apresentação da equipa do GAT; o agendamento do início dos trabalhos; e o assegurar da criação de uma plataforma de apoio através de trocas de informações.
Uma das carências diagnosticadas nesta reunião foi a necessidade de reservar um período de tempo para a discussão de aspectos pendentes que preocupavam directamente os

parceiros envolvidos. Para alcançar este objectivo foi acordado agendar, na programação das reuniões posteriores, um bloco final de tempo para a apresentação de questões/soluções. Pretendeu-se, assim, permitir aos parceiros intervenientes a possibilidade de interpelar directamente os técnicos quanto ao andamento de assuntos dependentes de resolução (ver acta no anexo 1.1.1).

Na segunda reunião entre o GAT e o GPL, realizada a 15 de Fevereiro de 2006, promoveu-se o envolvimento activo dos parceiros no arranque dos trabalhos; o estabelecer de um ambiente de trabalho positivo e construtivo entre as partes; e o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho comum.
A sessão foi dividida em quatro partes: 1) uma recepção informal para descontrair e permitir o desenvolvimento de contactos; 2) um espaço para a realização de trabalhos em grupos; 3) a discussão dos resultados em equipas; 4) um espaço final de apresentação de questões/soluções. Esta reunião permitiu ao GPL registar e avaliar um conjunto factos/aspectos identificados com a vida no bairro, de acordo com critérios de agrado e desagrado; bem como avaliar e registar as actividades já desenvolvidas (ver acta no anexo 1.2.1).

A terceira reunião, decorreu a 29 de Março de 2006, tendo por objectivos: informar e actualizar o GPL sobre o desenvolvimento dos trabalhos do GAT; iniciar o debate e definição da análise SWOT; e contribuir para a resolução de alguns dos problemas do bairro através da criação do espaço questões/soluções.
A sessão foi dividida em quatro momentos: 1) uma recepção informal; 2) um painel para informação e actualização sobre os trabalhos do GAT; 3) um espaço para debate e estabilização do SWOT, com apresentação dos resultados no final; 4) um espaço para apresentação de questões/soluções.
Uma das conclusões importantes desta reunião foi a decisão da criação de um espaço de atendimento à população, com a presença, a tempo parcial, na EB1/JI Cova da Moura, de um técnico do GAT, que passou a funcionar todas as quintas das 14h às 17h (ver acta no anexo 1.3.1). Foi ainda endereçado um convite para a participação do GPL no *Workshop* alargado

No dia 3 de Maio de 2006, procedeu-se a **quarta reunião** entre o GAT e o GPL (ver acta no anexo 1.4.1). O principal objectivo foi debater e validar a análise SWOT. A sessão foi

dividida em dois momentos: 1) recepção informal dos participantes; 2) debate e aprovação da análise SWOT, via estabilização dos resultados e sua validação pelos intervenientes. Um dos resultados importantes desta reunião, foi a validação do SWOT, bem como a selecção de aspectos mais relevantes e sua hierarquização. No final da reunião foi distribuído pelo GAT uma proposta para pilares para o plano de acção para serem discutidos.

No dia 24 de Maio de 2006 aconteceu a **quinta reunião**, tendo por objectivos: o debate e a validação dos pilares/eixos de intervenção para o Plano de Acção e a estabilização do diagrama com os eixos estruturantes para o Plano de Acção. Os pilares de acção foram discutidos, ajustados e no final hierarquizados pelos participantes. Como resultado, os pilares de acção ficaram estabilizados e validados pelo grupo do GPL. (ver acta no anexo 1.5.1)

A **sexta reunião**, decorreu a 7 de Junho de 2006, tendo por objectivos: apresentar e discutir fichas de Planos de Acção preenchida pelos parceiros e identificar os critérios a serem seguidos pelo GAT (e GPL) na sistematização dos projectos apresentados. Além de se terem debatido as acções, organizando-as por pilares, o GPL consensualizou os critérios que deveriam presidir a selecção de projectos. (ver acta no anexo 1.6.1)

A 22 de Junho de 2006 ocorreu a **sétima reunião**, tendo por objectivos: apresentar e debater o Plano de Acção, organizados por conjuntos de pilares de intervenção. Isto foi feito inicialmente por grupos por pilar e posteriormente apresentado a todos e debatido em plenário. (ver acta no anexo 1.7.1)

A **oitava reunião** ocorreu a 29 de Junho de 2006, tendo por objectivos: apresentar e debater em sede do GPL, o Plano de Acção que resultou da fusão dos vários contributos dos parceiros GPL. A sessão, contínua, centrou-se na discussão dos Eixos de Intervenção 1 e 2, sendo o Eixo 1: Um bairro legal para todos e Eixo 2 : Um bairro qualificado e aberto ao exterior. (ver acta no anexo 1.8.1)

Na **nona reunião**, a 1 de Julho de 2006, discutiu-se os 7 eixos de intervenção do Plano de Acção. O que foi consensualizado. (ver acta no anexo 1.9.1)

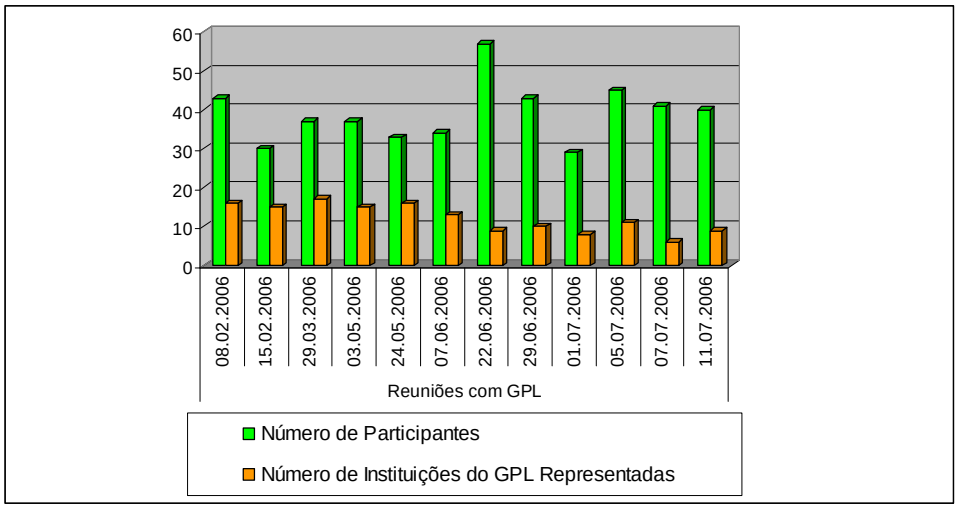
Na **décima reunião**, a 5 de Julho de 2006, foram revistos e validados os 7 eixos estratégicos e todas as acções/medidas previstas presentes no Plano de Acção. No final, o GPL recebeu 10 votos, cada representante, para votarem e identificarem quais entidades do GPL deveriam ser envolvidas no modelo de gestão. Como resultado é de salientar que as duas organizações com o peso dominante são o INH logo seguido pela Câmara Municipal da Amadora. (ver acta no anexo 1.10.1)

Na **décima primeira reunião**, a dia 7 de Julho de 2006, além de se verificarem os ajustes que tinham sido sugeridos ao plano de acção, permitiu também iniciar o debate quanto ao Modelo de Gestão, tendo os participantes a oportunidade de trocar impressões e identificar os aspectos dominantes. (ver acta no anexo 1.11.1)

Por fim, a **décima segunda reunião** ocorreu no dia 11 de Julho de 2006, sendo os objectivos da reunião: validar o Modelo de Gestão e esclarecer alguns pontos do Plano de Acção. Das discussões do GPL, resultaram a validação do Modelo de Gestão, resultado da fusão e adaptações do Modelo de Gestão-Hipótese Preliminar e Modelo de Gestão de Rabo de Peixe, bem como também ficou validado o Plano de Acção. (ver acta no anexo 1.12.1)

A **décima terceira** reunião, a 19 de Julho, encerrou esta fase da iniciativa. Nesta reunião os participantes - GPL e residentes - foram informados pelo INH, que liderou a reunião, dos próximos passos previstos. A reunião foi também utilizada para se fazer uma avaliação sumária de como tinham decorrido os trabalhos, tendo havido vários agradecimentos, em especial pela boa colaboração conseguida.

O gráfico identifica o nível da participação dos elementos do GPL nos trabalhos realizados com o GAT, nessa etapa da Iniciativa Bairros Críticos (RCM 143/2005). Cabe ressaltar que o GPL foi composto inicialmente por 26 instituições. Em nenhuma das reuniões estiveram todas as entidades presentes. Algumas instituições estiveram sempre representadas por mais de uma pessoa.



2.1.2. *Workshops* alargados à população local

O 1º ***Workshop* Participativo** realizou-se a 25 de Abril de 2006, na escola EB1, e contou com a presença de cerca de 160 participantes, consistindo no primeiro momento de participação activa alargada da iniciativa (ver acta no anexo 2.1.1).

A actuação da equipa organizadora foi a de facilitar a participação efectiva dos intervenientes, de forma estruturada, proporcionando um ambiente de trabalho interactivo, apropriado ao diálogo informado e alargado e capaz de conduzir ao desenvolvimento de ideias construtivas. O *Workshop* teve três objectivos distintos:

- identificar os principais problemas associados ao bairro da Cova da Moura com a elaboração de uma ficha de trabalho para a resolução do problema;
- discutir uma ideia de continuidade para a Cova da Moura e possíveis soluções para resolver o impasse com que a população actualmente se confronta .
- identificar uma visão conjunta para o futuro do bairro da Cova da Moura.

O *Workshop* foi dividido em três momentos: 1) Recepção e registo dos participantes; 2) Organização de grupos de trabalho de 4 a 5 participantes, divididos por 4 salas, para debaterem as potencialidades e os problemas do bairro; 3) Plenário final.

Durante o segundo momento do *Workshop*, utilizou-se uma metodologia de trabalho, idêntica em todas as salas, que consistiu: (1) num *brainstorming* inicial dentro de cada grupo em que se decidiria qual o principal problema associado à Cova da Moura; (2) após um período de reflexão por parte dos participantes, cada grupo contribuiu com a indicação do problema principal do bairro; (3) cada grupo trabalhou uma ou mais fichas, relativas ao

problema identificado; (4) após a conclusão da ficha de trabalho desenvolveu-se um poster, cuja função foi sustentar visualmente a apresentação em plenário e aliciar os restantes participantes para a relevância do que estava a ser apresentado.

Foi assim possível debater questões tão prementes como a insegurança; o tráfico de droga; a convivência com os vizinhos; a estigmatização social do bairro; as condições de habitação; a recolha do lixo e a legalização da propriedade, entre outras.

Num terceiro momento, coincidente com o plenário final, procedeu-se à apresentação dos *posters* por um representante eleito em cada grupo, e gerou-se um debate final, do qual emergiu – resumida por Lia Vasconcelos e baseada nos vários contributos – a visão conjunta de futuro para o bairro da Cova da Moura.

O **2º *Workshop* Participativo** realizou-se a 27 de Maio de 2006, na escola EB1, e contou com a presença de cerca de 69 participantes. O processo iniciou-se com uma identificação de palavras-chave, por parte dos participantes que foram chegando, que traduzissem para eles o bairro. A grande maioria das palavras referidas tem um cariz positivo. Na fase seguinte os participantes procuraram, considerando os pilares de acção, identificar acções que lhes respondessem. (ver acta no anexo 2.2.1)

As ideias veiculadas foram posteriormente consideradas pelo GAT no desenvolvimento do plano de acção.

2.1.3. *Workshop* à população local Jovem

O ***Workshop* Participativo com os jovens** realizou-se a 1 de Junho de 2006, na Associação Clube Desportivo da Cova da Moura, e contou com a presença de cerca de 70 participantes. Além de ter permitido chegar a uma população dominante no bairro (cerca de 50% da população do bairro tem menos de 20 anos) este contacto mais directo permitiu recolher a percepção dos jovens no que se refere ao bairro e identificar a visão que os mesmos têm para o futuro do mesmo. (ver acta no anexo 2.3.1)

O momento foi também usado para conduzir um inquérito no sentido de completar os dados do GAT, na caracterização e diagnóstico da Cova da Moura.

2.1.4 Participação na Assembleia de Moradores e reuniões com as Associações Locais e entidades da administração pública

Logo no início do processo, das reuniões entretanto realizadas com o GPL, verificou-se a necessidade de alargar o espectro de intervenientes, nomeadamente através do envolvimento directo de moradores do bairro na iniciativa. Uma vez que estava previsto um *workshop* alargado com a população, o GAT endereçou um convite à participação ao GPL.

Este convite foi reforçado presencialmente na reunião da **Assembleia da Associação de Moradores Cova da Moura**, a 2 de Abril, para a qual o GAT tinha sido convidado. Estiveram presentes nesta reunião os cinco elementos do GAT: Lia Vasconcelos, Ana Mascarenhas, Patrícia Figueiredo, Silva Alves e Jorge Malheiros. Estiveram também presentes dois representantes do Instituto Nacional da Habitação (INH): Maria João Freitas e Susana Sousa. Esta reunião serviu para o esclarecimento dos participantes sobre os objectivos da ***Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos***, o encorajar de todos a envolverem-se no processo. e usou-se a oportunidade para fazer a distribuição de convites a toda a população do bairro solicitando a sua comparência num *workshop* alargado a toda a população. (ver convite no anexo 2.1.2)

Durante processo foram realizadas diversas reuniões com as **Associações Locais** e mais tarde com a **Comissão de Bairro** que as integra. Estas reuniões, num total de três, foram usadas de forma a discutir aspectos específicos do bairro, auscultar de uma forma mais directa as sensibilidades diversas e proceder a esclarecimentos sobre a iniciativa e seu processo.

Foram também realizadas diversas reuniões/entrevistas com entidades da **administração pública** a trabalhar no bairro ou sobre ele para a recolha de informações mais detalhadas.

2.2. ABORDAGEM DE SUPORTE

Com vista a reforçar os ganhos obtidos com a abordagem de Interacção Activa, foram implementados vários mecanismos de reforço da intervenção participada. Nestes incluem-se os seguintes:

1. **Inquéritos aos Parceiros para Caracterização do Bairro** – Com o objectivo de recolher, de forma sistematizada, a informação existente sobre o bairro e sobre as instituições que nele operam, desenvolveu-se uma ficha de inquérito (ver anexo 3.1) que foi aplicada a todos os parceiros do GPL. Das 31 fichas entregues, apenas 3 não foram entregues, dada a indisponibilidade de alguns parceiros e/ou dificuldades de compatibilização de agendas. O relatório da actividade encontra-se em anexo (ver anexo 3.3).

2. **Criação de Espaços de Atendimento/Continuidade** – Com o objectivo de manter uma continuidade do contacto com a população local, foi criado um espaço informal de atendimento, a funcionar na EB1/JI Cova da Moura, todas as quintas-feiras, entre as 14:00 e as 16:00h. Neste espaço procedeu-se à actualização da informação ao público sobre o projecto; e à recepção de sugestões, dúvidas e preocupações. As dúvidas veiculadas permitem ainda o encaminhamento para a entidade do GPL responsável pelo assunto. Por fim, o espaço permite a introdução de melhorias no processo de comunicação/participação local. Este contacto mais directo permitiu aos residentes colocarem questões de ordem mais geral, e foi uma forma de manter um contacto mais directo com as populações locais. Uma série de preocupações foram apresentadas e encaminhadas para os parceiros mais adequados para lhes dar resposta. Dessas preocupações, de ordem variada, cite-se por exemplo, a queixa de moradores doentes, com incapacidades ou deficiências na locomoção, que se vêem aflitos quando necessitam ir ao hospital, pois os táxis não entram no bairro e por vezes, também se recusam a entrar as ambulâncias.

3. **Criação de Elementos de contacto permanente com os Parceiros** - Um dos técnicos do GAT, assume a ligação permanente ao terreno, estando à sua responsabilidade o contacto directo, sempre que necessário, com os vários parceiros locais, de forma a assegurar uma articulação das várias actividades e contactos.

4. **Desenvolvimento de contactos/entrevistas** - para apoio à recolha dos dados imprescindíveis para a caracterização e diagnóstico, vários membros da equipa encontraram-se com actores-chave da comunidade, tendo havido varias reuniões entre

o GAT e as associações locais, organismos públicos parte do GPL e outros, e a Comissão de Bairro. Estas reuniões permitiram estabelecer uma relação mais directa, esclarecer os parceiros chave de uma forma mais directa e responder a preocupações de ordem vária.

5. **Estabilização e Validação Participada do Diagnóstico, da Análise SWOT, dos Eixos Estruturantes, dos Pilares de Acção, do Plano de Acção e do Modelo de Gestão -** de forma a actualizar, de acordo com o dinamismo e evolução do Bairro, um conjunto de análises e propostas, elaboraram-se documentos resultante da fusão dos vários contributos e informação recolhida para as diversas fases, que foram estabilizados e validados de forma participada em sede de GPL. Neste processo os documentos foram posteriormente trabalhados e actualizados de acordo com as contribuições dos diferentes parceiros que foram registadas e incorporadas.

3. RESULTADOS E LIMITAÇÕES DA ABORDAGEM PARTICIPATIVA

Entre os inúmeros resultados da abordagem participativa que se realizou no Bairro da Cova da Moura, no âmbito do projecto Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos, podem-se listar os seguintes como os principais:

- **Identificação dos problemas-chave** que assolam o bairro da Cova da Moura;
- **Estabilização e Validação do Diagnóstico, da Análise SWOT, dos Eixos Estruturantes, dos Pilares para a Acção, do Plano de Acção, do Modelo de Gestão** através do debate e participação activa dos actores parceiros chave da Iniciativa;
- **Estabelecimento de uma Visão de Conjunto e Acções** para o bairro Cova da Moura, através de um plenário alargado e no resultado de dois workshops com a presença dos moradores e actores locais;
- **Envolvimento directo de jovens** num workshop para uma auscultação directa uma vez que estiveram ausentes das outras acções desenvolvidas no contexto;
- **Fortalecimento dos níveis de participação** por envolvimento de outros participantes, nomeadamente de moradores e dos actores locais;
- **Identificação de outros parceiros locais** que devem potencialmente participar num trabalho futuro de requalificação do bairro.

Podemos ainda considerar que do processo participativo foram produzidos uma série de resultados intangíveis que habitualmente decorrem dos processos participativos, como por exemplo:

- Melhor compreensão entre os actores locais acerca dos problemas e oportunidades que o Bairro da Cova da Moura enfrenta;
- Desenvolvimento de crescentes relações de confiança entre os diferentes parceiros e entre os parceiros e o GAT;
- Desenvolvimento de conceitos partilhados;
- Desenvolvimento de esforços e trabalho colaborativo;
- Aprendizagem mutua efectuada a partir de diferentes bases de conhecimento e experiências;
- Actores locais melhor informados acerca do processo de gestão participada e do papel que cada um pode desempenhar neste projecto comum.
- Uma maior responsabilização no processo;

Entre as limitações e dificuldades registadas, há que sublinhar as seguintes:

- Importantes constrangimentos ao nível do cronograma, decorrentes da obrigação de respeitar os prazos curtos e predefinidos, o que permanece como uma forte limitação, dado que um processo participativo visando uma maturidade efectiva exige uma duração para a sua maturação;
- Algum cansaço por parte de moradores e actores locais quando confrontados com a necessidade de responder a inquéritos e com uma intensidade excessiva de reuniões num curto espaço de tempo.
- Alguns conflitos extra iniciativa, identificados quando da participação nas reuniões do GPL por parte dos moradores, que estão latentes e ficaram por resolver;
- Um envolvimento efectivo e continuo de 17 do total dos 26 parceiros locais;

Apesar do impacto destas limitações/dificuldades, as mesmas não impuseram nenhuma restrição incontornável à implementação desta componente, nomeadamente no que respeita à recolha de informações e ao envolvimento activo da comunidade nas iniciativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conclusões da componente participativa deste projecto é que, apesar da relevância das problemáticas já identificadas que, quando entrecruzadas, configuram a complexidade do tecido local e justificam uma operação de requalificação sócio-territorial, a Cova da Moura tem de ser entendida como um lugar dotado de conteúdo, que possui um conjunto de características positivas, de resto evidenciadas nas análises SWOT elaboradas no âmbito do URBAN II e do Diagnóstico da Comissão de Bairro, e completadas e validadas pelo GAT em sede de GPL. Entre essas características positivas está o nível de participação pública e o desejo expresso de intervenção/gestão participada por partes dos intervenientes.

O processo participativo, e a pressão gerada para que os parceiros locais, em especial os pertencentes a associações locais dessem resposta mesmo a nível técnico, revelou a capacidade técnica local substancial, demonstrou também a capacidade considerável que as organizações locais têm em se articularem e produzirem resultados conjuntos. Isto demonstra uma maturidade da rede associativa local muito relevante e importante para que possam assegurar com autonomia o desafio que se lhes colocará na fase de implementação. Foi esta maturidade institucional que contribuiu para a criação da Comissão de Bairro um órgão que integra as quatro principais associações locais – Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação de Moradores do Bairro Alto da Cova da Moura, Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (antigo Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura) e Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca.

Uma vez ultrapassadas algumas características diagnosticadas como mais negativas no bairro, e que só poderão ser ultrapassadas por um esforço para além dos do bairro, os seus residentes têm capacitação para uma colaboração efectiva e activa na implementação da acção que se delineia.

5. RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE ACÇÃO PARA O FUTURO

Uma série de recomendações foram sendo construídas ao longo do processo, no entanto, aqui apenas se apresentam as consideradas dominantes.

(1) Fomentar o envolvimento activo dos jovens no desenvolvimento e implementação do plano de acção – é óbvio, através do contacto ao longo deste estudo e através do *workshop* dirigido aos mais jovens, que estes encerram um enorme potencial criativo e espírito de iniciativa que se deverá potenciar, embora se tenham mantido maioritariamente afastados do processo; isto indicia que é importante apostar na mobilização destas camadas etárias.

(2) No que se refere à rede associativa local esta contem uma capacidade técnica invulgar além de ter demonstrado em várias ocasiões uma maturidade institucional a não desprezar mas a mobilizar na fase do plano de acção;

(3) Sendo a Cova da Moura um bairro com história e características muito próprias que fazem a diferença deste bairro, será importante que o plano de acção preveja a preservação destes aspectos e constitua a área como um museu vivo quer de um período da nossa história quer um exemplo de "fazer cidade" de baixo para cima baseado na partilha e entreajuda, valores que têm vindo a ser perdidos na nossa sociedade em geral.

A Cova da Moura pode ser considerada um microcosmo do que há de bom e de mau num espaço urbano, mas para além disto pode constituir um exemplo de como se constrói um espaço com identidade e como pode progredir.

Anexos

Anexo 1.1.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
1º Encontro – 8 de Fevereiro de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

1º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 8 de Fevereiro de 2006
Local: EB1, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 43 pessoas entre equipa técnica de apoio e parceiros locais.

Objectivos
Apresentação da GAT ao GPL
O objectivo da reunião foi a apresentação da equipa e agendamento para início dos trabalhos, bem como assegurar a plataforma de apoio, através da troca de informações, o que foi solicitado durante a sessão. A reunião foi convocada pelo INH – Instituto Nacional da Habitação e visava apresentar o GAT – Gabinete de Apoio Técnico ao GPL – Grupo de Parceiros Locais.

Sessão

Início da sessão às 15:00h, com a palavra de abertura de Maria João Freitas.

Foi solicitado aos presentes, representantes das entidades que constituem os parceiros do projecto, que facultassem documentos e informações que possam colaborar para um melhor desempenho dos trabalhos.

Foi informado, por Ana Calado, membro da Rede Social, que a 17 de Fevereiro de 2006, em Venda Nova, das 9:00h às 12:30h, haverá um evento de interesse para formação, onde serão apresentadas experiências com trabalhos sociais realizados em França.

Foi informado que a Comissão Social da Junta de Freguesia é constituída por 21 parceiros, informação prestada naquele momento, em razão da ausência da instituição em reunião prévia anterior.

Foi apresentada a estrutura da equipa técnica por Lia Vasconcelos.

Foi apresentado o objectivo do projecto por Silva Alves, fazendo lembrar que a base da população da Cova da Moura é constituída por portugueses vindos do interior e imigrantes vindos de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Lembrou ainda os problemas sociais que assolam aquela comunidade, assegurando que a primeira preocupação do projecto será ouvir as pessoas, e assim tentar perceber quais são suas expectativas e sugestões, bem como identificar os trabalhos sociais já realizados. Silva Alves apresentou ainda a proposta de, em conjunto com o grupo de parceiros, documentar os resultados, para permitir a canalização de

outros recursos necessários, nomeadamente recursos financeiros, para a realização dos projectos propostos.

Foi referenciado por Lia Vasconcelos as vantagens da utilização de *workshops* durante os trabalhos, bem como sua vasta experiência nesta actividade, já tendo realizado mais de 100 (cem). Lembrou que é uma maneira eficaz de sintetizar as informações, circular a informação e dar continuidade aos trabalhos.

Foi feita a apresentação individual dos presentes.

Foi solicitado, por Silva Alves, a fim de agilizar os trabalhos, que as entidades que já pudessem disponibilizar as informações pertinentes, que já o fizessem. Lembrou a importância destas informações na elaboração do diagnóstico do bairro, que constituirá a primeira parte do projecto.

Foi agendada a próxima reunião para dia 15 de Fevereiro, próxima quarta, às 14:30h.

Como sugestão de TPC (tarefa para casa), Silva Alves reforçou a solicitação de informações e solicitou que os presentes formulassem uma definição das áreas de trabalho, enumerassem suas perspectivas e apontassem ideias para agilizar os trabalhos.

Foi sugerido que os integrantes da equipa técnica fossem até a sede das instituições, para tomar conhecimento das informações e documentos que não pudessem ser transportados para o local das reuniões. Silva Alves esclareceu ainda que o que se necessita neste momento é a relação dos documentos e informações disponíveis, e não necessariamente os documentos.

Foram apresentados alguns problemas (que fizeram sugerir crises entre instituições), a saber: fundação da Associação do Clube Desportivo da Cova da Moura há mais de 26 anos e até hoje não terem os benefícios da Segurança Social; e a possibilidade do encerramento de uma das salas de actividades educativas para crianças do Moinho da Juventude, em virtude de problemas burocráticos, associados à Segurança Social.

Foi relembrado por Maria João Freitas que a junção das várias entidades tem por objectivo facilitar os trabalhos, e não criar mais entraves ou dificultar o diálogo.

Foi sugerido por Pampulha que fosse feita uma análise ao PDM.

Foram recolhidos nomes, instituição pertencentes, endereços electrónicos e números de telemóveis dos presentes.

A sessão foi encerrada às 16:00h.

Café à saída

Anexo 1.1.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
1º Encontro – 8 de Fevereiro de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 1ª Reunião – 08 Fevereiro de 2006

Nome	Instituição	Nome	Instituição
Jorge Nunes	ACIME	Laura Marques	Centro de Saúde da Reboleira
Deolinda Correia	Agrupamento Alice Vieira	Fátima Gomes	Comissão Social de Freguesia da Buraca
Domingos Batista Pereira	Ass. Clube Desp. A.C. da Moura	Ana Neri	Comissário P.S.P. da Amadora
Manuel da Graça Rocha	Ass. Clube Desp. Do A.C.Moura	António Carlos Silva	Delegado de Saúde C.S.Reboleira
Emília Teixeira	Ass. de Moradores Alto da Cova da Moura	Manuel Rocha	DREL-Coordenador Educativo
João Baptista Rocha	Ass. De Moradores do A.Cova da Moura	Maria de Fátima Teixeira	EB1/JI Cova da Moura
Ilídio Custódio Carmo	Ass. Moradores C. Moura	Ana Serrano Mascarenhas	GAT
António Ferreira Horta	Ass. Moradores da Cova da Moura	Patrícia Gomes Figueiredo	GAT
Carlos Relha	Ass.Cultural Moinho da Juventude	Nuno Garrido	Ass. Clube Desportivo
Patrícia Horta	Ass.cl.desp.Alto da Cova da Moura	Susana Sousa	INH
Lúcia Castanheiro	Ass.Clube Desp.Alto Cova da Moura	José Carlos Travassos	INH
Luís Teixeira dos Santos	Ass.Clube Desportivo A. C. Moura	Rogério Pampulha	INH
Eugénio Pinto	Associação de Pais	Teresa Duarte	Instituto das Artes /M.C.
Lieve Meersschaert	Associação Moinho da Juventude	Luis de pinho Lopes	IPPAR/M. da Cultura
António Clemente	C.M. da Amadora	Carlos Ribeiro	Junta de Freguesia da Buraca
Jorge Miranda	C.M. da Amadora	Isabel Nascimento	Junta de Freguesia da Buraca
Sofia Barbosa	C.Social Paroquial da Buraca	Adelaide Cordovil	Junta Freguesia da Damaia
Adelaide Murtas	CDSS-Serviço Social Amadora	Ana Teresa Calado	Núcleo Executivo Rede Social
Sílvia Viegas	Centro de Saúde da Reboleira	Teresa Neto	Stª. Casa da Misericórdia da Amadora

Anexo 1.2.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
2º Encontro – 15 de Fevereiro de 2006

ACTA

2º Encontro – Equipa Técnica e Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 15 de Fevereiro de 2006
Local: EB1/JI Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 30 pessoas entre equipa técnica de apoio e parceiros

Objectivos

Os objectivos da reunião são:
- o envolvimento activo no arranque dos trabalhos a serem desenvolvidos em colaboração entre o GAT – Grupo de Apoio Técnico ao GPL – Grupo de Parceiros Locais;
- criar um clima positivo e construtivo entre os participantes;
- estabelecer uma metodologia de trabalho.

Metodologia

A sessão foi dividida em quatro partes:
1.ª – uma recepção informal para descontrair;
2.ª – trabalho em grupos;
3.ª – trabalho em equipas e
4.ª – espaço de questões-soluções.

Resultado das Actividades

Quanto à pergunta O QUE MENOS GOSTOU?, relativamente aos factos ocorridos no bairro, foram dadas as seguintes respostas:

- Aumento do consumo e tráfico de droga com o fim do Casal Ventoso;
- Tráfico e consumo de drogas;
- Aumento do tráfico de substâncias ilícitas (devido ao desmantelamento do Casal Ventoso, estigmatização do bairro e aumento da insegurança do bairro);
- Tráfico e consumo de droga à volta da escola;
- Seringas no Parque Infantil;
- Balas perdidas – num quarto do Lar de Idosos;
- Insegurança, criminalidade;
- Insegurança;
- Falta segurança;
- Agressões físicas e assaltos (trabalhadores exteriores ao bairro);
- A ideia de insegurança empolada pela comunicação social;
- Alteração grave da ordem pública Dez/01;
- Ausência de um centro polivalente de apoio às actividades associativas;
- Morte agente da PSP;

- Hostilidade de grupos em relação a actuação policial;
- Dificuldade de inserção no mercado de trabalho;
- Casas sem condições de habitabilidade;
- Projecto CMA – demolição do bairro;
- Projecto de demolição anunciado pela CMA;
- Incerteza.

Quanto à pergunta O QUE MAIS GOSTOU?, relativamente aos factos ocorridos no bairro, foram dadas as seguintes respostas:

- Confiança nas instituições locais;
- As acções desenvolvidas pelas associações do bairro;
- Aumento da oferta de creches, jardins-de-infância e ATLs e o trabalho das Associações Locais;
- Existência de serviços básicos (escola primária, ATL, creche, infantário, lar 3.ª idade) e associações de apoio a comunidade;
- Workshop "Um outro bairro é possível se a gente quiser";
- Uma escola dentro do bairro, num edifício digno;
- Resolução do Conselho de Ministros – Bairros Críticos;
- Resolução Conselho de Ministros Requalificação do Bairro;
- Resolução Conselho Min. n.º 143/2005 para Requalificação;
- Visita do Presidente da República;
- Asfalto/ Luz/ Saneamento do Bairro;
- Reforço do Policiamento (proximidade, escola segura);
- Solidariedade entre população do bairro;
- Espírito de vizinhança e de inter ajuda;
- "Sentido" de identidade de comunidade;
- Contacto com outras culturas;
- A capacidade e a vontade das pessoas na preservação do local onde habitam;
- Capacidade de manutenção e reestruturação das habitações pelos moradores em parceria com entidades exteriores.

Quanto à pergunta O QUE FOI FEITO?, relativamente à tentativa de resolver os problemas, os grupos responderam:

- Apoio social prestado pelas Associações Locais: arranjos urbanísticos numa 1.ª fase, apoio social numa 2.ª fase (destaque para as creches e jardins de infância e, ATLs);
- Todas as organizações e pessoas desenvolvem a sua missão com um sentido social. Construíram-se as infra-estruturas possíveis (das redes aos equipamentos). Cultura de parceria;
- Em colaboração com a CMA (escola de excelência, psicossocial, prevenir em colecção). Visitas de estudo, contra-informação. Em colaboração com ME afectação de recursos. ATLs – trabalho em conjunto. Moradores – infra-estruturas;
- Criação de associações. Saneamento básico, asfaltamento das ruas. Construção de escola;
- Criminalidade/Insegurança (polícia de proximidade, apoio aos jovens pelas associações do bairro, e acompanhamento às famílias – projecto "O Pulo".

Espaço Questões-Soluções

Foi acordado que será reservado um espaço no final de cada sessão para tentar facilitar a solução de alguns problemas do bairro apresentados pelos participantes. Nesta reunião, já foram enunciados pelos participantes alguns destes casos, tendo-se procurado que fossem respondidos pelos representantes das entidades presentes.

A sessão foi encerrada aproximadamente às 17:40h.

Café à saída

Anexo 1.2.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
2º Encontro – 15 de Fevereiro de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 2.ª Reunião – 15 Fevereiro de 2006

Nome	Instituição
Jorge Nunes	ACIME
Emílio Teixeira	Ass. De Moradores Alto da Cova da Moura
João Baptista Rocha	Ass. De Moradores do A.Cova da Moura
Ilídio Custódio Carmo	Ass. Moradores C. Moura
António Ferreira Horta	Ass. Moradores da Cova da Moura
Rosa Rodrigues	Associação Cultural Moinho da Juventude
Maria Helena Luis	Associação de Pais e Mestres EB1-CM
Jorge Miranda	C.M. da Amadora
Adelaide Martins	CDSS-Serviço Social Amadora
Sílvia Viegas	Centro de Saúde da Reboleira
António Manuel Teixeira	Comissário P.S.P. da Amadora
Manuel Rocha	DREL-Coordenador Educativo
Fátima Cruz	EB1 Cova da Moura
Maria de Fátima Teixeira	EB1/JI Cova da Moura
Helena Campos	Faculdade de Arquitectura
João Miranda	Faculdade de Arquitectura
Ana Cristina Mascarenhas	Grupo de Apoio Técnico
Francisco Silva Alves	Grupo de Apoio Técnico
Lia Vasconcelos	Grupo de Apoio Técnico
Patrícia Gomes Figueiredo	Grupo de Apoio Técnico
Úrsula Caser	Grupo de Apoio Técnico
José Carlos Travassos	INH
Rogério R.	INH
Susana Sousa	INH
Teresa Duarte	Instituto das Artes /M.C.
Carlos Ribeiro	Junta de Freguesia da Buraca
Adelaide Cordovil	Junta Freguesia da Damaia
Ana Pato	Moinho da Juventude
Isabel Marques	Moinho da Juventude
Teresa Neto	Stª. Casa da Mesiricórdia da Amadora

Anexo 1.3.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
3º Encontro – 29 de Março de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

3º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 29 de Março de 2006
Local: EB1, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 37 pessoas entre equipa de apoio técnico e parceiros locais.
Objectivos

Os objectivos da reunião foram:

- informar e actualizar o GPL – Grupo de Parceiros Locais sobre o desenvolvimento dos trabalhos do GAT – Grupo de Apoio Técnico;
- debater e estabilizar o SWOT;
- contribuir para a solução de alguns dos problemas do bairro através do espaço Questões-soluções.

Metodologia

A sessão foi dividida em quatro partes:
1.ª – uma recepção informal para descontrair e permitir um espaço de desenvolvimento de contactos;
2.ª – informação e actualização sobre os trabalhos do GAT;
3.ª – debate e estabilização o SWOT, com apresentação dos resultados no final;
4.ª – espaço Questões-soluções.

Sessão

Às 15:03h foi dado início à sessão.

Silva Alves informou aos presentes sobre os trabalhos desenvolvidos pelo GAT, a saber:

- definição dos parceiros;
- metodologia de trabalho do GAT (fichas para inquéritos, entrevistas, etc);
- ressaltou que há muitos estudos sobre o bairro e, por consequência, muita informação escrita para ser assimilada;
- referiu sobre as frentes de trabalho: propostas urbanas relativas ao bairro (Vasco da Cunha, Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica,…) e estudo que o GAT está a fazer sobre as consequências de cada proposta;
- referiu sobre as propostas relativas à economia do bairro, nomeadamente ao mercado da habitação (rendas, compra e venda de casas,…), aos rendimentos familiares e ao comércio em geral;
- referiu que há desafios e potencialidades para serem trabalhados, mas as restrições temporais tem de ser tomadas em consideração.

Silva Alves esclareceu ainda que a iniciativa é um projecto do governo e apresentou a proposta que as entidades presentes disponibilizem um tempo na semana para ouvir os moradores e tentar resolver os seus problemas, podendo ser sediadas num espaço no bairro

Jorge Malheiros esclareceu que este espaço de proximidade não se trata de um Loja do Cidadão, mas um modelo semelhante que disponibiliza seus serviços à população. Lembrou que já foram feitos vários SWOT para o bairro e apresentou o SWOT a ser trabalhado pelos participantes, referindo que tinha sido o resultado da fusão de um conjunto de swots já elaborados.

Fig. 2 - GPL a analisar o SWOT

Úrsula Caser fez a descrição da metodologia a ser utilizada. Os participantes receberam um exemplar do SWOT e foi lhes dado 10 minutos para lerem e apontarem as prioridades.

Em grupos de 3 pessoas, foram definidos novos itens para o SWOT apresentado.

Alguns comentários pelos participantes:

- Travassos criticou a metodologia utilizada, sugerindo uma metodologia mais visual, mais quantitativa, e.g., indicando quantas casas necessitam de reparos. Outro participante criticou o facto de estarem a tentar realojar "proprietários" que já não moram no bairro. Na sequência das discussões, foi ainda criticada a burocracia para colocar as crianças na escola, sendo exigidos documentos que não possuem (contrato de casa, vistos, etc).
- Um dos participantes lembrou que as tensões entre associações não são relevantes, ao contrário, costumam reunir-se para tratar de assuntos do bairro. Mais tarde, durante os trabalhos sobre o swot, foi referido que estas tensões não devem apenas aparecer nas ameaças mas também nas oportunidades, uma vez que funcionam como uma competição salutar.
- Os dados sobre habitabilidade sairão no final do mês, informou o presidente da Associação dos Moradores.
- Há contradições no SWOT, segundo alguns participantes, e/ou itens que podem figurar em mais de uma coluna.

As achegas dadas pelos participantes durante o debate quando colocadas pelos participantes nos painéis de trabalho, foram aqui registadas (ver quadros no final do texto).

Na fase seguinte dos trabalhos, os participantes hierarquizaram os pontos fortes e os pontos fracos. Na sequência desta prioritização, Úrsula Caser apresentou os resultados (ver quadros no final do texto).

Lia Vasconcelos agradeceu a presença e colaboração dos participantes para a estabilização do SWOT e informou que os resultados serão disponibilizados a todos.

ESPAÇO QUESTÕES-SUGESTÕES

Foi esclarecido que a equipa do GAT está a realizar um inquérito, mas há outro inquérito a decorrer sob a responsabilidade da Comissão do Bairro.

Foi questionado se as pessoas que alugam casas vão ficar sem alojamento.

Ilídio Carmo pediu apoio à Segurança Social (cujos representantes já haviam se retirado da sessão), para tentar resolver problemas já antigos.

Foi informado que o inquérito que a Associação de Moradores promove visa levantar dados para dar suporte a uma proposta dos moradores, face a problemática existente no bairro.

Foi esclarecido que os inquéritos, sem assinatura de quem os respondeu, não fazem prova em Tribunal.

Foi alertado que as pessoas no bairro estão ansiosas pelo que lhes vai acontecer. Estão cansados de inquéritos, mas têm abertura para participar e se envolver no processo.

Manuel Rocha lembrou que os inquéritos, ao longo dos anos, evoluíram, revelando o dinamismo existente no bairro.

Foi requerida atenção às condições financeiras das pessoas que alugam suas casas. Também se pediu atenção às falhas nas prestações de serviços como abastecimento de água, esgoto, energia e vigilância policial. Os residentes pagam contribuição social, mas não têm colecta de lixo, por exemplo.

Foi referida a necessidade de um salão de desporto e um para actividades culturais para os jovens.

Susana Sousa (GPL-INH) esclareceu que os resultados das visitas guiadas não foram disponibilizadas por se tratado de uma sistematização de informações relativas ao bairros da iniciativa para os GAT não pertencentes à Cova da Moura.

Foi agendada a presença de um membro do GAT às quintas-feiras, na EB1, das 14:00h às 16:00h, para esclarecimento da população da Cova da Moura quanto à iniciativa, e um contacto mais continuo.

A sessão foi encerrada às 17:51h.

Café à saída

SWOT **RESULTADO** DOS TRABALHOS

Pontos Fortes (Forças)	Pontos Fracos (Fraquezas)
DIMENSÃO FÍSICA E URBANÍSTICA	
Situação topográfica privilegiada em termos de exposição solar e de sistemas de vistas **3**	Elevada densidade de ocupação e construção nalguns quarteirões **8** Espaço urbano desordenado e degradado **4**
Rede viária principal bem identificada, asfaltada e geradora de referências espaciais e centralidade **2**	Problemas com infra-estruturas - Redes de esgotos e água com algumas deficiências de manutenção; - Rede eléctrica e telefónica aéreas aparentemente desorganizadas e com impacto visual negativo; - Iluminação pública insuficiente nalguns pontos; - Recolha de resíduos sólidos deficiente; **4**
Existência de construções susceptíveis de reunir requisitos legais de habitabilidade **13**	Ausência de passeios e de estacionamento; arruamentos mal definidos e subdimensionados **3** Ausência de espaços públicos, incluindo zonas verdes **Sub-aluguer de quartos; exploração de pessoas** **17**
ACHEGAS **Alteração do ponto 2 para <u>ALGUM</u> ESPAÇO URBANO DESORDENADO E DEGRADADO**	

Pontos Fortes (Forças)	Pontos Fracos (Fraquezas)
DIMENSÃO ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR	
Localização estratégica: proximidade a Lisboa; boas acessibilidades (rede viária e ferroviária; transportes públicos) **15**	Ausência de transportes públicos de atravessamento do bairro **4** Estrutura urbana "virada para dentro" relativamente à envolvente acentuada pela existência de algumas barreiras físicas, sobretudo em relação à Damaia (Rua da Palmeira) e de relativamente poucas entradas abertas e "visíveis" (rede viária interna mal articulada com a externa) **7**

Entrada diária de vários técnicos qualificados que trabalham para as instituições locais (associações, Misericórdia, Escola…) **10**	Imagem negativa (insegurança, violência) e existência de poucos serviços percepcionados como úteis para a população de fora do bairro limita a entrada desta **7** "Visitas" frequentes de traficantes e toxicodependentes oriundos de outros bairros **6**

Pontos Fortes (Forças)	Pontos Fracos (Fraquezas)
DIMENSÃO ECONÓMICA (incluindo mercado de trabalho e condições de acesso a este)	
Pequeno tecido económico dotado de algum dinamismo, baseado em comércio e serviços de proximidade e, também, em funções que remetem para cultura africana e, em particular, cabo-verdiana (restauração, cabeleireiros…) **17**	População activa com dificuldades de inserção no mercado de trabalho **10**
Crescente revitalização económica da área envolvente ao bairro	Taxa elevada de população activa com baixo nível de qualificações **3**
Acções de formação profissional promovidas pelas associações locais **4**	Ausência ou reduzida presença de pequenos equipamentos que contribuem para reforçar a "dimensão urbana" do bairro (Multibanco, correios…) **6**
Importância das hortas urbanas informais (algumas no próprio bairro e outras cultivadas por moradores nas imediações) Forte investimento dos moradores (financeiro, trabalho) **7**	Existência de redes de tráfico de estupefacientes **4** **Que empresas (informais) trabalhadores independentes e pequenos patrões existem no Bairro, a trabalhar fora dele e quantos trabalhadores empregam? Que volume de negócios representam?**

ACHEGAS

- **Os dois primeiros pontos das Ameaças na Dimensão Económica parecem-nos iguais;**
- **Oportunidade: recurso ao micro-crédito, estabelecendo relações com a Associação Nacional do Direito ao Crédito;**
- **Ponto forte: experiência no âmbito da criação de micro-empresas através do micro-crédito;**
- **Ponto fraco: população activa com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, com baixas/altas qualificações.**

Pontos Fortes (Forças)	Pontos Fracos (Fraquezas)
DIMENSÃO SOCIAL	
Existência de um capital humano muito jovem **11**	População com baixos níveis de escolaridade; elevada taxa de insucesso e abandono escolar **3**

Forte sentido de comunidade, vizinhança e interajuda **9**	Presença visível de traficantes e consumidores de estupefacientes **10**
Forte sentido de mobilização dos moradores **4**	Elevados níveis de criminalidade e insegurança **13**
Existência de equipamentos no bairro: escola primária, lar de 3ª idade, ATL, creches e infantário **8**	Insuficiência de alguns equipamentos destinados à infância e juventude (parques infantis, ATL, equipamentos desportivos) **6**
Disponibilidade das "avós" e assumpção do acompanhamento das crianças **4**	Sobre-representação das mães adolescentes com efeitos ao nível do abandono escolar e do acompanhamento das próprias crianças **2**
	Responsabilização das crianças mais velhas na guarda dos irmãos mais novos
	Incumprimento de algumas regras burocráticas, nomeadamente, na falta de alguns documentos
	Acrescentar Jardim de Infância e Creche **4**

ACHEGAS

- **Pontos fracos: incluir como insuficiência um espaço cultural para apresentações das actividades de todas as associações do bairro**
- **Pontos fracos: falta de equipamentos na área da terceira idade; insuficiência de apoio à 3ª idade**
- **Pontos fortes: incluir as associações no ponto 4**
- **Pontos fortes: rede de vizinhança na protecção das crianças (antes de entrar no jardim de infância ou na escola**
- **Oportunidades: presença regular de técnicos qualificados com a colaboração de um perito de experiência que colaboram com as instituições com actividades no Bairro**
- **Ameaças: a questão do aumento de imigrantes em situação irregular será uma real ameaça?**

Pontos Fortes (Forças)	**Pontos Fracos (Fraquezas)**
DIMENSÃO CULTURAL E SIMBÓLICA	
Identidade cultural forte – celebração de datas festivas dos calendários português e cabo-verdiano (e.g. Cola S.Jon) **10**	**Espaço para desenvolver actividades culturais ligadas às tradições africanas e às culturas periféricas apoiadas ao *hip hop* e não só** **6**
Oferta cultural ligada às tradições africanas e às culturas periféricas apoiadas no hip-hop **6**	
Experiências de eventos culturais arrojados e inovadores relacionados com a presença de artistas exteriores ao bairro **4**	

Iniciativas no âmbito do turismo étnico

2

ACHEGAS

- **Excessivo fechamento cultural!!?? Contraditório com a oferta cultural ligada às tradições africanas e às culturas periféricas apoiadas no *hip hop***
- **Retirar Excessivo fechamento cultural de Ameaças**

Experiência de eventos culturais arrojados…ao bairro e do bairro

Pontos Fortes (Forças)	**Pontos Fracos (Fraquezas)**
DIMENSÃO JURÍDICA E TECIDO INSTITUCIONAL	
Tecido associativo dinâmico e experiente, com forte capacidade técnica e relacional **10**	Tensões latentes entre as várias associações **5**
Lideranças associativas **2**	Construção do bairro sobre propriedade privada **12**
Não faz sentido Tensões latentes entre as várias Associações	Divisão administrativa do território (duas freguesias) **1**

ACHEGAS

- **Pontos fracos: construção do Bairro sobre propriedade privada alterar para Indefinição quanto à propriedade dos terrenos onde o Bairro está implantado**
- **Pontos fracos: retirar o ponto 1**
- **Pontos fracos: retirar o ponto 1 "tensões latentes entre as várias associações**

Pontos Fortes (Forças)	**Pontos Fracos (Fraquezas)**
DIMENSÃO CAPITAL SOCIAL	
Rede relacional do tecido associativo – ligação a outras organizações nacionais e estrangeiras) **2**	
Capacidade de algumas associações em mobilizarem actores externos ao bairro, nacionais e estrangeiros (técnicos, artistas, juristas, etc.) **2**	
Instituições com capacidade de mobilização das populações – confiança das populações nas instituições **3**	

ACHEGAS EXTRAS GERAIS

- **Levantamento exaustivo dos residentes**

2

- **A topografia do bairro "em monte" é um Ponto Fraco do ponto de vista urbanístico**

- **A taxa de aproveitamento dos alunos é alta, mesmo considerando que ¼ dos alunos varia (entra ou sai) durante o ano é um Ponto Forte**

4

- **Ausência da PSP permanente no Bairro é um Ponto Fraco**

Anexo 1.3.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
3º Encontro – 29 de Março de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 3.ª Reunião – 29 de Março de 2006

Nome	Instituição
Domingos Pereira	Ass. Clube Desportivo Cova da Moura
Patrícia Horta	Ass. Clube Desportivo Cova da Moura
Manuel Rocha	Ass. Clube Desportivo Cova da Moura
Ilídio Custódio Carmo	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
António Horta	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
Emílio Teixeira	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
João Rocha	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
Maria Helena Luís	Ass. Pais EB1/JI Cova da Moura
Elvira Pereira	Ass. Solidariedade Casal Popular da Damaia
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Sílvia Viegas	Centro de Saúde da Reboleira / Ext. Buraca
Sofia Barbosa	Centro Social e Paroquial N.ª S.ª Mãe Deus
Fátima Gomes	Comissão Social da Freguesia da Buraca
Maria de Fátima Pires da Cruz	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Maria de Fátima Teixeira	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Ana Teresa Carreira Soeiro	Faculdade de Arquitectura
Francisco Silva Alves	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Nuno Teotónio Pereira	GAT
Ana Mascarenhas	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Patrícia Gomes Figueiredo	GAT
Úrsula Caser	GAT
Guilherme Pereira	GAT / Sociólogo
Rogério Pampulha	INH
José Carlos Travassos	INH
Susana Sousa	INH
Isabel Nascimento	Junta Freguesia da Buraca
Adelaide Cordovil	Junta Freguesia da Damaia

Ana Pato	Moinho da Juventude
Silvino Furtado	Moinho da Juventude
Heidir Correia	Moinho da Juventude
Paulo -	Moinho da Juventude
Isabel Marques	Moinho da Juventude
Ana Teresa Calado	Núcleo Execut. Rede Social
António Pereira	PSP Amadora
Paulo Batista	SEF
Maria Albertina Mora	Segurança Social

Anexo 1.4.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
4º Encontro – 3 de Maio de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

4º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 3 de Maio de 2006
Local: Escola EB1/JI Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 37 pessoas entre equipa técnica de apoio e parceiros locais.

Objectivos

Os objectivos da reunião foram:
(1) Reforçar, uma vez mais, os objectivos da iniciativa "Bairros Críticos"; (2) Debater e estabilizar o SWOT.

Metodologia

A sessão foi dividida em duas partes:
1.ª – recepção informal dos participantes;
2.ª – debate e aprovação do SWOT.

Sessão

Às 14:55h foi dado início à sessão.

Lia Vasconcelos começa por agradecer a presença do Grupo de Parceiros Locais e reforça a sua importância enquanto grupo de decisão para o projecto a desenvolver. Informa que o objectivo desta sessão será a validação do SWOT e dá a palavra a Jorge Malheiros.

Jorge Malheiros começa por referir que este é um processo novo, mais lento, mas, sem dúvida, uma experiência mais enriquecedora. Reforça que deverão existir 2 compromissos: o primeiro compromisso aponta para o facto deste processo só ter sentido se for construído por todos; o segundo compromisso assenta na cooperação entre os peritos do bairro e os técnicos, ou seja, entre quem melhor conhece o bairro e a equipa técnica de apoio, de forma a que as melhores soluções sejam encontradas. Ou seja a acção resulta da articulação da solução técnica e da solução pensada pelas pessoas do bairro.

Jorge Malheiros esclarece que o SWOT deve ser um instrumento técnico construído colectivamente e que, o SWOT que a seguir será entregue aos presentes resulta de uma reorganização do SWOT elaborado na sessão anterior pelo GPL e de uma transposição da linguagem oral para uma linguagem técnica.

Úrsula Caser toma a palavra e pede aos parceiros para que se organizem em grupos de duas ou três pessoas e analisem e comparem o SWOT elaborado em reunião de GPL e o novo SWOT reorganizado. Para esta tarefa dispõem de cerca de 20 minutos.

Decorrido o tempo estabelecido, Úrsula Caser volta a tomar a palavra e informa os presentes de que irá percorrer os pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças de cada uma das dimensões do SWOT e pedir comentários a fim deste ser consensualizado e aprovado.

Começa então por analisar a Dimensão Física e Urbanística. José Carlos Travassos (INH) inicia o debate referindo que discorda da hierarquização da importância atribuída às "situações de edificado inacabado..." (ponto fracos) comparativamente com a "existência de construções susceptíveis de reunir requisitos legais de habitabilidade" (ponto forte). Jorge Malheiros explica que este facto se deve às diferenças de votação que se obtiveram na sessão anterior, mas que esta hierarquização pode ser alterada. Manuel Rocha (Clube Desportivo) argumenta que este facto se deve à defesa da imagem do bairro, e que se deve reforçar os aspectos positivos. O Manuel Rocha (DREL) contrapõe defendendo que a relevância deverá espelhar o que se pretende melhorar no bairro e não apenas a defesa da sua imagem. José Carlos Travassos intervém no sentido de esclarecer que o que está em jogo são questões reais e não somente a imagem do bairro. Sofia Barbosa (S. Gerardo) refere que tem algumas dúvidas em relação à questão da relevância. Jorge Malheiros esclarece que a relevância atribuída (muito relevante, relevante e pouco relevante) tem a ver com questões de operacionalidade do diagnóstico, o qual pretende identificar acções ou intervenções mais ou menos urgentes. Clarifica ainda que, ao contrário do que habitualmente é feito, o SWOT deve ser um instrumento a aplicar, que identifica o que está bem mas também o que está mal (problemas) e que possa dar pistas de como resolver os problemas.

José Carlos Travassos volta a reforçar a necessidade de objectividade no processo, o que implica que os aspectos menos positivos tenham também a sua relevância. Assim, é proposta e aceite a seguinte redacção, com alteração de hierarquização para dois asteriscos, correspondendo ao grau de relevância: **** "situações de edificado inacabado e, em alguns casos, com acessos precários e sem condições de habitabilidade"**.

A questão das infra-estruturas é também levantada, acordando-se a sua desagregação e diferenciação de hierarquização. Relativamente à questão do subarrendamento, Ana Pato (Moinho da Juventude) refere que este ponto deverá, na sua opinião, passar para a dimensão económica, ao que todos concordam. Jorge Malheiros sublinha que concorda com a passagem, mas que esta é também uma dimensão física. Ilídio Carmo (Ass. Moradores) defende que o sistema não é especulativo e Ana Pato acrescenta que se existe oferta é porque também existe procura, afirmação com que Jorge Malheiros discorda.

Sofia Barbosa acrescenta, ainda, que esta é também uma dimensão social uma vez que, na instituição que dirige, existem pessoas que têm que declarar sob compromisso de honra que pagam de renda de casa determinado valor, uma vez que não têm qualquer outra forma de o comprovar, como por exemplo, através de recibos. Jorge Malheiros informa que este ponto teve, na sessão anterior, 17 votações.

Ilídio Carmo discorda da pertinência deste ponto. Manuel Rocha (DREL) diz que teme que se esteja a fugir à realidade dos factos, ao que Ilídio Carmo responde que não se pode "colocar no mesmo saco" todas as pessoas que arrendam casas no bairro. Jorge Malheiros refere, com base nos dados do INE, do estudo do gabinete Vasco da Cunha e de outras fontes, que existem discrepâncias no número de residentes no bairro e sugere que se altere este ponto para **"situações de subarrendamento especulativo; exploração de residentes".** A nova redacção é aceite e transposta para a dimensão económica. Relativamente aos restantes pontos de oportunidades e ameaças, estes são aceites por unanimidade.

A dimensão "articulação com o exterior" é aceite por unanimidade, assim como os pontos fortes e fracos da dimensão económica. Guilherme Pereira (GAT) informa que tem algumas dúvidas no reforço que é dado à experiência dos residentes na construção civil, ao que Jorge Malheiros explica que este facto foi propositado, uma vez que, como possivelmente existirá uma intervenção física neste espaço, seria importante valorizar este domínio. Carlos Santos (Moinho da Juventude) acrescenta que, no que diz respeito ao ponto "dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho", seria também importante referir que existe também, por outro lado, dificuldade por parte das instituições em aceitar os jovens, ou seja, o problema deve ser visto não só da parte dos jovens mas também da entidade empregadora. Jorge Malheiros concorda mas refere que acha que o problema deve ser colocado desta forma e que, posteriormente, serão então propostas medidas que incentivarão as empresas a aceitar estes jovens. Ana Pato acrescenta que este problema se deve ao estigma do bairro e que afecta os jovens aquando na inserção no mercado de trabalho. Ilídio Carmo concorda e sublinha que o bairro é sempre visto pela negativa, o que inclui a sua população. Jorge Malheiros refere que as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho é um problema geral, que se vive não só no bairro, e sugere que a questão do estigma passe também para a dimensão social, sugestão que é aceite por todos.

Os pontos que dizem respeito à insegurança e policiamento no bairro levantam também alguma discussão por parte dos presentes. Jorge Malheiros esclarece que o problema da insegurança é real e que é sentida pela maioria da população, conforme se constatou quer nas votações no SWOT da sessão anterior quer nos resultados do workshop realizado com a população do bairro. Ilídio Carmo concorda e António Pereira (PSP) refere que pensava existir muito policiamento no bairro mas que acabou de constatar que não, mas que, infelizmente, não pode colocar todos os agentes na Cova da Moura. Acrescenta, ainda, que a polícia deve ser apenas mais um parceiro para ajudar a resolver os problemas do bairro. Ilídio Carmo refere que não se pode afirmar que haja ausência de policiamento no bairro ao que Jorge Malheiros sugere que este poderá ser talvez um problema de permanência. Manuel Rocha (DREL) acrescenta que este item poderá referir que não existe um policiamento consistente e sugere que seja aumentada a sua relevância, com a qual Ilídio Carmo concorda. Jorge Malheiros intervém e sugere que este item seja alterado para "**défice de policiamento no bairro**" e que deva ser subida da sua relevância. Esta sugestão é aceite por unanimidade. Ainda relativamente à questão da estigmatização do bairro, todos concordam com a sua subida de relevância, sendo alterada para 3 asteriscos.

No ponto que diz respeito à insuficiência de alguns equipamentos, Ilídio Carmo informa que os idosos deveriam ter sido contemplados, ao que, mais uma vez, Jorge Malheiros diz que foi propositada a sua não colocação uma vez só existir um voto neste sentido e dada a existência de um lar da 3ª idade no bairro. Não havendo dados suficientes que permitissem esclarecer se este equipamento teria capacidade suficiente para acolher todos os idosos ou daria resposta adequada, resolveu-se não incluir este grupo. Sofia Barbosa esclarece que foi ela própria quem votou neste ponto pois sente que existem carências, quer no bairro quer na freguesia da Buraca, ao nível destes equipamentos vocacionados para a 3ª idade, mais precisamente de um centro de dia. Assim, Jorge Malheiros "deixa no ar" a sugestão de incluir como ponto fraco o **"défice de equipamentos e serviços para a 3ª idade"**. Úrsula intervém questionando qual a hierarquização que deve ser atribuída a este ponto ao que os presentes, e em particular Sofia Barbosa, concordam que deve ser dada uma maior prioritização à insuficiência de equipamentos para as crianças em relação à terceira idade.

A questão da criminalidade e insegurança volta a ser referida. Jorge Malheiros afirma que não existe apenas o crime efectivo mas também uma sensação de insegurança, ao que a Sofia Barbosa (Paróquia) reforça que existe de facto criminalidade. António Pereira (PSP) afirma que este sentimento de insegurança provém também do tipo de criminalidade que se pratica no bairro, que é bastante agressiva e violenta. Ilídio Carmo acrescenta que esta questão também é muito ventilada e que serve de desculpa para algo que não se percebe bem o quê. Jorge Malheiros diz que esta é uma declaração ambígua e recorda um dos acontecimentos do workshop, em que houve uma intervenção de uma das pessoas ligadas a uma das instituições da comissão de bairro que afirmou que esta questão da insegurança seria utilizada como forma de justificar a demolição do bairro. Lia Vasconcelos intervém, esclarecendo como tudo aconteceu. Jorge Malheiros prossegue, afirmando que este é um problema que deve ser assumido e que é sentido tanto no grupo de parceiros locais (através do SWOT elaborado) como dos moradores, devendo ser encarado como um problema que, ao ser resolvido, irá beneficiar o bairro e os seus moradores. Ilídio Carmo afirma continuar sem compreender de que forma é que o problema da insegurança poderá contribuir para a requalificação do bairro, ao que Jorge Malheiros explica que é um domínio em que se deve intervir como em qualquer outro. José Carlos Travassos acrescenta, ainda, que a questão do desenho do espaço assim como do edificado contribuem para um sentimento de segurança. Jorge Malheiros conclui, afirmando que deverá existir um clima de confiança por parte das instituições no trabalho que está a ser realizado. Uma vez manifestada unanimidade em ser mantido o grau de relevância neste ponto e dado nada haver a acrescentar ou alterar nas oportunidades e ameaças é validada a dimensão social.

Na dimensão seguinte – Dimensão Cultural e Simbólica – Ilídio Carmo afirma que deverá ser acrescentado, nos exemplos relativos às datas festivas, o carnaval e os santos populares, sugestão aceite por todos. Teresa Duarte (Instituto das Artes) intervém, dizendo não entender porque é que neste ponto apenas se referem as datas festivas do calendário português e cabo-verdiano, uma vez que existem outras manifestações culturais no bairro. Jorge Malheiros explica que estas não têm muita expressividade, ao que o Ilídio Carmo concorda. Teresa Duarte questiona a existência de dados relativos à nacionalidade e naturalidade dos residentes, facto que o Jorge Malheiros confirma e apresenta os dados que tem em seu poder. Jorge Malheiros acrescenta, ainda, que o ponto seguinte faz já referência às tradições africanas, em termos gerais. Ana Pato (Moinho da Juventude) intervém afirmando que neste ponto, referente à oferta cultural, deveria constar o artesanato. O GPL decidiu, ainda, acrescentar ao artesanato, a música, a dança e a gastronomia. É igualmente acordado, por parte do grupo, retirar nos pontos fracos, a informação que consta entre parêntesis.

Carlos Santos (Moinho da Juventude) afirma que muitos artistas são marginalizados por serem da Cova da Moura. Jorge Nunes (ACIME), Isabel Nascimento (Junta de Freguesia da Buraca) e Manuel Girão (Santa Casa da Misericórdia da Amadora) discordam e afirmam que, pelo contrário, esta subcultura é bastante valorizada e só se os jovens não forem suficientemente bons é que não vingam. Carlos Santos responde afirmando que não existem apoios para as actividades culturais, ao que Isabel Nascimento (J.F.Buraca) discorda novamente, afirmando que existem diversas associações "de braços abertos" para acolher as actuações dos jovens. Jorge Malheiros intervém, referindo que o que é importante perceber é se no bairro é tão difícil como noutros bairros conseguir apoios ou se naquele bairro especifico é mais complicado ainda. Teresa Duarte informa que este é um problema a nível nacional. Assim sendo, Jorge Malheiros sugere que se passe à frente e que esta questão seja tratada, noutra fase, em termos de soluções e na forma de arranjar dotação de meios para os jovens terem acesso aos apoios.

Relativamente ao ponto sobre o simbolismo do bairro, Ilídio Carmo afirma que deve ser acrescentada a vinda das ex-colónias, não apenas o retorno. Jorge Malheiros justifica esta opção dizendo que a memória deste período está ligado a um processo marcante e que o texto pretende mostrar que houve um processo difícil que foi ultrapassado e que estes portugueses conseguiram reconstruir as suas vidas e o seu espaço. Daí a ideia de retorno, de simbolismo, da memória de retorno e da memória de África. Manuel Rocha (Assoc. Moradores) acrescenta que, antes de existir o problema da droga, a Cova da Moura era isso mesmo: o reviver o espaço e a cultura africana. Ilídio Carmo sugere ainda que, no mesmo ponto, seja retirada a cultura cabo-verdiana, uma vez que está referida a cultura africana. Jorge Malheiros informa que esta colocação foi intencional uma vez que a Cova da Moura está bastante ligada à cultura cabo-verdiana.

Manuel Rocha (Ass. Moradores) afirma não entender como é que por um lado a "identidade cultural forte" aparece como um ponto forte mas, por outro, se fala em excessivo fechamento cultural. Jorge Malheiros explica que este fechamento aparece como uma ameaça e que deve ser levado em conta no futuro. Isabel Nascimento sugere que em vez de "excessivo" se passe a utilizar "possível", sugestão que é aceite por todos.

Uma vez consensualizada e validada a dimensão cultural e simbólica, passa-se, então, para a dimensão jurídica e "tecido institucional". Todos os pontos são aceites com unanimidade, à excepção da existência de "algumas tensões latentes entre as várias associações", afirmação que causa algum mal estar entre os presentes das diversas associações no bairro. Manuel Rocha (Ass. Moradores) considera que a palavra "tensões" é demasiado forte, o que existe são "divergências" entre as diversas associações, ou seja, existem ou não existem pontos de vista comuns. Mais uma vez, Jorge Malheiros informa que este ponto teve 5 votações na anterior sessão e que se são apenas divergências não devem constar no SWOT (uma vez que divergências existem sempre) se existem tensões, então estas deverão ser colocadas. Ilídio Carmo intervém afirmando que todas as associações convergem e estão unidas para o bem da Cova da Moura, apenas têm diferentes formas de actuação. Jorge Nunes discorda, relembrando que houve algumas situações em que teria sido importante as associações trabalharem em conjunto, o que não aconteceu, pelo simples facto de não terem conseguido chegar a um acordo. Refere especificamente o caso em que concorreram ao Programa Escolhas separadamente, o que prejudicou a candidatura, pelo facto de não terem conseguido chegar a uma boa base de acordo. Manuel Rocha (Ass. Moradores) explica que, nesse caso particular, foi por uma questão de estratégia e devido a uma falta de informação. Jorge Nunes reforça que não existe um entendimento e um projecto comum, forte e consolidado. Manuel Rocha refuta as afirmações, dizendo que se não existisse entendimento não existiria a Comissão de Bairro, onde existe sim divergência de opiniões mas não crispação entre associações. Tudo se consegue ultrapassar com consenso e comunicação. Jorge Nunes contrapõe, afirmando que quando existe um financiamento em que as associações concorrem separadamente, ficando em situação de desvantagem, geram-se tensões – o que é legitimo, em especial em bairros onde existem várias associações – mas que estas situações constituem uma ameaça é claramente verdade. Jorge Malheiros intervém, afirmando que ambos os pontos de vista estão claros e que é importante que os representantes do bairro confrontem ideias com quem vem de fora, técnicos inclusive, uma vez que quem não reside no bairro tem uma visão de conjunto, uma visão mais global do quem lá mora e é interessante debater as duas visões. Guilherme Pereira (GAT) esclarece que não considera importante este factor em discussão, uma vez que o que está em causa é a requalificação do bairro e a questão da marginalidade. Jorge Malheiros faz questão de que fique registado em acta que, se dali a 6 anos existirem projectos que não vão para a frente devido ao desentendimento

entre associações, ele próprio relembrará a Ilídio Carmo, a Manuel Rocha e a Guilherme Pereira o que foi dito na presente reunião sobre esta questão. O ponto que diz respeito à existência de tensões entre associações é, então, retirado do SWOT.

Ilídio Carmo aproveitou, ainda, antes da validação desta dimensão, para questionar o grupo se não seria de incluir a utilização do usucapião como oportunidade, ao que Jorge Malheiros referiu que talvez fosse melhor incluir esta figura no quadro de soluções. Posto isto, e nada mais havendo a acrescentar o grupo validou a última dimensão do SWOT.

Após terem sido introduzidas as devidas alterações no SWOT e este ter sido validado pelo Grupo de Parceiros Locais, Úrsula Caser passou a palavra à Lia Vasconcelos que distribuiu os Pilares para o Plano de Acção, para o GPL reflectir sobre estes e serem discutidos na próxima reunião, e agradeceu a presença e colaboração de todos.

A sessão foi encerrada às 17:30h.

Café à saída

Anexo 1.4.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
4º Encontro – 3 de Maio de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 4ª Reunião – 3 de Maio de 2006

Nome	Instituição
Jorge Nunes	ACIME / Programa Escolhas
Patrícia Horta	Ass. Clube Desportivo Cova da Moura
Manuel da Graça Rocha	Ass. Clube Desportivo Cova da Moura
Emílio Teixeira	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
Ilídio Custódio Carmo	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
João Baptista Rocha	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Sílvia Viegas	Centro de Saúde da Reboleira / Ext. Buraca
Sofia Barbosa	Centro Social e Paroquial N.ª S.ª Mãe Deus
Maria de Fátima Cruz	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Helena Campos	Faculdade de Arquitectura – UTL
Ana Teresa Carreira Soeiro	Faculdade de Arquitectura – UTL
Patrícia Figueiredo	GAT
Guilherme Pereira	GAT
Nuno Teotónio Pereira	GAT
Francisco Silva Alves	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Ana Mascarenhas	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Úrsula Caser	GAT
Rogério Pampulha	INH
José Carlos Travassos	INH
Teresa Duarte	Instituto das Artes – M. Cultura
Isabel Nascimento	Junta Freguesia da Buraca
Manuel Rocha	M. Educação / DREL / Coordenador executivo
Silvino Furtado	Moinho da Juventude
Ana Pato	Moinho da Juventude
Carlos Santos	Moinho da Juventude
António Manuel Pereira	PSP Amadora
Manuel José Girão	Santa Casa da Misericórdia – Amadora
Adelaide Martins	Segurança Social – Serviço Social Amadora

Anexo 1.5.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
5º Encontro – 24 de Maio de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

5º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 24 de Maio de 2006
Local: Escola EB1/JI, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 33 pessoas entre equipa técnica de apoio e parceiros locais.

Objectivos

Os objectivos da reunião foram:
1) Debater e estabilizar os pilares para o Plano de Acção
2) Priorizar os pilares para o Plano de Acção

Metodologia

A sessão foi dividida em três partes:
1.ª – recepção informal dos participantes;
2.ª – debate e validação dos pilares para o Plano de Acção;
3.ª – estabilização do diagrama com os eixos para o Plano de Acção entregue ao INH.

Sessão

Às 14:55h foi dado início à sessão.

Começou por ser distribuído o documento que continha os pilares para o Plano de Acção de forma a que todos pudessem acompanhar os trabalhos. Lia Vasconcelos começa por agradecer a presença do Grupo de Parceiros Locais e pede aos representantes da Comissão de Bairro que informem os parceiros das diferenças entre os pilares entregues pelo GAT e os pilares que eles próprios propõem.

Armando Santos explica que a Comissão achou por bem dividir o pilar nº 1 em 2 pilares e separar "Cova da Moura um bairro ilegal" e "Cova da Moura um bairro requalificado e aberto ao exterior", propondo ainda ser acrescentado um novo pilar: "Cova da Moura um bairro sustentável".

O Jorge Malheiros pergunta o porquê da existência deste último pilar. Armado Santos explica que deve ser dado mais ênfase às questões ambientais, ao que o Jorge Malheiros refere que a questão do ambiente urbano está inserida no pilar da requalificação.

Armando Santos esclarece que dessa forma não está a ser dada a devida importância à questão ambiental, e que por isso deve surgir isolada. Uma vez mais Jorge Malheiros intervém, chamando a atenção para o facto de se correr o risco de ser redundante e serem criados demasiados pilares sob os quais posteriormente não se consigam realizar acções.

Lieve sugere que se altere o pilar para "Cova da Moura um bairro ecológico". Jorge Malheiros sublinha que ao termos muitos projectos transversais poder-se-ão perder os pilares. Acrescenta ainda que com a existência de muitos pilares perdem-se os projectos estruturantes e sugere que sejam propostas trocas em vez de acrescentos. Armando Santos esclarece que o que se pretende com a questão ecológica é ligar o bairro a um conjunto de acções que fomentem a vertente ecológica, e dá exemplo de algumas dessas acções.

Ana Teresa Calado acrescenta que a componente ecológica deve fazer parte do pilar da requalificação. Jorge Malheiros sugere que a questão da sustentabilidade poderá até surgir como mote ou titulo para a intervenção "Cova da Moura um bairro sustentável" e que poderá até não constar dos pilares. José Carlos Travassos acrescenta que a abertura do bairro deve ser uma garantia de sustentabilidade e que é importante falar-se da desdensificação do bairro para abrir novas possibilidades de intervenção e que este aspecto parece estar a ser esquecido. Refere ainda que a sustentabilidade passa por uma questão de mobilidade e que a população deve ser interrogada sobre a possibilidade de abandonar o bairro, ou seja, tentar perceber quais os indivíduos que pretendem ou não sair do bairro.

Jorge Malheiros volta a reforçar a ideia de que a questão ambiental deve fazer parte do "pacote" da requalificação e que não vê necessidade de ser criado um pilar que contenha apenas esta dimensão. José Carlos Travassos insiste que não é possível requalificar o bairro sem existir mobilidade e neste sentido há que perceber o que a população realmente quer. Jorge Malheiros sugere que a mobilidade seja registada no descritivo da requalificação.

Manuel Rocha (DREL) concorda que não deve existir um pilar de sustentabilidade separado porque esta vertente vai estar presente em acções muito concretas as quais estarão, inclusive, presentes em diversos pilares. Jorge Malheiros acaba por concordar com a criação deste pilar referindo o facto de que o bairro está ligado a toda uma ruralidade e que, considerando este aspecto, faz todo o sentido a sua existência. Teresa Duarte intervém afirmando que, comparativamente com o SWOT que foi definido anteriormente, a questão social se manifesta de forma pouco expressiva nos pilares. Úrsula Caser explica que todas as acções (inclusive a nível social) estarão ancoradas dentro dos pilares definidos. Teresa Duarte dá, ainda, o exemplo dos idosos, cujas acções destinadas a este grupo não consegue enquadrar nos pilares. Lia Vasconcelos informa de que os pilares foram feitos de acordo com as prioridades estabelecidas no SWOT. Jorge Miranda acrescenta que a sustentabilidade passa pelas pessoas e não pelo cimento, logo esta sustentabilidade passa também pelo domínio social e sublinha que caso sejam definidos muitos pilares, estes perdem-se, tal como as acções.

Jorge Malheiros esclarece que não se incluiu a questão social porque o objectivo dos pilares é dar resposta a problemas específicos e não se pode dar resposta a todos os problemas, sendo que a questão dos idosos não é, na realidade actual, uma questão primária ou essencial. Acrescenta que este grupo não deverá ser considerado como um pilar mas que poderão existir projectos onde estes se incluam.

Ilídio Carmo refere que este é um problema importante e que, nesse sentido, deveria existir um centro de dia. Jorge Malheiros reforça, uma vez mais, a ideia de que os recursos são escasso e que nesse sentido deverão incidir em acções essenciais. Jorge Miranda concorda afirmando que, embora não tenha conhecimento do que será feito através desta Iniciativa dos Bairros Críticos, os idosos poderão estar contemplados nos

diversos pilares e que, caso não estejam, existem ainda diversos apoios e fundos que poderão contemplar esta vertente. Conclui, referindo que os pilares deverão espelhar ou identificar áreas prioritárias.

Silva Alves intervém, afirmando que a questão da velhice poderá estar ligada ao conceito de segurança, no sentido de segurança colectiva ou segurança social. Ou seja, sugere o alargamento da dimensão da segurança para abranger os mais idosos. Luísa Pereira (IDT) sugere a inclusão, no pilar da segurança, do tratamento e prevenção da toxicodependência.

Aproveitando a referência à questão da saúde, Jorge Malheiros acrescenta que esta vertente tem vindo a ser referida por diversas pessoas do bairro mas que o GAT ainda não possui quaisquer dados que apontem para uma problemática nesta área. É sugerido pelos parceiros que se acrescente um pilar: "Cova da Moura: um bairro solidário e saudável" ao que Jorge Malheiros discorda, uma vez que não se deveriam juntar num só pilar os jovens e idosos, uma vez que os jovens deverão ser destacados num só pilar, enquanto futuro do bairro e até em termos preventivos.

Ana Teresa Calado intervém, relembrando que ao querermos abranger todos os problemas do bairro corre-se o risco de falhar nos pilares e posteriormente nas acções estruturantes. Mais uma vez, Jorge Malheiros sugere que este pilar não seja considerado e que se acentue no pilar n.º 3 (relativo à segurança) a questão da prevenção, a qual deverá constar no descritivo, sugestão com a qual todos concordam.

Úrsula Caser toma a palavra e pede aos parceiros que analisem as sugestões consideradas nos pilares que se encontram expostos e que votem nos que considerem mais relevantes. Para esta tarefa dispõem de cerca de 10 minutos.

Decorrido o tempo estabelecido, Úrsula volta a tomar a palavra e informa os presentes de que irá ser distribuído um documento contendo um diagrama com os eixos para o Plano de Acção, o qual foi requerido ao GAT pelo INH.

Jorge Malheiros começa por explicar que o diagrama representa dimensões que foram consideradas relevantes, dentro da problemática do bairro e a pedido de Ana Teresa Calado explica cada uma delas: fala sobre as questões centrais que mais preocupam a população, as quais dizem respeito às incertezas – incertezas quanto ao futuro do bairro e quanto à segurança – e à (re)qualificação urbanística (enquanto questão central supletiva), e que as restantes são problemáticas complementares, que não serão resolvidas de imediato mas que devem ser consideradas. Sublinha ainda que estas dimensões deverão ser actualizadas de acordo com a informação retirada dos pilares em consensualização

Teresa Duarte informa que se sente um pouco desconfortável com a metodologia que está a ser aplicada uma vez que não teve acesso à informação que consta do diagnóstico, e que por isso, não tem dados que lhe permitam intervir mais activamente ou com maior firmeza.

Jorge Malheiros explica que este processo não é uma prática do planeamento tradicional, e que assim sendo o diagnóstico vai sendo construído a partir da informação disponibilizada pelos parceiros, e que estes podem e devem solicitar, junto do GAT, as vertentes do diagnóstico às quais estão mais relacionados de forma a enriquecer este documento.

Fig. 3 - GPL em votação dos Pilares

Jorge Miranda questiona o grupo acerca da possibilidade destas dimensões espelharem acções dentro e fora do bairro ao que o Jorge explica que o presente diagrama não reflecte ainda quaisquer acções mas que futuramente essa integração com a envolvente deve ser considerada. Jorge Miranda justifica a sua intervenção referindo que a massa critica que constitui o bairro não permite a sua auto-sustentabilidade e que assim sendo o bairro deve ir ao encontro da envolvente assim como o contrário deve ser feito. O José Carlos Travassos reforça, uma vez mais, a ideia de que o factor mobilidade deve ser considerado para a futura intervenção.

Lieve, conforme tinha referido na primeira reunião com os parceiros locais, chama a atenção para o facto do Moinho da Juventude não ter salas suficientes para acolher todas as crianças e que, uma vez que todo o processo foi feito com o maior rigor e de forma correcta, não compreende por é que depois de todo os tempo decorrido desde a entrega do processo à Segurança Social ainda não foi dada qualquer resposta à solicitação desta instituição.

Jorge Miranda aproveita o final da reunião para informar os presentes de que nos dias 23 e 24 de Junho irá ser realizado o Congresso de Zona, no âmbito do PIC URBAN, na escola D. João V, e divulga o programa. Termina, afirmando que esta é uma nova forma de governância uma vez que toda a informação recolhida não será filtrada, facto que aproximará a população dos órgãos decisores.

Fig. 4 - Resultado da votação dos pilares

Após terem sido introduzidas as devidas alterações nos pilares para o Plano de Acção e este ter sido validado pelo Grupo de Parceiros Locais, Úrsula Caser passa a palavra à Lia Vasconcelos que agradece a presença e colaboração de todos.

A sessão foi encerrada às 17:00h.

Café à saída

Cova da Moura
Um Bairro Sustentável

1 – COVA DA MOURA, um bairro legal para todos
Regularizar a Situação Fundiária, dos moradores, das construções e das infra-estruturas.
(Espaço público, construções, infra-estruturas e equipamentos).
NÚMERO DE VOTOS: 24 (D)

2 – COVA DA MOURA, um bairro qualificado e aberto ao exterior
(Urbanismo e ambiente urbano. Intensificar os fluxos entre o bairro e o exterior, promovendo mais entradas e uma maior interacção com a envolvente. Assegurar a mobilidade).
NÚMERO DE VOTOS: 28 (B)

3 – COVA DA MOURA, um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo
Reconstruir a Imagem do Bairro e garantir Condições de Segurança
(Combater a criminalidade e o tráfico de droga, devolver a rua aos moradores, regularizar a situação dos imigrantes irregulares. Reconstruir a imagem da Cova da Moura, nos media, na AML e no país. Prevenção. Segurança colectiva: saúde, idosos,etc.).
NÚMERO DE VOTOS: 37 (A)

4. COVA DA MOURA, um bairro com futuro para os jovens
Reforçar as competências dos jovens e alargar os seus espaços de participação
(Criar actividades dirigidas à capacidade cívica, profissional e cultural dos jovens, sobretudo os mais novos; valorizar o capital humano jovem e promover a empregabilidade)
NÚMERO DE VOTOS: 27 (C)

5 – COVA DA MOURA, um bairro economicamente activo
Valorizar a economia local
(Qualificar as ofertas existentes; legalizar actividades; valorizar as oportunidades no domínio do empresarialismo étnico e divulgar fora do bairro as capacidades e as ofertas de serviços existentes)
NÚMERO DE VOTOS: 15 (E)

6 – COVA DA MOURA, um lugar criativo
Valorizar as especificidades do bairro
(Apoiar o associativismo. Promover as actividades e a oferta cultural, apostando nas referências existentes: elementos afro, hip-hop …)
NÚMERO DE VOTOS: 7 (G)

7 – COVA DA MOURA, um bairro ecológico
(Ambientalmente sustentável)
NÚMERO DE VOTOS: 13 (F)

Anexo 1.5.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
5º Encontro – 24 de Maio de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 5ª Reunião – 24 de Maio de 2006

Nome	Instituição
Ilídio Custódio Carmo	Ass. Clube Desportivo Alto Cova da Moura
Armando Santos	Ass. Comissão Pais Escola
Emílio Teixeira	Ass. Moradores Alto da Cova da Moura
António Horta	Associação de Moradores
Carlos Santos	Associação Moinho da Juventude
Lieve Meersschaert	Associação Moinho da Juventude
Carlos Relha	Associação Moinho da Juventude
Ana Pato	Associação Moinho da Juventude
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Jorge Miranda	Câmara Municipal Amadora
Maria de Fátima Cruz	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Fátima Teixeira	Escola EB1/JI da Cova da Moura
João Miranda	FA – Comissão de Bairro
Pedro Cunha	GAT
Eduardo Campelo	GAT
Francisco Silva Alves	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Ana Mascarenhas	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Úrsula Caser	GAT
Luísa Pereira	IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
José Carlos Travassos	INH
Rogério Pampulha	INH
Susana Sousa	INH
Teresa Duarte	Instituto das Artes – M. Cultura
Carmen Ribeiro	J. F. Buraca
Manuel Rocha	M. Educação / DREL / Coordenador executivo
Ana Teresa Calado	Núcleo Executivo Rede Social
António Manuel Pereira	PSP Amadora
António João Gawdeira (?)	SEF
Adelaide Martins	Segurança Social – Serviço Social Amadora

Anexo 1.6.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
6º Encontro – 7 de Junho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

6º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 7 de Junho de 2006
Local: Escola EB1/JI Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 34 pessoas entre equipa técnica de apoio e parceiros locais.

Objectivos

Os objectivos da reunião foram:

1.) Apresentar ao GPL todas as fichas de Planos de Acção preenchidas pelos parceiros; e
2.) Identificar os critérios de deverão ser seguidos pelo GAT (e GPL) na sistematização dos projectos apresentados nas fichas de Planos de Acção.

Metodologia

A sessão foi dividida em três partes:

1.ª – apresentação em plenário, pelas Instituições presentes, das fichas de Planos de Acção preenchidas pelas mesmas, para o conhecimento de todo o GPL;

2.ª – café, com acolhimento, sempre especial, por parte da direcção da escola EB1/JI Cova da Moura;

3.ª – apresentação de fichas de Planos de Acção e definição dos critérios para a sistematização dos projectos.

Sessão

Às 14:56h foi dado início à sessão.

Úrsula Caser pede ao GPL as fichas com Acções preenchidas. (Durante a semana, foram distribuídas, via e-mail, as fichas de Plano de Acção para o GPL). Para os que não as preencheram, foram dados 15 minutos para fazê-lo.

Um morador participante da reunião levantou a questão sobre o porquê de a reunião não ter sido divulgada aos moradores. Jorge Malheiros explicou que a reunião é mais estruturada e visa ter a opinião das Instituições. Os *workshops* dos dias 25 de Abril e 27 de Maio foram para ouvir a população.

Jorge Malheiros lembrou que, para a próxima reunião, todas as ideias (Planos de Acção) serão trabalhadas tecnicamente. A próxima etapa é uma etapa de compromisso, com sustentação técnica.

Fig. 5 - Pilares do Plano de Acção afixados na parede

Úrsula Caser cede mais 15 minutos para que o GPL termine o preenchimento das fichas de Planos de Acção. Os 5 moradores presentes informam que não estão representados no processo. Dizem que a Associação de Moradores não os representa.

Úrsula Caser pede ao GPL que apresente os Planos de Acção, conforme os 7 pilares afixados na parede.

O GPL passou a apresentar os projectos apontados nas fichas.

Pilar 1 – *Cova da Moura, um bairro legal para todos*

Apresentaram propostas:

- Anabela Rodrigues (Moinho da Juventude);
- Rogério Pampulha (INH);
- Ilídio Carmo (Associação de Moradores);
- JC Travassos (INH), que lembra a importância de resolver a questão fundiária e a necessidade da constituição duma equipa local;
- Isabel Nascimento (Junta de Freguesia da Buraca), que apresenta sua preocupação em ver "paredes a subir" na Cova da Moura. Lembra que é importante haver um carácter de credibilidade. Sente uma certa descredibilidade por parte da população.

Pilar 2 – *Cova da Moura, um bairro qualificado e aberto ao exterior*

Apresentaram propostas:

- Carlos Relha (Moinho da Juventude), lembrando a necessidade de avaliar os impactes dentro e fora do bairro; e
- Ilídio Carmo (Associação de Moradores).

Pilar 3 – *Cova da Moura, um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo*

Apresentaram propostas:

- Luísa Pereira (IDT). Embora tenha colaborado com a entrega de propostas, a representante do IDT (CAT), precisou ausentar-se da reunião, solicitando a Jorge Malheiros que apresentasse em seu nome as propostas;
- António Teixeira (PSP);
- Anabela Rodrigues (Moinho da Juventude). Jorge Malheiros aponta que as propostas apresentadas figuram no Pilar 2 (urbanismo) e não no Pilar 3 (imagem). Acordaram em deixar as propostas entre os 2 pilares;
- Morador (sem representação institucional).

Pilar 4 – *Cova da Moura, um bairro com futuro para os jovens*

Apresentaram propostas:

- Manuel Rocha (DREL);
- Carlos Relha (Moinho da Juventude)

Café

Durante o breve intervalo, o GPL pode acompanhar o trabalho da PSP, em parceria com a EB1/JI Cova da Moura, junto às crianças. A foto mostra os alunos vestidos com a farda da PSP.

Fig. 6 - Alunos fardados e integrantes da PSP

Pilar 5 – *Cova da Moura, um bairro economicamente activo*

Apresentaram propostas:

- Carlos Relha (Moinho da Juventude).

Pilar 6 – *Cova da Moura, um lugar criativo*

Apresentaram propostas:

- Carlos Relha (Moinho da Juventude);
- Jorge Malheiros apresentou as propostas de Teresa Duarte (Cultura), que justificou a ausência na reunião.

Pilar 7 – *Cova da Moura, um bairro ecológico*

Apresentaram propostas:

- Carlos Relha (Moinho da Juventude).

Jorge Malheiros lembra que são muitos os projectos apresentados, parecendo uma grande "lista de compras". Anuncia que o próximo passo é a optimização dos projectos e dos recursos, por parte do GAT.

Fig. 7 - Projectos apresentados pelo GPL

Lia Vasconcelos apresenta para discussão 2 critérios que deverão ser observados quando da selecção dos projectos, sendo depois apresentados outros tantos pelos participantes da reunião, ficando estabelecidos os seguintes critérios após concordância de todos:

CRITÉRIOS PRINCIPAIS

1. Duas ou mais Instituições
2. Não redundância
3. Fasear curto, médio e longo prazo Conjugar acções, para evitar que os projectos não sejam executados por falta de verbas. Optimizar, partilhar, prioritizar as acções
4. Responder aos principais problemas/potencialidades

CRITÉRIOS SECUNDÁRIOS

5. Inovação, criatividade
6. Efeito multiplicador

Carlos Relha diz que os trabalhos deveriam ser mais objectivados. Jorge Malheiros lembra que o diagnóstico foi distribuído também para que as propostas do GPL obedecessem os pilares trabalhados pelo grupo.

Jorge Malheiros lembra que planear é também trabalhar com incertezas. O GPL deve hierarquizar conforme as prioridades. Ana Pato afirma ser difícil definir planos imediatos e planos globais, citando o exemplo dos arruamentos.

O GPL presente aceitou os critérios estabelecidos.

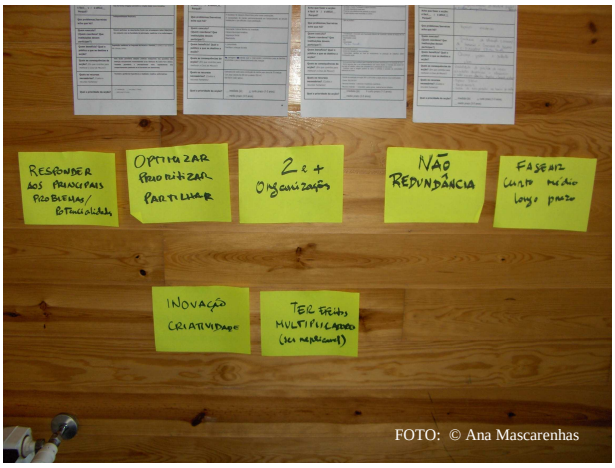


Fig. 8 - Critérios definidos pelo GPL

Lia Vasconcelos solicita ao GAT que envie até a próxima segunda-feira, dia 12 de Junho, outras propostas, caso as possuam. Anuncia que a próxima reunião será no dia 21 de Junho, às 14:30h, na EB1/JI Cova da Moura.

Ilídio Carmo pede confirmação sobre a reunião com a Comissão de Bairro, a realizar-se no dia 13 de Junho, às 18:00h, o que foi confirmado pelo GAT.

A reunião encerrou às 17:00h.

Café, novamente, à saída

Anexo 1.6.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
6º Encontro – 7 de Junho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005
"Cova da Moura" – Amadora
Lista de Presenças – 6ª Reunião – 7 de Junho de 2006

Nome	Instituição
António Ferreira Horta	Associação de Moradores
Ilídio Custódio Carmo	Associação de Moradores
Alberto Martins	Associação de Moradores
Anabela Rodrigues	Associação Moinho da Juventude
Carlos Relha	Associação Moinho da Juventude
Ana Pato	Associação Moinho da Juventude
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Adelaide Martins	CDSS – Serviço Local Amadora
Sílvia de Pompeia Viegas	Centro de Saúde da Reboleira – Ext. Buraca
Fátima Teixeira	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Maria de Fátima Cruz	Escola EB1/JI da Cova da Moura
Maria João Teotónio	Escola EB2 Pedro D'Orey da Cunha
Helena Campos	Fac. Arquitectura – UTL
Ana Teresa Soeiro	Fac. Arquitectura – UTL
Mariana Oliveira	FCT – Universidade Nova
Ana Mascarenhas	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Ana Paula Horta	GAT
Francisco Silva Alves	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Úrsula Caser	GAT
Luísa Pereira	IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
José Carlos Travassos	INH
Rogério Pampulha	INH
Isabel Nascimento	Junta Freguesia da Buraca
Manuel Rocha	M. Educação / DREL / Coordenador executivo
António Manuel Pereira	PSP Amadora
José Lopes	Residente Bairro
João Coutinho	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
Domingos Semedo Borges	Residente Bairro
José Agostinho	Residente Bairro

Anexo 1.7.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
7º Encontro – 22 de Junho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

7º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 22 de Junho de 2006
Local: Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 53 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião era discutir e validar, em sede do GPL, o Plano de Acção optimizado.

Metodologia

A sessão foi dividida em duas partes:
1.ª – Discussão em grupos sobre o Plano de Acção;
2.ª – Apresentação em plenário, dos resultados das discussões sobre o Plano de Acção.

Sessão

Às 14:35h foi dado início à sessão.

Lia Vasconcelos pede aos Parceiros Locais que sentem-se nas mesas que foram dispostas no salão. Foram preparadas 4 mesas, sendo que em cada uma delas foram discutidos eixos do Plano de Acção.

Cabe aqui referir que os 7 eixos do Plano de Acção foram discutidos pelo GPL, representantes institucionais legitimados para validar o documento. A última mesa disposta no salão era composta por moradores que participaram dos trabalhos, embora destituídos do poder de decisão, discutindo os eixos 4 e 6.

Note-se que os 7 eixos trabalhados eram:
1. Um bairro legal para todos;
2. Um bairro qualificado e aberto ao exterior;
3. Um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo;
4. Um bairro com futuro para os jovens;
5. Um bairro economicamente activo;
6. Um lugar criativo; e
7. Um bairro ecológico.

Numa segunda fase da reunião, foram iniciadas as apresentações em plenário.

Quanto ao *Eixo de Intervenção 1: Um Bairro Legal para Todos*, Jorge Miranda (Câmara Municipal da Amadora) apresentou os resultados das discussões do grupo. Dessas discussões resultaram:

- Até Julho, deverá ser realizado um levantamento técnico submetido a concurso. Havendo o compromisso financeiro da Tutela, a Câmara assume esse compromisso;
- Há disponibilidade em negociar com os proprietários dos terrenos;
- Congelamento das construções e licenciamento dos moradores e agregados familiares;
- Identificar as intenções de cada morador (quem não quiser ficar no bairro terá apoio para ter moradia em outro bairro);
- É preciso esclarecer a questão das benfeitorias;
- Quanto ao diagnóstico, a CMA solicita que seja retirado do SWOT o Plano de Requalificação Urbanística para a Cova da Moura, uma vez que ele não existe mais (o plano não foi aprovado, portanto não existe).
- No diagnóstico há 3 zonas no bairro identificadas com características diferentes. Para o Plano de Acção, devem ser tratadas de maneira igual.
- Deverá ser elaborado um concurso público, com regras definidas em sede do GPL, para a contratação de uma equipa técnica que apresentem 2 ou 3 cenários possíveis, vinculados ao Plano de Acção estabilizado no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos;
- Deverão ser considerados de execução imediata os arranjos em equipamentos do bairro, sejam eles permanentes ou precários. Entretanto, não deverão ser construídos novos equipamentos até que seja elaborado um novo desenho urbano para o bairro, sob pena de este prever a destruição daquele;

Jorge Malheiros agradece a participação activa da Câmara e lembra que esta talvez tenha sido a reunião mais interessante de todas, desde o início dos trabalhos na Iniciativa. Chama a atenção para o tempo das acções, considerando importante o loteamento e a elaboração do desenho urbano para o bairro acontecerem simultaneamente, se possível.

Fig. 9 - GPL a discutir o Plano de Acção

Ilídio Carmo esclarece que fala em nome das 2 Instituições que representa (Clube Desportivo e Associação de Moradores) e não em nome da Comissão de Bairro. Nesta condição, agradece também o que chamou de "abertura da Câmara" para resolver a situação da Cova da Moura.

Anabela Rodrigues pede esclarecimento sobre a gestão da proposta da Câmara. Jorge Miranda lembra que há coisas que devem ser dirigidas pela Câmara, em conjunto com a Comissão de Bairro.

João Miranda (Faculdade de Arquitectura) afirma que o loteamento deve ser feito antes do Plano de Pormenor.

Anabela Rodrigues questiona se o desenho urbano será feito ou não com base no desejo das pessoas.

Jorge Miranda esclarece que para a Câmara, a "Premissa Cabeça" para a realização do concurso público que deverá apresentar 3 propostas de desenho urbano para a Cova da Moura é que ***"Fica no bairro quem mora cá e quer cá ficar"***.

Carlos Relha questiona se a criação de raiz, de equipamentos, pode ser considerada imediata ou não.

Jorge Miranda lembra que o futuro desenho urbano para o bairro pode comprometer a permanência de equipamentos criados agora. Pede cautela para se encontrar as respostas prementes, avançar onde já se tem certeza e guardar lugares para os alojamentos temporários (quando da construção ou reforma das moradias do bairro).

Silva Alves aprova o avanço da CMA. Lembra que se deve tomar muita cautela. Pensa que deveria resultar uma base de diálogo, ou seja, algo que permitisse uma continuidade. No âmbito das estratégias, o GAT avançou com propostas e gostaria da opinião de todos.

Úrsula Caser interveio, garantindo que as propostas ficarão registadas, mas como a discussão em curso era sobre a estabilização do Eixo 1, sugeriu que a agenda fosse retomada e os modelos de gestão fossem discutidos em ocasião própria.

Domingos Borges (morador) pede a palavra. Informa que há um plano para requalificação do bairro chamado Plano Estratégico e de Estrutura do qual teve conhecimento. Informa também que há alguém nas Instituições que tem 7 ou 8 prédios (**"não são fogos, mas prédios", afirma o morador**). Afirma que não está preocupado com o fim da casa dele, até porque sabe que não é possível requalificar a Cova da Moura sem nada ir abaixo. Mas é preciso que seja feito com conhecimento técnico e com justiça. Pede imparcialidade no processo.

Ana Teresa Soeiro esclarece que o Plano referido foi desenvolvido pela Universidade de Arquitectura. Informa que trata-se apenas de uma ideia e que não está institucionalizado.

Jorge Malheiros afirma que, **"neste momento, não existe nenhum documento formalizado"**. Há apenas ideias e não um documento formal. Os moradores devem ter consciência que como está, o bairro não pode ficar, mas não há um plano.

Anabela Rodrigues pede a palavra e procura esclarecer as dúvidas dos moradores presentes. Repete as afirmações de que não há um plano definido ainda para o bairro e convida os moradores a participar mais do processo.

Rogério Pampulha lembra o projecto EUROPAN, que visa alargar as ideias para a Cova da Moura.

Foi discutida também a retirada do ponto Ameaças, no SWOT, da DIMENSÃO FÍSICA E URBANÍSTICA: **Demolição da Cova da Moura (renovação) assente em PU já existente**. Jorge Miranda informa que, em primeiro lugar, nenhum Plano de Urbanização constitui uma ameaça e, em segundo lugar, como o PU anterior da CMA não foi aprovado, não tendo sido dada continuidade, não faz sentido figurar como ameaça.

Anabela Rodrigues questiona garantias sobre as novas propostas da CMA.

Jorge Malheiros lembra que o que for decidido em sede de GPL fica registado em acta, constituindo um comprometimento do GPL.

Jorge Miranda ressalta que, quando a CMA apresenta novas propostas, está comprometida a desconsiderar o PU anterior.

Lia Vasconcelos alerta que os trabalhos não serão finalizados nessa sessão, sendo necessário o agendamento de outro encontro com o GPL. As Instituições presentes afirmam que não há tempo disponível e que este projecto exige muito tempo, comprometendo outros trabalhos e compromissos já assumidos pelos mesmos.

Jorge Malheiros informa que um pedido de adiamento da entrega final do Plano de Acção ao INH não pode ser formalizado pelo GAT, mas sim pelo GPL. Todos os presentes (GPL) concordam em solicitar alargamento dos prazos ao INH.

Susana Sousa lembra que a data limite para a entrega final das propostas de intervenção no bairro, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos – RCM 143/2005, é 4 de Julho. Informa que não pode assumir compromissos em nome do INH, para resolver essa questão, mas vai levar a informação aos responsáveis.

Foi agendada a próxima reunião com o INH para dia 29 de Junho, às 12:00h, no Clube Desportivo. Caso ainda não se consiga estabilizar o Plano de Acção Final, uma outra reunião ficou já agendada para o dia 1 de Julho, às 9:00h, no Moinho da Juventude.

A sessão foi encerrada às 18:18h.

Anexo 1.7.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
7º Encontro – 22 de Junho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 7ª Reunião – 22 de Junho de 2006

Nome	Instituição
Domingos Pereira	Associação Clube Desportivo
Luís Teixeira dos Santos	Associação Clube Desportivo
Mabília Novais	Associação Clube Desportivo
Patrícia Horta	Associação Clube Desportivo
António Ferreira Horta	Associação de Moradores
Emílio Teixeira	Associação de Moradores
Ilídio Custódio Carmo	Associação de Moradores
João Vasco dos Santos Alves	Associação de Moradores
Anabela Rodrigues	Associação Moinho da Juventude
Carlos Relha	Associação Moinho da Juventude
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Jorge Miranda	Câmara Municipal da Amadora
Adelaide Martins	CDSS – Serviço Local Amadora
Lucinda Pereira	CDSS – Serviço Local Amadora
Ana Teresa Soeiro	Fac. Arquitectura - UTL
Helena Campos	Fac. Arquitectura - UTL
João Miranda	Fac. Arquitectura - UTL
Ana Mascarenhas	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Francisco Silva Alves	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Úrsula Caser	GAT
Luísa Pereira	IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
Rogério Pampulha	INH
Susana Sousa	INH
António Manuel Pereira	PSP Amadora
Adelino Santos Fonseca	Residente Bairro

Albertino Pereira Reis	Residente Bairro
Alberto Martins Pina	Residente Bairro
Aníbal Rocha Monteiro	Residente Bairro
António Manuel Rosário	Residente Bairro
Armando Nascimento Silva	Residente Bairro
Cândida Lopes	Residente Bairro
Cipriano Mendes Semedo	Residente Bairro
Domingos Semedo Borges	Residente Bairro
Fernando Rodrigues	Residente Bairro
Francisco Graça	Residente Bairro
Francisco Martins Delgado	Residente Bairro
Hermínia Pires	Residente Bairro
Isaías Rodrigues	Residente Bairro
Jaime Lamego	Residente Bairro
João António Ramos	Residente Bairro
João José Mota	Residente Bairro
João Veiga	Residente Bairro
José Agostinho	Residente Bairro
José Cardoso Firme	Residente Bairro
José Gaspar	Residente Bairro
José Júlio Nadina	Residente Bairro
Leonel Caldeira	Residente Bairro
Luciano Pereira Lamego	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
Manuel Fortes	Residente Bairro
Maria da Luz Rosário	Residente Bairro
Maria José Pinheiro	Residente Bairro
Matilde dos Santos Rodrigues	Residente Bairro
Miguel Baptista	Residente Bairro
Pedro Borges Furtado	Residente Bairro
Paulo Batista	SEF

Anexo 1.8.1

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
8º Encontro – 29 de Junho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

8º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 29 de Junho de 2006
Local: Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 43 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião era discutir e validar, em sede do GPL, o Plano de Acção optimizado, que resultou da fusão dos vários contributos dos parceiros GPL.

Metodologia

A sessão, contínua, centrou-se na discussão dos Eixos de Intervenção 1 e 2, sendo o *Eixo 1: Um bairro legal para todos* e *Eixo 2 : Um bairro qualificado e aberto ao exterior*.

Sessão

Às 12:30h foi dado início à sessão.

Jorge Malheiros (GAT) esclarece que a ordem das acções relativas ao ponto 1 obedecem procedimento jurídico.

Em concordância com o texto apresentado no ponto 1, Manuel Rocha (DREL) afirma que não há o que acrescentar.

Ilídio Rocha questiona se as acções de usucapião em Tribunal poderão colidir com o processo de negociação.

Jorge Miranda (CMA) lembra que a CMA é a única entidade que deverá tratar da negociação.

JC Travassos (INH) apresenta a possibilidade de permuta para resolver o problema da escassez de moradias para realojamento e reforça a função do INH nesse processo, com a possibilidade de recurso a bolsas de habitação existentes.

Silva Alves (GAT) lembra que há várias formas de negociação. Na sequência, Jorge Malheiros (GAT) alerta para a importância de o INH ser integrado como negociador, financiador e interlocutor.

Silva Alves pensa que a fiscalização para o congelamento das construções é relativamente fácil, se envolver os moradores e a CMA.

Jorge Miranda lembra que é importante ir por fases e não condicionar o resultado do desenho urbano final, evitando construções definitivas até estar definido o Desenho Urbano.

Lieve (Moinho da Juventude) afirma que não faz sentido colocar novamente pré-fabricados no bairro.

Jorge Miranda questiona se alguém sabe como ficará o bairro, pois construir uma estrutura definitiva num lado pode, no desenho urbano a ser elaborado, ser colocado num outro.

Manuel Rocha (Associação de Moradores) lembra a importância de garantir a qualidade de vida das pessoas.

Jorge Malheiros alerta para o facto de Jorge Miranda estar a ser sensato. Lembra que não está em causa a proposta do Moinho da Juventude, mas haverá sempre um motivo de justiça que justifique outras construções, e.g., doente em casa, aumento da família. Afirma ainda que é preciso tomar cuidado para não transformar as excepções em regra.

Concordou-se em manter o princípio do congelamento das construções e os casos excepcionais devem ser expressos e as opções de solução fundamentadas.

Lieve aponta para a importância da Utilidade Pública, como justificativa para construções.

Jorge Malheiros lembra que a Utilidade Pública somente poderá ser aceite como justificativa em carácter de urgência.

Jorge Miranda pede que haja um texto claro que permita a gestão futura.

Adelaide Martins (Segurança Social) transmite as orientações emanadas do Ministério da Segurança Social, que afirma não poder contribuir com nenhum financiamento.

Manuel Rocha (DREL) lembra a importância de definir datas para o congelamento e o estudo urbanístico.

Jorge Malheiros pensa que o congelamento das construções deve iniciar-se desde já.

Silva Alves pensa que o congelamento das construções deve iniciar-se na data da DUP (Declaração de Utilidade Pública).

JC Travassos alerta que, se os moradores continuarem a ter capacidade de manobra para construir, podem subverter o projecto. Qualquer bairro que pretenda ser legalizado, deve observar a lei e entrar na logística e na legalidade. Se há leis e obrigatoriedades, servem para ser seguidas. Se há aqui um esforço para a legalidade, deve-se agir dentro da lei.

Lieve esclarece que não pretendem fugir à legalidade.

Domingos Borges (morador) informa que nesse momento há construções desenfreadas de obras pelo bairro. Diz que é preciso regras para congelar tudo mesmo. Diz que a CMA é que conhece as regras para construções. Pensa ser urgente congelar tudo.

Adelaide Martins lembra que sem uma definição sobre o que vai acontecer no bairro, tem dúvidas se as candidaturas serão aceites.

Lieve diz que estão sozinhos para ajudar as crianças e pais, que para trabalharem, terão que deixar os filhos ficar na rua, caso não possam contar com a Segurança Social.

Jorge Malheiros sugere que permaneça o texto original, mas com a definição de um prazo.

Jorge Miranda propõe o congelamento das construções a partir da data da DUP. Lembra que não se trata de uma AUGI.

Jorge Malheiros lembra que o pedido para o congelamento das construções pode ser feito nos termos de um Pedido Cautelar.

Fig. 10 - GPL a discutir os Eixos de Intervenção 1 e 2

António Horta questiona o que são lotes "inviáveis".

Jorge Malheiros lembra que há lotes que vão ser agrupados, lotes que vão desaparecer, lotes que serão criados. Deverá haver um novo parcelamento de lotes, para que o novo desenho urbanístico seja sustentável. Logo, lotes "inviáveis" seriam aqueles que não respeitam as normas urbanísticas.

Jorge Miranda reafirma que um dos princípios da CMA é respeitar a vontade dos moradores que vivem na Cova da Moura e querem nesse bairro continuarem a viver.

Domingos Borges informa que há especulação imobiliária no bairro. Há pessoas que trouxeram problemas ao bairro.

Outro morador questiona como poderá ser evitado que outros moradores venham para o bairro, para se candidatarem à ideia louvável da CMA, que visa considerar apenas os moradores, e não os construtores.

JC Travassos lembra a importância de ampliar a responsabilidade do realojamento para outras entidades, e.g., INH, CGD. Alerta para a necessidade de expandir as capacidades de realojamento da CMA.

Jorge Miranda sugere que no ponto 1.3.5 deverá haver mais opções de manobra.

A CMA não concorda com a consideração das benfeitorias, contrariamente a opinião de alguns membros da Comissão de Bairro. Concordaram que o ponto fica em aberto, ainda por negociar.

Manuel Rocha (DREL) informa que Benfeitorias possuem legislação própria, sendo que muito provavelmente não se aplica a este caso.

Jorge Miranda reafirma que a CMA não concorda com as considerações de Benfeitorias no ponto B3 do 1.3.4, ficando assim, a negociar. Alerta que o Estudo Urbanístico deve responder ao Plano de Acção da Iniciativa "Bairros Críticos" a legislação actual.

Eduardo Campelo (GAT) esclarece que não se pode contrariar o REGEU. Propõe que tudo seja fundamentado na RCM 143/2005.

Manuel Rocha (DREL) pensa que os projectos devem considerar as opções do edificado para os moradores sem condições financeiras.

Eduardo Campelo esclarece que os projectos-tipo pressupõem adaptações.

Lieve sugere que os alunos da Faculdade de Arquitectura façam o trabalho, uma vez que já trabalham no bairro.

Jorge Miranda propõe que sejam criadas zonas de realojamento dentro do bairro (1.4.3 – C).

Jorge Miranda lembra que já havia pedido à Comissão de Bairro que apontem as acções prioritárias. Apenas serão requalificados de imediato os equipamentos prioritários e urgentes, para que não se corra a risco do desenho urbano a ser elaborado para o bairro virem a destruírem-nos.

Fica agendada uma nova reunião para continuar a discussão dos Eixos de Intervenção para o próximo sábado, dia 1 de Julho, no Salão Polivalente do Moinho da Juventude, na Rua do Outeiro, n.º1.

Encerramento da sessão às 17:00h.

Anexo 1.8.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
8º Encontro – 29 de Junho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 8ª Reunião – 29 de Junho de 2006

Nome	Instituição
Jorge Nunes	ACIME
Manuel da Graça Rocha	Associação Clube Desportivo
António Ferreira Horta	Associação de Moradores
Emílio Teixeira	Associação de Moradores
Ilídio Custódio Carmo	Associação de Moradores
João Batista Rocha	Associação de Moradores
Carlos Relha	Associação Moinho da Juventude
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Jorge Miranda	Câmara Municipal da Amadora
Adelaide Martins	CDSS – Serviço Local Amadora
Manuel Rocha	DREL
Fátima Cruz	EB1/JI Cova da Moura
Ana Teresa Soeiro	Fac. Arquitectura - UTL
João Miranda	Fac. Arquitectura - UTL
Ana Mascarenhas	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Francisco Silva Alves	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Eduardo Campelo	GAT
JC Travassos	INH
Rogério Pampulha	INH
Susana Sousa	INH
Ana Pato	Moinho da Juventude
Lieve	Moinho da Juventude
António Manuel Pereira	PSP Amadora
Adelino Santos Fonseca	Residente Bairro
António Manuel Rosário	Residente Bairro

Feliciana Reis	Residente Bairro
Cristiano Lopes	Residente Bairro
Angelina Fonseca	Residente Bairro
Fernando Brito	Residente Bairro
Francisco Graça	Residente Bairro
Domingos Borges	Residente Bairro
António Caetano	Residente Bairro
Gualdino Caldeira Jr	Residente Bairro
Jaime Lamego	Residente Bairro
João Antunes Rodrigues	Residente Bairro
José Agostinho	Residente Bairro
José	Residente Bairro
José Gaspar	Residente Bairro
Vicente Vitorio	Residente Bairro
Alexandre Soares	Residente Bairro
Luciano Pereira Lamego	Residente Bairro
António Araújo	Residente Bairro
Paulo Batista	SEF

Anexo 1.9.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
9º Encontro – 1 de Julho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

9º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 1 de Julho de 2006
Local: Associação Cultural Moinho da Juventude, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 29 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião foi discutir e validar, em sede do GPL, o Plano de Acção optimizado, que resultou da fusão dos vários contributos dos parceiros GPL.

Metodologia

A sessão, contínua, centrou-se na discussão do Plano de Acção estruturada em Eixos de Intervenção (*Eixo 1: Um bairro legal para todos* e *Eixo 2 : Um bairro qualificado e aberto ao exterior*, *Eixo 3: Um bairro com nova imagem, seguro e tranquilo; Eixo 4: Um bairro com futuro para os jovens; Eixo 5: Um bairro economicamente activo; Eixo 6: Um lugar criativo; Eixo 7: Um bairro ecológico*).

No entanto, mesmo sem interrupção, a meio da reunião os participantes puderam usufruir de "comes e bebes" disponibilizados na mesa.

Sessão

Às 9:40h foi dado início à sessão.

Lia Vasconcelos (GAT) solicita ao GPL que comente as correcções feitas nos Eixos 1 e 2.

Susana Sousa (INH) informa que o INH considera ser melhor a CMA proceder ao Concurso.

Jorge Miranda (CMA) solicita que no Ponto 1.3.2 seja acrescentado ***"Desde que não tenha alternativa habitacional na zona metropolitana de Lisboa"***.

Ilídio Carmo (Associação de Moradores) não concorda, pois considera que isso limita os direitos de quem progrediu na vida. Afirma que o Plano não pode ser um castigo a quem trabalhou e tem alguma coisa na zona de Lisboa.

António Horta (Associação de Moradores) pede que seja distinguido o Direito de Realojamento (apenas para quem precisa) e o Direito de Adquirir um Lote, podendo até os valores serem diferenciados, nesse caso.

Ilídio Carmo lembra que em 30 anos as pessoas trabalharam e, consequentemente adquiriram bens. Afirma ***"Eu tenho casa"***, e há outras situações, num número significativo.

JC Travassos (INH) lembra que o ónus de pagar quem fica no bairro é do Estado. Não está em causa o direito à habitação, que é efectivamente o direito da responsabilidade da entidade pública. Tem a ver com a lógica do terreno deixar de ser rural e passar a ser urbano, e as implicações (acréscimo do valor) que isso tem para o Estado.

Domingos Borges (Morador) lembra como surgiu o bairro e como cresceu de forma desordenada. Pensa que a situação está a beira da ruptura, e por isso, os critérios devem ser iguais para todos e deve seguir o que diz a lei. É de louvar quem conseguiu adquirir bens, mas quem tem outra habitação não constitui um problema para o Estado.

António Horta pensa que não vale a pena discutir essa questão.

JC Travassos discorda, pois considera que depende do número de pessoas a serem realojadas, pois se for um número significativo, implica em acréscimo do ónus para o Estado.

Jorge Miranda informa que este é um princípio fundamental da CMA, do qual esta não pretende abdicar. Solicita que seja formulado pela CB o que entendem por "lotes viáveis" e proponham alternativas de negociação.

Jorge Malheiros (GAT) informa que não há crédito bonificado (1.3.4-B), mas se for numa lógica de compra do terreno, talvez se possa fazer o requerimento. Há muitas situações contempladas pelo PER-Famílias.

António Horta afirma que o PER-famílias permite a co-participação da CMA.

Jorge Malheiros esclarece que a intenção era mostrar que há alternativas de apoio do Estado, na aquisição de casas, sem recorrer, necessariamente, às habitações sociais. Sugere que a indicação do PER-famílias seja retirado do texto e alerta que deve ser indicada outra alternativa, como referência.

Ficou então acordado que, para quem queira sair do bairro, deve-se alargar as possibilidades. Para quem queira ficar, deve-se permitir abertura de crédito, considerando valores mais realistas de mercado.

Jorge Miranda informa que, para a CMA, a definição de residentes é ***"aqueles que residem permanentemente na Cova da Moura à data da Publicação da Iniciativa Bairros Críticos"***.

Um morador questiona como ficará a situação de quem emigra. Foi-lhe esclarecido que a solução considerará o local onde a pessoa tem a morada definitiva e paga impostos.

Quanto às benfeitorias nas habitações, a CMA não aceita, informa mais uma vez Jorge Miranda. Entretanto, o Direito de Superfície é aceite pela CMA.

Jorge Miranda pede esclarecimento sobre Equipa Técnica e Equipa de Projecto. Diz que há um conjunto de competências da CMA, Pensa ser importante a criação de uma "Comissão de Acompanhamento Permanente", que deverá incluir, sobretudo, a Comissão de Bairro. Quanto aos projectos-tipo, pensa só fazer sentido nos terrenos desocupados.

António Clemente (CMA) lembra que o Plano de Pormenor limita as construções.

Lieve e António Horta pensam que essa discussão deveria fazer parte do Desenho Urbanístico.

António Clemente lembra que os projectos-tipo são modelos que deixam as casas iguais e, perante o conhecimento que tem nesses domínios, é uma experiência que não deve ser repetida.

Eduardo Campelo (GAT) esclarece que, numa das últimas reuniões com o GPL, percebeu que o Plano permitirá que as pessoas sem condições financeiras possam construir nos seus lotes e, nesse sentido, os projectos-tipo podem tornar as construções mais baratas. Essa era a intenção da proposta dos projectos-tipo.

Jorge Miranda solicita que, nos custos, se inclua também os gastos extras que a população poderá ter com o projecto.

Jorge Malheiros esclarece que, das declarações dos 2 arquitectos (António Clemente e Eduardo Campelo), se percebe que os projectos-tipo podem ser uma vantagem. Propõe que não seja retirado, mas que seja uma alternativa para quem queira. Lembra que a localização será objecto do Desenho Urbano a ser elaborado.

Um morador informa que, há pessoas que não aceitam ficar no bairro se, após a intervenção urbanística, sua casa for demolida.

Fica acordado que o ponto 1.4.3-B será: Eventual elaboração de projectos-tipo no Estudo Urbanístico.

Após consenso, Lia Vasconcelos avança na facilitação para o Eixo 2.

Lieve questiona a criação de concurso para Equipa de Projecto que irá desenvolver o Estudo Urbanístico.

Silva Alves (GAT) informa que o Concurso não é obrigatório, desde que confiem na palavra da CMA.

Jorge Miranda lembra que o GPL está a elaborar, em conjunto, princípios que serão trabalhados pelo GAT. Não concorda em aproveitar estudos já realizados. Pensa que, se querem os alunos de arquitectura a trabalhar nisso, que concorram. ***"Deixem o mercado trabalhar"***.

Jorge Malheiros lembra que deverá ser tomado em conta pela futura equipa que fará o Estudo Urbanístico, os estudos já realizados para o bairro, pois não devem ser ignorados.

Rogério Pampulha (INH) alerta que os estudos já existentes deverão servir apenas para informar, não podendo ser considerados no âmbito desse projecto.

Jorge Miranda pensa que, aceitar a equipa da FAUL _ alunos de arquitectura_ é voltar 6 meses no processo e subverter a lógica do concurso.

António Horta propõe a criação de um protocolo para incluir os alunos de arquitectura. Teme que o Estudo Urbanístico futuro não seja aceite pelos moradores.

Jorge Miranda não admite que se diga que o dinheiro gasto em concurso público seja dinheiro "jogado fora".

Lieve esclarece que, enquanto o projecto Vasco Cunha foi elaborado com o intuito de ser implementado no bairro, o projecto elaborado pelos alunos da FAUL não tinha esse objectivo. Informa que os alunos estão a trabalhar no bairro há mais de 2 anos. Pensa ser importante que a Equipa que virá a desenvolver o Estudo Urbanístico tenha a capacidade de olhar não só a componente técnica, mas também para as pessoas.

Jorge Malheiros lembra que a Iniciativa Bairros Críticos é uma oportunidade histórica. Informa que 15 de Julho é o prazo final para a entrega dos trabalhos e é bom que o GPL tenha consciência disso, pois o GAT não vai pedir alteração do prazo. Lembra que, se continuarmos a discutir ponto a ponto, não avançamos e não teremos nada para apresentar em 15 de Julho. Restará ao GAT informar a Tutela que, no processo participativo, não houve consenso. Nesse sentido, solicita um esforço do GPL para chegarem a um consenso. Lembra ainda, que outros profissionais podem ter outras ideias interessantes (informa que está presente a Professora Isabel Raposo) e da reunião deverão sair regras que permitam aproveitar conhecimentos de pessoas externas ao bairro. Sugere talvez a elaboração de Concurso por Convite, limitando as candidaturas, mas reforça que devem ser aproveitados outros conhecimentos de fora, que também podem ser interessantes.

Domingos Borges lembra que discutir, ainda que por vários dias, a questão do concurso, não altera as competências da CMA nessa questão.

Isabel Raposo (Professora da FAUL) esclarece que está apenas como ouvinte, mas como seu nome foi referido, deve manifestar-se. Informa que acompanha o trabalho da Comissão de Bairro e lembra que o concurso é a forma mais transparente, mas também poderá não o ser, não se colocando aqui em causa a idoneidade da CMA. Informa ainda que está a analisar os interesses dos moradores que investiram muito no bairro. Em França, comenta, voltaram os bairros de barraca, sendo que esse "cavalo de batalha" não é um problema exclusivo daqui.

Jorge Malheiros alerta para o facto dessa visão ser redutora.

Jorge Miranda lembra que a CMA tem estado a ser clara e tem investido no processo. Foram definidos alguns princípios pela CMA, dentre eles, ***"considerar os direitos dos moradores"***. Lembra que há maneira de a CB ser ouvida e a CMA tem interesse em trabalhar em conjunto. A CMA tem feito o trabalho de casa

Eduardo Campelo lembra que a competência da elaboração dos Planos Urbanísticos é da CMA, mas a lei não diz como - se dentro ou fora da CMA – no entanto deve obrigatoriamente feito. De qualquer forma, custará sempre dinheiro, seja ao INH, a CMA ou a FAUL.

Ilídio Carmo pensa ser importante considerar quem esteve a trabalhar "de graça" há 2 anos.

Jorge Malheiros adverte que isso não é argumento neste processo. Se o fizeram, foi por sua vontade. Acrescenta que, quando António Horta sugere que a responsabilidade do Estudo Urbanístico deve ficar na CMA, é como se estivesse "dando tiros nos pés", pois perde a oportunidade de outras propostas interessantes abertas ao exterior. Conclui que, na sua opinião, deve-se proceder ao concurso.

António Horta, em resposta a Jorge Malheiros, não considera que seja um tiro no pé. Defende que é mais barato ser a CMA a escolher uma equipa para o Estudo Urbanístico do que proceder ao concurso público.

Lia Vasconcelos lembra que o que está sobre a mesa é se haverá ou não concurso público.

Lieve defende que a nomenclatura correcta é Procedimento e não Concurso Público.

Jorge Miranda questiona se o que se pretende é limitar as escolhas.

Fig. 11 - GPL a validar o Plano de Acção

Lieve esclarece que o que se pretende é criar mais sinergias.

Jorge Miranda informa que há vários modelos de concurso. Não compreende como pode a CMA estar a apresentar formas mais transparentes para o processo e, em contrapartida, a CB parece estar a limitá-los.

JC Travassos lembra que há muito mais mundo além dessa sala e há também muito mais ideias.

Domingos Borges faz um apelo à produtividade da reunião.

Eduardo Campelo informa que há maneiras de precisar se o concurso é para a escolha de ideias ou para a escolha de equipas.

Jorge Miranda lembra que há o nosso (GPL) trabalho feito e que todas as experiências devem ser consideradas, sobre pena de deitar fora a Iniciativa Bairros Críticos. Um dos princípios é que as ideias sejam apresentadas com base na Iniciativa.

Isabel Raposo intervém a favor do concurso público, defendendo também que um caderno de encargos deverá ser salvaguardado, bem como a participação da CB, como júri, ou não.

Fica então acordado o Concurso Público, salvaguardando a audição da CB.

Isabel Raposo alerta que ouvir a CB não é suficiente, é preciso garantir que o parecer da CB terá carácter vinculativo. A CB deve ser um parceiro activo.

Ana Pato (Moinho da Juventude) questiona o facto de um concurso visar a escolha do melhor, mas por vezes, o melhor pode estar afastado das pessoas. Assim, o caderno de encargos deve esclarecer princípios, como e.g., quem fica no bairro. ***"É preciso considerar o património cultural que constitui as pessoas"***.

Eduardo Campelo lembra que o Plano é um instrumento e não tem que responder todos os problemas.

Isabel Raposo sugere que talvez fosse importante colocar o CB no júri.

Jorge Miranda afirma não saber se isso é possível.

Jorge Malheiros sugere a possibilidade de a CB integrar o júri ou de garantir que a audição da CB seja vinculativa.

Jorge Miranda lembra os concursos prevêem a definição de parceiros. Não sabe se a CMA pretende que a CB integre o júri. Mas também afirma saber que o júri não pode decidir fora do Caderno de Encargos. A decisão do júri fica "amarrada" ao caderno de encargos, caderno que deverá ser elaborado em conjunto, não apenas com a CB, mas com o GPL.

Isabel Raposo exorta que, se há uma boa-fé, não há problema em que a CB integre o júri.

Jorge Miranda afirma que a CMA não pretende abdicar de seu papel institucional.

Jorge Malheiros lembra que, Governância é o governo participado, muito considerado actualmente. Nessa lógica, não vê em que a CMA ficará "beliscada", até porque, será sempre a CMA a controlar o processo.

Jorge Miranda lembra que a CMA procurou sempre clarificar os factos. Afirma que a CMA não é apenas a pessoa do Sr. Presidente da Câmara. Assim, não está mandatado para assumir que a CB integre o júri. Pensa que, estando "a cabeça", no caderno de encargos, a participação da CB, a decisão já será vinculativa.

Lieve informa que há um Decreto-Lei que permite a participação da CB no júri.

JC Travassos alerta que, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos, a CB não é reconhecida, mas o GPL sim e nesse sentido, talvez o GPL possa ser inserido no júri. O concurso será elaborado de acordo com as decisões tomadas em sede de GPL.

Jorge Miranda informa que o espaço de negociação da CMA está definido. Para poder avançar nas decisões precisa de autorização. Pensa ser razoável a participação do GPL no júri.

Lia Vasconcelos solicita ao GPL que elabore o Caderno de Encargos, como tarefa de casa, considerando que já está acordado que será realizado o concurso.

Jorge Malheiros informa que o ponto 2.1.2 foi elaborado com base nos documentos apresentados pela CB e foram sistematizados pelo GAT. Conjugando o que foi entregue pelos parceiros, foram estabelecidos critérios:

a) Não comprometer a intervenção futura;
b) Higiene e saúde;
c) Demonstrar uma maior abertura perante a população do bairro.

Jorge Malheiros informa ainda que, resultados prévios de um inquérito realizado na envolvente aponta para uma maioria que quer ver outra Cova da Moura, mas não necessariamente a demolição.

João Miranda (FAUL) informa que as prioridades para este ponto já foram revistas e, se houver dúvidas, podem esclarecer.

Jorge Miranda solicita os documentos para que os possa entregar ao vereador responsável, para que este possa analisar melhor o que pode ser feito. Reforça o pedido que a CB apresente as acções prioritárias.

Jorge Miranda convida um membro de cada instituição que compõe a CB para estarem presente na reunião convocada pelo Sr. Presidente da CMA, juntamente com o GAT e o INH, para fazerem um Ponto da Situação. A reunião está agendada para a próxima terça-feira, dia 4 de Julho, às 19:00h, na CMA.

Jorge Miranda, no ponto 2.4.1-B, alerta para o facto de a acção envolver questões de espaço, de competências (Junta de Freguesia), entre outros.

Jorge Malheiros sugere que a acção (2.4.1-B) não seja retirada, mas que altere-se o texto para "Procurar soluções para garantir a venda de produtos étnicos no Mercado da Buraca".

Lucinda Pereira (Segurança Social) lembra que as escolas passarão a ter horários a dia inteiro e questiona se haverá salas.

Lieve propõe que a experiência dos ATL´s sejam aproveitadas dentro da escola.

Jorge Miranda lembra que é necessário reforçar a necessidade de mediadores.

Fátima Cruz (Escola EB1/JI Cova da Moura) questiona quem vai pagar.

Lucinda Pereira informa que a Segurança Social não poderá disponibilizar recursos financeiros.

Jorge Miranda questiona as implicações das alterações do Ministério da Educação. Alerta para o reforço da componente mediação educacional, aproveitando as competências (experiências e pessoas) existentes no bairro.

Jorge Miranda não concorda com o termo "Ampliação" porque estão dentro da tipologia estabelecida pela DREL, no ponto 2.4.2-B. Informa que ainda não estão pagos e os objectivos do pavilhão não é a competição.

Jorge Malheiros lembra que parece ser importante que os jovens consigam trabalhar melhor.

Lieve informa que há 4 equipas federadas no bairro. O pavilhão do bairro tem as medidas oficiais, mas faltam-lhes balneários e é descoberto.

Jorge Miranda informa que no ponto 2.4.2-C "Ampliação do Jardim-de-infância" (ACMJ), não há previsão de orçamento em 2006, mas há abertura para considerá-lo. Falta o parceiro DREL e o Alvará da CMA.

Manuel Rocha (DREL) informa que até a data de 15 de Julho de 2006, é necessário que receber a formulação do pedido, com o alvará da CMA.

Lucinda Pereira pede celeridade para a CMA. Informa que quando o PA estiver concluído a Segurança Social irá analisá-lo e só então irão manifestar-se. Informa ainda

que, no ponto 2.4.3-A, a Segurança Social não assume o financiamento, de raiz, de nenhum equipamento, sendo essa a posição do Ministério que representa.

Jorge Miranda solicita que sejam retirados os pedidos de balneários, já que a CMA vai construir balneários no polidesportivo existente. Quanto ao pedido de auditório, informa que vai ser recuperado o Auditório D. João V.

Jorge Malheiros informa que a ideia é fazer um auditório polivalente, de menor extensão.

Jorge Miranda lembra que também é importante levar a cultura para a envolvente.

Lieve alerta que de sua experiência, sabe como devem ser construídas as relações entre o que se constrói e quem cuida do património construído. Quando os jovens colaboram na construção, também colaboram na manutenção. Ao nível de segurança, é importante essa relação. Pensa que os equipamentos não podem "cair do céu" para os jovens.

Lucinda Pereira informa que, quanto ao Programa PARES, os projectos inscritos não têm garantias de aprovação.

O alargamento do programa "O Pulo" já está garantido.

Segundo Jorge Malheiros, no ponto 2.4.4-B, os equipamentos para idosos não devem ser colocados junto com os equipamentos dos jovens.

Jorge Miranda lembra que a gestão realizada por várias instituições pode trazer dificuldades. Deixa de ser um Centro Comunitário e passa a ser um conjunto de associações.

Jorge Malheiros lembra que a proposta foi feita segundo propostas da CB e não se pretende fazer um "2 em 1" ou obrigar as instituições a trabalhar em conjunto.

Domingos Borges lembra que a Associação de Moradores não tem espaço e nem instalações adequadas. Pensa ser importante ter uma sede já que é a única instituição do bairro que consta do seu Estatuto "Promover a melhoria do bairro".

Jorge Malheiros propõe retirar o ponto 2.4.3, já que todas as instituições apontam barreiras e foi iniciativa, sobretudo, do GAT. Como propôs, também o retira.

Jorge Miranda pensa que o Centro Comunitário deveria ser aproveitado, enquanto representativo de uma oportunidade.

Lieve pensa que não se deve ir "de 8 a 80". Pensa que a proposta da CB, do pavilhão multi-usos, deve ser considerada.

Jorge Malheiros desabafa que as instituições estão preocupadas com a *minha* creche, com o *meu* espaço e para tudo que seja avançar em conjunto, cria-se barreiras.

Ilídio Carmo propõe a construção de uma sede para a Associação de Moradores, já que representa todos no bairro.

Lieve discorda e diz que a Associação de Moradores não representa o Moinho da Juventude. Encarrega a CB de elaborar uma proposta para esse ponto.

Jorge Miranda sugere que se mantenha o princípio do Centro Comunitário e não do pavilhão multi-usos.

Jorge Miranda lembra do princípio que "as pessoas valem mais que as instituições". Se há congelamento para as moradias das pessoas, também será assim para as instituições.

Lieve lembra do problema das 90 crianças que estão sem creches e os pais ou terão que abandonar seus empregos ou abandonar as crianças na rua enquanto trabalham.

Jorge Miranda esclarece que se deve assegurar que o desenho urbano a ser elaborado para o bairro não comprometa as construções de raiz de equipamentos no bairro. Lembra que foi combinado em conjunto o congelamento de construções.

Ilídio Carmo afirma que "pediram coisas (construção duma sede para a Associação de Moradores) e que não estas não foram encontradas nas propostas e foram ignoradas pelo GAT".

Jorge Malheiros alerta que não é verdade, sendo que o pedido foi considerado na proposta do Centro Comunitário, proposta essa que não foi aceite pela CB.

No ponto 3.1.1-A, Jorge Miranda propõe o aluguer de uma antena, o que é mais barato do que a instalação de uma rádio local, citando a experiência da Rádio Ocidente na zona URBAN.

Jorge Miranda sugere que a criação da logo-marca seja após a requalificação do bairro, pois nesse momento, a imagem do bairro na cabeça das pessoas lá fora ainda é a mesma.

No ponto 4.1.2-A, Jorge Malheiros lembra que, no âmbito do projecto, é arriscado afirmar que conseguiremos regulamentar as carreiras, mas talvez fosse melhor substituir a proposta por "Envidar esforços para…".

Lieve informa que é contra as Unidades Móveis pois trazem estigma onde passam. Pensa que esta a tarefa desempenhada pelas Unidades Móveis deveria ser realizada pelas Associações Locais.

Jorge Malheiros lembra que o estigma está no bairro, basta dar uma volta para ver. Não é trazido pela Unidade Móvel.

Jorge Miranda informa que as equipas de ruas estão licenciadas e funcionam bem. Carecem desse tipo de respostas pessoas que andam nas ruas por causa de problemas psiquiátricos e de alcoolismo.

No ponto 4.2.2-B, Jorge Miranda lembra que os homens não fazem certos trabalhos, normalmente realizados por mulheres, não porque não querem, mas porque paga-se menos.

Para o Eixo 5, Jorge Miranda sugere a entrada no Banco Millenium e da CGD no processo.

Lieve revela que há um grupo da Alemanha que pretende instalar um observatório no Moinho. O mesmo grupo irá oferecer um telescópio ao Moinho da Juventude.

Jorge Miranda informa que há uma iniciativa na Amadora, no sentido de criar um observatório. Era importante confirmar os projectos para que um não sobreponha o outro.

Jorge Miranda lembra que Bandas de Rock trazem responsabilidades de difícil controle.

Fica acordado apenas Concertos de Rock de dimensão média e pequena. Acrescenta-se o Batuque e o Bailado.

Jorge Miranda sugere que o Espaço-Memória fique no Centro Comunitário, considerando a necessidade de resguardar espaços no bairro.

No ponto 7.1.1, Jorge Miranda lembra a obrigação de utilizar materiais ecológicos pode transformar lotes viáveis em inviáveis, trazendo dificuldades ao processo.

No ponto 7.1.2, Lieve informa que foi elaborado o projecto e estão avaliando as possibilidades de implementação dos painéis solares.

Jorge Miranda questiona a viabilidade dos painéis solares.

JC Travassos afirma que são viáveis.

No ponto 7.3.2, Jorge Malheiros informa que se pretende controlar os poços.

Fica determinado: A) Levantamento dos poços; B) Selar o uso dos poços inviáveis; e C) Viabilizar o uso dos poços viáveis.

Fica agendada a próxima reunião para a próxima quarta-feira, dia 5 de Julho, às 14:00h, na EB1/JI Cova da Moura.

A sessão foi encerrada às 16:05h

Anexo 1.9.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
9º Encontro – 1 de Julho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 9ª Reunião – 1 de Julho de 2006

Nome	Instituição
Carlos Relha	Associação Cultural Moinho da Juventude
Lieve M	Associação Cultural Moinho da Juventude
João Rocha	Associação de Moradores
Emílio Teixeira	Associação Solidariedade Social Alto da Cova da Moura (Clube Desportivo)
Domingos Pereira	Associação Solidariedade Social Alto da Cova da Moura (Clube Desportivo)
Luís Santos	Associação Solidariedade Social Alto da Cova da Moura (Clube Desportivo)
António Clemente	CMA
Jorge Miranda	CMA
Fátima Cruz	EB1/JI Cova da Moura
Ana Soeiro	Faculdade de Arquitectura
Isabel Raposo	Faculdade de Arquitectura
Ana Mascarenhas	GAT
Ana Ribeiro	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Jorge Malheiros	GAT
Eduardo Campelo	GAT
Silva Alves	GAT
Susana Sousa	INH
J Carlos Travassos	INH
Rogério Pampulha	INH
António Pereira	PSP
Maria Paixão	Residente Bairro
Jaime Lamego	Residente Bairro
José Gaspar	Residente Bairro
António Araújo	Residente Bairro
José Pereira	Residente Bairro
Domingos Borges	Residente Bairro
Lucinda Pereira	Segurança Social

Anexo 1.10.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
10º Encontro – 5 de Julho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

10º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 5 de Julho de 2006
Local: EB1/JI Cova da Moura, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 45 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião era fazer a revisão e validar, em sede do GPL, o Plano de Acção discutido pelo GPL na última reunião.

Metodologia

A sessão, contínua, foi dividida em duas fases:
1.ª) Revisão e validação do Plano de Acção organizado nos 7 Eixos de Intervenção; e
2.ª) Votação nas Instituições que o GPL julga importantes nesse processo.

Mesmo sem interrupção, a meio da reunião os participantes puderam usufruir de "comes e bebes" disponibilizados na mesa.

Sessão

Às 14:41h foi dado início à sessão.

Úrsula Caser pede atenção para a revisão do Plano de Acção.

Jorge Miranda informa a posição da CMA, acordada na reunião de ontem (*reunião solicitada pela CMA, que contou com a presença dos presidentes da Junta de Freguesia da Buraca e da Damaia, dos representantes da Comissão de Bairro e dos coordenadores do GAT*) de se retirar do ponto 1.1.1 A1 "Considerar a existência de Acções de Usucapião".

Ilídio Carmo (Associação de Moradores) informa que a CB não concorda.

Jorge Miranda (CMA) diz que isso não prejudica o processo, deixando-o ainda mais claro. É uma questão definitiva da CMA, não podendo avançar de outra maneira.

Ilídio Carmo pensa que "***deve ser reconhecido o estatuto*** *(usucapião)* ***aos moradores***".

Manuel Rocha (DREL) lembra que não está em causa o direito dos moradores e nesse momento, é preciso avançar o processo.

Emílio Teixeira (Clube Desportivo) diz que Domingos Borges está habituado a manifestar-se, mas é preciso esclarecer que na altura em que foram propostas as acções de usucapião, todos os moradores foram convocados. Afirma ainda que o Sr. Borges não

tem o direito de colocar em causa a integridade da associação, e que não permitirá isso enquanto dela fizer parte.

António Horta (Associação de Moradores) questiona como a CMA vai negociar futuramente com os moradores que intentaram as acções e eventualmente, virem a ganhar em tribunal.

Ilídio Carmo esclarece que quando houve eleições na Associação de Moradores, não concorreram (referência a Domingos Borges e outros moradores presentes) e não foram discutir o que é questionado aqui. A Associação dos Moradores é depositária das acções em tribunal. Lamenta que os moradores venham aqui, em sua perspectiva, denegrir a imagem da Associação.

Domingos Borges reage.

Úrsula Caser pede que as discussões se cinjam ao Plano de Acção.

Ilídio Carmo ameaça retirar-se da sala.

Lia Vasconcelos intervém e pede que os participantes se concentrem no Plano de Acção.

Jorge Nunes (ACIME) alerta que é preciso esclarecer os presentes a importância dos trâmites do Plano de Acção, para que se possa avançar.

Jorge Miranda lembra que o Plano de Acção é parte do documento final. O diagnóstico é claro e menciona as acções de usucapião em tribunal. Nesse momento, quem pode negociar os terrenos são os proprietários.

Jaime Garcia (Junta de Freguesia da Buraca) manifesta-se afirmando que sempre viu os moradores de maneira igual, algumas vezes até contra as instituições superiores. Lembra que ontem, na reunião da CMA, foi explicado "***tim tim por tim tim***" o porque de sair o item em causa do Plano de Acção. Alerta que se o impasse continua, corre-se o risco de ver quem se dignou a trabalhar na Iniciativa Bairros Críticos (referência ao GTIM) ver o processo emperrado. Pensa que era melhor o advogado (referência a António Horta) aconselhar-se, para não entravar o processo.

Lia Vasconcelos informa que no diagnóstico é relatada a existência de acções de usucapião em tribunal, proposta pelos moradores.

Jorge Miranda afirma que a CMA compromete-se a fazer a Avaliação e a Negociação, entretanto, não avança se não for retirado o "* Considerar a existência de acções de usucapião".

António Horta pensa que não atrapalha ficar essa consideração no texto e pensa que a CMA é que tem que justificar por que quer que seja retirado.

Morador presente informa que compreendeu o que a CMA pretende e, se antes tinha receio de não ficar mencionado a existência de acções de usucapião, agora

Fig. 12 - GPL a discutir o Plano de Acção

pensa que não é necessário, pois confia na CMA.

Fica acordada a retirada do texto, mas Ilídio Carmo pede que conste as "***Reticências da parte da Associação de Moradores relativamente a retirada do referido texto no Plano de Acção***".

A Comissão de Bairro nada acrescenta.

No ponto 1.2.1, a CMA propõe retirar "volumetria" do texto "1.2.1 – Congelar a construção no Bairro, incluindo edifícios novos, ampliações e modificações na volumetria", para ficar claro para as pessoas e evitar abusos.

Ilídio Carmo informa que a CB propõe que, se as Instituições tiverem justificativa de ordem social possam modificar os edifícios.

Jorge Miranda lembra que foi acordado pelo GPL em reuniões anteriores que, se o congelamento é para os moradores, também deverá ser para as instituições.

Ana Pato (Moinho da Juventude) questiona o final dos prazos para as acções.

Lia Vasconcelos, quanto aos prazos esclarece que há: imediato, curto, médio e longo prazo.

Jorge Miranda esclarece que o prazo final é até aprovação do PP (Plano de Pormenor).

Manuel Rocha (Associação de Moradores) questiona, no ponto 1.2.1 "as melhorias".

Jorge Miranda esclarece que é considerado aqui apenas o que está sujeito a licenciamento.

No ponto 1.3.4, a CMA propõe a retirada do A1, uma vez que o A2 inclui o A1.

Morador contesta. Após esclarecimentos, fica consensual no GPL a alteração.

Jorge Miranda esclarece que a posição da CMA é clara. Deve estar escrito "Apoio para quem não tenha alternativa habitacional na AML". Afirma ainda que este princípio aplica-se apenas a quem ficar nos lotes inviáveis após o PP. Afirma que os moradores, nesse caso, tem direito a ficar no bairro, em uma casa para o tamanho de sua família. Para os moradores que preferirem sair do bairro, será dado o valor para fazerem o que quiserem.

Ilídio Carmo lembra que a Associação de Moradores não está de acordo.

Lieve, em nome da CB lembra que vão olhar bem para o Plano e nesse sentido conseguem aceitar, sendo apenas para os lotes inviáveis e pensa que são poucos.

Jorge Miranda pensa que a terra disponível, dividida pelo número de pessoas vai dar origem a construções diferenciadas. Pensa que talvez, se de facto há quem queira sair, isso possa liberar espaço. São apenas preocupações do Jorge Miranda, ressalta.

Jorge Miranda, no ponto 1.5 (posteriormente eliminado) informa que isso mobiliza o Presidente da República. Pensa que não é uma acção cabível nessa Iniciativa. Pensa que não tem eficácia.

Fica consensualizado que o ponto não constará do Plano de Acção, mas será registado no Relatório Final e na acta da reunião.

Jorge Miranda esclarece que relativamente a esta proposta, no Plano de Acção, o Sr. Secretário de Estado pode ter dificuldade em concretizá-la, mas se for no Relatório, pode mobilizar esforços para que a proposta seja aceite.

No ponto 2.1.1, troca-se A2 com A3.

Jorge Miranda esclarece que, quanto a participação da CB no júri, ficou determinado que "***Um integrante do GPL poderá fazer parte do júri ou como assessoria técnica, devendo ter conhecimento técnico especializado***".

Lia Vasconcelos acrescenta que foi informada do facto que, normalmente na CMA, o júri é formado apenas por elementos da CMA e essa é uma excepção.

Lieve pede que conste do Relatório a proposta da CB de ser o júri integrado por um representante do INH e pelo Gabinete Técnico da FA-UTL, justificando que isso pode economizar o processo. Sabem que o júri pode ser composto não somente pela CMA.

Rogério Pampulha (INH) pretende informar-se sobre a posição do INH.

Lia Vasconcelos esclarece que o INH não fará o concurso, mas poderá integrar o júri.

Fica determinado o ponto 2.1.1-A2 "Constituição do júri com um elemento do GPL".

Lieve questiona se não podem ser 3 elementos: INH, GPL e um morador.

Jorge Miranda informa que não é o Presidente da CMA, e portanto, não pode tomar decisões diferentes das que foram acordadas ontem.

Lieve lembra que a reunião de ontem não foi para decidir nada, era apenas para esclarecimentos. Pensa ser importante esclarecer que os moradores têm capacidades e fica chocada quando estigmatizam fazendo crer que os moradores não têm capacidades.

O INH vai buscar esclarecimentos se participa ou não do júri, mas fica já determinado que o GPL terá um representante.

Eduardo Campelo (GAT) lembra que o júri é independente.

JC Travassos (INH) pensa que, se o INH ocupar o lugar de um integrante do GPL, pode tirar o lugar de alguém mais ligado ao bairro.

No ponto 2.3.3, Jorge Miranda questiona a possibilidade da instalação de gás "natural". O GPL concorda em retirar do texto a palavra "natural", ficando apenas "Instalação de rede de gás".

No ponto 2.3.4-B, fica alterado o texto para "Avaliação para ver a possibilidade de instalação de pontos de luz solar para iluminação pública…".

João Miranda (FA-UTL) sugere que o ponto seja retirado e colocado no PIPEME.

Jorge Miranda compromete-se a informar-se junto a CMA sobre a possibilidade desta Avaliação. Caso não seja possível, o ponto não fica no PIPEME, mas no PA.

Lieve, mais uma vez, levanta o problema das 90 crianças do bairro sem apoio. Informa que para o ano, tem garantido apoio apenas para 19 crianças, embora a sala tenha capacidade para 24.

Jorge Miranda preocupa-se com o facto de não se conseguir fazer tudo, pois sabe que há outras listas de espera.

Em relação ao ponto 2.4.3 Criar equipamentos sociais, Lieve informa que ainda não reflectiram sobre as competências das instituições do bairro.

Jorge Miranda pensa que não só é viável, mas também construtiva. Lembra que é preciso pensar em termos de sustentabilidade futura e capacidades das instituições.

Lieve lembra que a situação das ATL´s vai mudar.

Ilídio Carmo diz "***tem havido esquecimento da criação da sede da Associação de Moradores***"

Manuel Rocha (DREL) lembra que a Associação de Moradores não pode ser considerada um equipamento social.

Ao contrário do que afirma Ilídio Carmo, Jorge Miranda lembra que a construção da sede da Associação de Moradores foi sim considerada, mas em outro ponto.

No ponto 2.4.4-A, lembra-se que a prioridade é da Junta de Freguesia e é preciso ouvi-la.

Relativamente ao ponto 3.3.1, Jorge Nunes informa que a acção pode ser realizada a curto prazo, bastando estar definido o local. Solicita que a CB defina uma instituição que assuma o compromisso para que se possa agilizar o atendimento à população, de forma imediata, já no âmbito da nova legislação sobre imigração.

Jorge Nunes informa que, da parte do ACIME, está a ser estudada a possibilidade da instalação do CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante). Informa ainda que o programa terá o modelo de candidatura a 100%. Não está garantido um projecto específico para a Cova da Moura, mas o ACIME compromete-se com o apoio.

Lieve sugere a separação do ponto 4.2.2-A em duas partes, uma vez que o "Ser Criança Sempre" é de responsabilidade do Clube Desportivo e o Moinho da Juventude, de certeza, não vai assumir esse compromisso.

Jorge Miranda sugere que o GAT avance com os prazos. Pensa que as acções relativas às pessoas, devem ser realizadas a curto prazo. Por outro lado, pensa que as acções ligadas ao urbanismo devem ficar vinculadas ao Plano de Pormenor.

Um morador questiona por que a palavra "étnico" no Eixo 5, já que todos nós possuímos etnia.

Lia Vasconcelos esclarece que a redacção do texto fundamenta-se nos resultados obtidos do Diagnóstico e do SWOT.

Jorge Miranda, no ponto 6.1.1, informa que a CMA não pode assumir essa responsabilidade financeira.

JC Travassos lembra que, relativamente ao financiamento, é preciso recorrer também ao privado e não apenas ao financiamento público. Alerta para o facto de esta questão quase não ser discutida.

Lieve informa que todos os contactos que fizeram na tentativa de obter financiamento externo (privado) foram negados, devido ao estigma do bairro.

Jorge Miranda propõe que, com fundamento na RCM 143/2005, pode-se buscar novos financiamentos no privado, como uma aposta na melhoria do bairro. Deve, entretanto, ser um "chapéu-de-chuva" e não apenas o Moinho a tomar essa iniciativa.

Ilídio Carmo pede que seja incluída a Capoeira no ponto 6.2.3.

Jorge Miranda pede para que a CMA seja retirada como parceira no ponto 6.3.2.

Jorge Nunes questiona a criação da escola de jazz.

Lia Vasconcelos esclarece que a ideia é dinamizar a proposta e que, instituições já existentes venham ao bairro. Não se trata da criação de um grupo do próprio bairro, mas trazer para o bairro grupos já existentes.

O plano de acção fica consensualizado. Entretanto, o GPL é informado que serão feitas as alterações por parte do GAT e na próxima reunião serão feitas as correcções necessárias.

A próxima etapa da reunião consistiu na votação das instituições que o GPL considera que tem um papel importante neste processo e devem estar presentes no modelo de gestão.

O resultado da votação foi:
INH – 24
CMA – 20
Associação de Moradores – 7
Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (A. Clube Desportivo ACM) – 7
Associação Cultural Moinho da Juventude 6
Segurança Social – 6
Junta de Freguesia da Buraca – 5
DREL – 3
Creche São Gerardo – 3
ACIME – 2
Junta de Freguesia da Damaia – 2
IEFP – 2
Rede Social – 1
Assoc Pais EB1 -1
Assoc Reformados – Com Social da Buraca – 1

Fig. 13 - GPL em votação

Fica agendada a próxima reunião para sexta-feira, dia 7 de Julho, às 17:00h, no Salão Polivalente do Moinho da Juventude.

A sessão foi encerrada às 19 h

Anexo 1.10.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
10º Encontro – 5 de Julho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 10ª Reunião – 5 de Julho de 2006

Nome	Instituição
Jorge Nunes	ACIME
Ana Pato	Associação Cultural Moinho da Juventude
Carlos Relha	Associação Cultural Moinho da Juventude
Lieve M	Associação Cultural Moinho da Juventude
Vitalina Monteiro	Associação Cultural Moinho da Juventude
João Rocha	Associação de Moradores
Emílio Teixeira	Associação de Moradores
Ilídio Carmo	Associação de Moradores
António Horta	Associação de Moradores
Patrícia Horta	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Mabília Novais	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Luís Santos	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Manuel Rocha	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Adelaide Martins	CDSS-Amadora
Jorge Miranda	CMA
António Clemente	CMA
Manuel Rocha	DREL
Fátima Cruz	EB1/JI Cova da Moura
Fátima Teixeira	EB1/JI Cova da Moura
João Miranda	FA-UTL
Helena Campos	FA-UTL
Lia Vasconcelos	GAT
Úrsula Caser	GAT
Ana Mascarenhas	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Silva Alves	GAT
Ana Ribeiro	GAT

Eduardo Campelo	GAT
Susana Sousa	INH
Rogério Pampulha	INH
JC Travassos	INH
Isabel Nascimento	Junta de Freguesia da Buraca
Jaime Garcia	Junta de Freguesia da Buraca
António Pereira	PSP
José G	Residente Bairro
José Agostinho	Residente Bairro
Isaías Rodrigues	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
António Caetano	Residente Bairro
Galdino Jr	Residente Bairro
Feliciana Reis	Residente Bairro
Emídio Tavares	Residente Bairro
Domingos Borges	Residente Bairro
Maria Paixão	Residente Bairro
Fernando Rodrigues	Residente Bairro

Anexo 1.11.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
11º Encontro – 7 de Julho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

11º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 7 de Julho de 2006
Local: Salão Polivalente do Moinho da Juventude, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 35 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião era validar o Plano de Acção revisto pelo GPL na última reunião e discutir o Modelo de Gestão distribuído por e-mail.

Metodologia

A sessão foi dividida em duas fases, embora tenha sido ininterrupta:
1.ª) Validação do Plano de Acção; e
2.ª) Discussão do Modelo de Gestão.

Mesmo sem interrupção, a meio da reunião os participantes puderam usufruir de "comes e bebes" disponibilizados na mesa.

Sessão

Às 17:42h foi dado início à sessão.

Lia Vasconcelos (GAT) solicita comentários, se houver, ao Plano de Acção revisto na última reunião (05/07).

Ilídio Carmo (Associação de Moradores) sugere que no ponto relativo ao levantamento do edificado figure também a CB, pois pensa ser útil aos técnicos terem o apoio de quem conhece o terreno.

Lieve (Moinho da Juventude) coloca, no ponto 1.2.1, a preocupação do congelamento e os prazos.

António Clemente (CMA) lembra que após o PP nem todos os actuais lotes serão licenciados.

JC Travassos (INH) sugere que seja feito contacto com CCDR para acelerar o processo.

Jorge Miranda (CMA) lembra que o prazo do PP não é o prazo do processo. Questiona qual seria o tempo necessário para a elaboração, urgente e realista, de um PP.

JC Travassos propõe a possibilidade de a CCDR entrar como parceira no PP. Lembra que não se pode urbanizar áreas ilegais. É importante regularizar antes e com urgência.

No ponto 2.1.1, entra a CCDR como parceira.

No ponto 1.3.5-A3, falta retirar a proposta anterior da CMA.

Discute-se que o PP leva aproximadamente 3 a 4 meses.

JC Travassos lembra que podem ser feitos vários PP ao mesmo tempo.

Jorge Miranda propõe que o nome da Acção tenha um nome que englobe o máximo de acções, pois devemos diminuir o número e não acrescentar.

Definição da nota do Eixo 1 deve sair.

Susana Sousa informa que o INH vai integrar o júri do concurso, juntamente com um integrante do GPL.

Lieve solicita que conste no Relatório que "***a CB não concorda com o concurso e fez a proposta que ficasse uma Equipa Técnica com a Câmara Municipal da Amadora, o INH e a FA-UTL. Se a intenção do RCM 143/2005 é também trazer inovação, que esse permita a possibilidade de ter um elemento da CB no júri do concurso que será realizado pela CMA***."

Jorge Miranda reage que não consegue trabalhar assim. Há 3 consensos. Em cada reunião decide-se uma coisa. Solicita que seja ouvido o GPL quanto a esta indefinição para que não fique a ideia de que a CMA está a forçar o concurso. Lembra ainda que a CB faz parte do GPL e portanto poderá sempre ser um elemento da CB a integrar o júri, cabendo ao GPL elegê-lo.

Ilídio Carmo reforça que pensava que a RCM 143/2005 pudesse permitir uma inovação e assim permitir a possibilidade de haver um elemento da CB no júri.

Carlos Relha reforça a ideia.

Jorge Miranda lembra que foi criada essa excepção quando permitiram a integração de um elemento do GPL e do INH.

Ilídio Carmo sugere que a Junta de Freguesia da Buraca figure no ponto relativo a Limpeza e Requalificação do moinho.

No ponto 2.4.2 – A, fica apenas " … de acordo com as normas vigentes…".

No ponto 2.1.2, quanto ao prazo, fica "Após financiamento".

No ponto 2.4.3 – C, retira-se "pré-fabricados".

No ponto 2.4.4 – B, retira-se "Programa PARES" e entra "Outros programas".

No ponto 2.4.3, Jorge Miranda lembra que não se pode definir agora a localização das construções, devendo-se esperar pelo PP.

JC Travassos sugere um texto que indique, "como recomendação da CB a localização …".

No ponto 2.4.2 – B, entra CMA em Entidade Responsável. No Eixo 4, a CMA entra em todas as acções.

O ponto 6.5 é todo retirado.

Lieve lembra que a Junta de Freguesia era parceira do Progride.

Fica validado pelo GPL o Plano de Acção

Lia Vasconcelos informa o resultado das votações mencionando que esta reflecte a titulo identificativo as organizações que os membros do GPL presentes na ultima reunião consideraram chave, e propõe a discussão do Modelo de Gestão. Chama ainda a atenção da necessidade de reflectirem se essas instituições consideradas chave, estavam de facto representadas no modelo de gestão, desafiando o GPL a reflectir sobre isso como forma de se prepararem para a próxima reunião quando o modelo de gestão será discutido.

Fig. 14 - Resultado da votação nas instituições

Jorge Miranda questiona, como "***não se sabe quem vai meter dinheiro***", inclusive de fonte privada, senão não faz sentido, "***Quem vai gerir o dinheiro?***", "***Quem vai ter a responsabilidade financeira do processo***". Lembra que o grau de intervenção aqui vai ser alto e o mercado actualmente está em baixa. Comenta que o Modelo de Gestão é tão inovador que subverte a ordem das coisas. "***Não é para o nosso país e para nenhum outro***". Gostaria de ouvir a experiência do INH.

Susana Sousa informa que há um exemplo em Rabo de Peixe, mas não conhece pormenores do Modelo de Gestão.

Eduardo Campelo pede esclarecimento sobre quais são exactamente as dúvidas da CMA, uma vez que questiona quem vai gerir o dinheiro.

Jorge Miranda questiona, por exemplo, quem deverá lançar os concursos. Pensa que, um Mediador no Núcleo Executivo, é misturar coisas materiais com coisas imateriais. Pensa ainda que a DGDR deve ser um parceiro fundamental, pois vai envolver várias fontes de financiamento. Pensa que é difícil agarrar-se a um único modelo. Para recorrer aos fundos europeus, por exemplo, este modelo pode ser aplicado, mas não para a parte imaterial.

JC Travassos alerta que é preciso considerar os *timings*. Também alerta para o facto de a Comissão de Bairro ainda não estar juridicamente constituída, sendo necessário que esta se torne credível.

Jorge Miranda sugere que a Assembleia de Residentes seja um Conselho do GPL, com a participação de alguns residentes. Também pensa ser importante que a CB figure na Comissão de Acompanhamento.

Eduardo Campelo pensa que o modelo, enquanto "caixinhas", é claro, a questão é saber se as Instituições aqui colocadas terão operacionalidade.

Jorge Miranda questiona se, a nível de recolha de financiamento é o INH quem depois transfere o dinheiro para as entidades.

Susana Sousa compromete-se a enviar, via e-mail, ao GPL, o modelo de gestão de Rabo de Peixe.

Fig. 15 - GPL a discutir o Modelo de Gestão

JC Travassos questiona o Modelo de Gestão apresentado e pede que quem o propôs o esclareça. Lia Vasconcelos informa que a ideia é colocar o GPL a pensar, uma vez que o Modelo de Gestão não tem que surgir do GAT, mas sim do GPL. JC Travassos solicita que as capacidades e responsabilidades das Instituições sejam esclarecidas, uma vez que não se pode colocar ao mesmo nível Instituições com responsabilidades diferentes.

Jorge Miranda insiste que deve ser separado o material do imaterial.

JC Travassos pensa que deve haver convénios claros, para "***não se praticar uma lógica de boa vontade, pois, se uma instituição se chateia, vai tudo por água abaixo***". Pensa ser importante considerar que os prazos são longos, e as Câmara podem mudar, o Presidente da República pode mudar, etc.

<u>Lia Vasconcelos aponta as tarefas de casa para o GPL:</u>
1- Ler o Modelo de Gestão de Rabo de Peixe que será enviado por Susana Sousa;
2 – Considerar as acções materiais e as imateriais;
3 – Analisar as responsabilidades e competências das instituições mais votadas na última reunião (5 de Julho);
4 – Comentar os valores acrescentados no Plano de Acção em CUSTOS/FINANCIAMENTO.

Fica agendada a próxima reunião para terça-feira, dia 11 de Julho, às 17:30h, no Salão Polivalente do Moinho da Juventude.

A sessão foi encerrada pelas 19:00h.

Anexo 1.11.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
11º Encontro – 7 de Julho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 11ª Reunião – 7 de Julho de 2006

Nome	Instituição
Manuel Rocha	Ass. Solidariedade Social Alto da C da Moura (Clube Desportivo)
Mabília Novais	Associação Clube Desportivo
Emílio Teixeira	Associação de Moradores
Ilídio Custódio Carmo	Associação de Moradores
João Rocha	Associação de Moradores
Carlos Relha	Associação Moinho da Juventude
António Clemente	Câmara Municipal Amadora
Jorge Miranda	Câmara Municipal da Amadora
Manuel Rocha	DREL
Ana Teresa Soeiro	Fac. Arquitectura – UTL
Helena Campos	Fac. Arquitectura – UTL
João Miranda	Fac. Arquitectura – UTL
Ana Mascarenhas	GAT
Ana Sofia Ribeiro	GAT
Lia Vasconcelos	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Eduardo Campelo	GAT
Rogério Pampulha	INH
José Carlos Travassos	INH
Susana Sousa	INH
Ana Pato	Moinho da Juventude
Lieve M	Moinho da Juventude
Albertino Pereira Reis	Residente Bairro
António Manuel Rosário	Residente Bairro
Domingos Semedo Borges	Residente Bairro
Emídio Tavares	Residente Bairro
Fernando Rodrigues	Residente Bairro

Isaías Rodrigues	Residente Bairro
João Semedo	Residente Bairro
João Veiga	Residente Bairro
José Agostinho	Residente Bairro
José Cardoso Firme	Residente Bairro
José Gaspar	Residente Bairro
José Júlio Nadina	Residente Bairro
Leonel Caldeira	Residente Bairro
Luciano Pereira Lamego	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
Manuel da Luz	Residente Bairro
Manuel Fortes	Residente Bairro
Maria da Luz Rosário	Residente Bairro
Maria do Céu Lopes	Residente Bairro
Maria José Pinheiro	Residente Bairro
Maria Paixão	Residente Bairro
Matilde dos Santos Rodrigues	Residente Bairro
Miguel Baptista	Residente Bairro
Orlando Borges	Residente Bairro
Pedro Borges Furtado	Residente Bairro
Salete dos Anjos	Residente Bairro
Teodoro Ribeiro	Residente Bairro

Anexo 1.12.1

Acta
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
12º Encontro – 11 de Julho de 2006

ACTA
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais

12º Encontro - Equipa Técnica e os Parceiros
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS – COVA DA MOURA

Data: 11 de Julho de 2006
Local: Salão Polivalente do Moinho da Juventude, Cova da Moura, Concelho da Amadora, Portugal
Participantes: 40 pessoas entre GAT, GPL e moradores da Cova da Moura.

Objectivos

O objectivo da reunião era validar o Modelo de Gestão e esclarecer alguns pontos do Plano de Acção.

Metodologia

A sessão foi dividida em duas fases, embora tenha sido ininterrupta:
1.Validação do Modelo de Gestão; e
2.Discussão de alguns pontos do Plano de Acção.

Mesmo sem interrupção, a meio da reunião os participantes puderam usufruir de "comes e bebes" disponibilizados na mesa.

Sessão

Às 17:40h foi dado início à sessão.

Úrsula Caser (GAT) pede desculpas pelo atraso, justificando que alguns membros do GPL tinham avisado que se iriam atrasar e pediram que esperassem até eles chegarem. Entretanto, devido ao avançado da hora, Úrsula Caser inicia a sessão, considerando que os atrasados iriam ser posteriormente informados da decisões tomadas e, se houvesse discordância, voltavam-se a discutir.

Susana Sousa (INH) informa que o INH tem sido contactado pela Comunicação Social, embora esta tenha sido informada que a previsão do final do processo seria dia 15 de Julho. Informa ainda que o processo estará finalizado quando os protocolos forem assinados, em Setembro, e somente nesta data os documentos poderão ser disponibilizados à Comunicação Social. Lembra que, mesmo após o dia 15 de Julho, haverá ainda ajustes nos actuais documento, daí a importância de não serem disponibilizados à Comunicação Social.

Patrícia Figueiredo (GAT) esclarece o Modelo de Gestão, enfatizando a função das entidades no Modelo de Gestão-Hipótese Preliminar apresentado.

Carlos Relha (Moinho da Juventude), comenta que no Modelo de Gestão de Rabo de Peixe há apenas um Órgão Financiador, enquanto no Modelo de Gestão-Hipótese

Preliminar, há três. Comenta ainda que, se as candidaturas forem feitas aos programas, não faz sentido que seja feita por um gestor.

Susana Sousa esclarece que o gestor é quem gere todo o projecto, fazendo o acompanhamento na totalidade.

JC Travassos (INH) sugere que, em vez de *Comissão de Acompanhamento*, a caixa no esquema do Modelo de Gestão-Hipótese Preliminar passe a chamar-se *Sector de Promoção Financeira*.

Susana Sousa alerta que podem ser identificados parceiros que se queiram envolver, e nesse caso, poderiam ser integrados nesse sector.

A proposta é haver um quadro chamado *Comissão de Acompanhamento e Promotores Financeiros*.

Rogério Pampulha (INH) pede esclarecimentos sobre a caixa *Unidade de Avaliação (Técnicos)*, do Modelo de Gestão-Hipótese Preliminar.

Carlos Relha questiona o que significa Custos.

JC Travassos sugere que seja acrescentado Monitorização na caixa Unidade de Avaliação. Esclarece que seriam técnicos externos independentes, com a função de encaminhar, aconselhar, monitorizar as acções.

Fig. 16 - GPL a validar o Modelo de Gestão

Úrsula Caser lembra que, uma vez que o GPL concordou com as alterações, quando os representantes da CMA chegarem, serão questionados sobre as decisões já tomadas. Caso não compareçam, serão informados, bem como os outros membros do GPL que não estão presentes, das decisões tomadas em sede de GPL.

Fátima Gomes (Comissão Social Freguesia da Buraca) lembra que a Comissão de Bairro não tem legitimidade, uma vez que não tem personalidade jurídica. Sendo assim, teme que a representação da população pela CB não seja suficiente, deixando a população desprotegida.

Isabel Nascimento (Junta de Freguesia da Buraca) questiona a legitimidade da votação realizada na última reunião, com o objectivo de apurar as Instituições que o GPL pensa que deveriam estar presentes no Plano de Acção. Afirma que a votação foi feita "a última da hora", o que compromete os resultados e a legitimidade da votação. Afirma ainda que, há Instituições "de peso" que não têm participado, provavelmente pelo "acelerar" do processo. Conclui que a *Comissão de Acompanhamento* talvez tivesse grande importância no processo.

Manuel Rocha (Associação de Moradores) esclarece que a Comissão de Bairro foi formada, desde o início deste processo, sendo constituída por quatro associações: Associação de Moradores do Alto da Cova da Moura, Associação Cultural Moinho da Juventude, Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (antiga Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura) e Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca.

Úrsula Caser faz o ponto da situação da reunião aos representantes da CMA, uma vez que estes chegaram após o início da reunião, às 18:15h, e depois da discussão de alguns pontos, para assegurar o consenso de todo o GPL.

JC Travassos lembra que a CMA também pode integrar os *Promotores Financeiros*, no Modelo de Gestão que está em discussão.

Jorge Miranda (CMA) pensa que o Modelo de Gestão de Rabo de Peixe parece ser o que melhor se enquadra nesse processo. Alerta que as setas que ligam os quadros implicam várias acções e responsabilidades. Justifica que o Modelo de Gestão de Rabo de Peixe encontra-se regulamentado e testado.

Úrsula Caser questiona o GPL se estão de acordo com a adopção do Modelo de Gestão de Rabo de Peixe. Todos concordam e passa-se a adequá-lo à realidade da Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura.

Domingos Borges solicita uma cópia do Modelo de Gestão de Rabo de Peixe para que os moradores presentes possam acompanhar melhor a reunião.

Representantes do Moinho da Juventude prontamente disponibilizaram fotocópias para os presentes.

Jorge Miranda pensa que deveria ser salvaguardada a possibilidade de outro Ministério, que julgar pertinente, figurar no quadro *Comissão Executiva*. Pensa que o GTIM deveria ser consultado sobre essa possibilidade e indicarem outro Ministério, caso seja pertinente.

António Horta questiona quantas pessoas de cada Instituição poderão integrar os quadros.

Jorge Miranda volta a referir que o GAT poderia consultar o GTIM para saber se há algum outro ministério a ser representado no Modelo de Gestão.

Manuel Rocha (DREL) lembra que a CB é formada por apenas 4 Instituições, enquanto o GPL é mais abrangente, fazendo mais sentido que a representação local seja feita pelo GPL.

Carlos Relha informa que está prevista a constituição da Comissão de Bairro como entidade com personalidade jurídica, para que esta possa gerir o Centro Comunitário. Mas também pensa ser importante a presença do GPL, uma vez que abrange Instituições de fora do bairro.

Susana Sousa questiona como seria feita a representação do GTIM, se pelos ministros ou pelos representantes dos ministérios no GPL. Pensa que não parece ser operacional se a representação for feita ao nível central.

António Horta propõe que o GPL e a CB sejam incluídos na *Comissão Executiva*, ao invés de criar outro quadro. Pensa que isso permitiria um melhor acompanhamento.

Anabela Rodrigues (Moinho da Juventude) lembra a importância do papel das Juntas de Freguesia na *Comissão Executiva*.

Jorge Miranda pensa ser mais adequado o GPL figurar na *Comissão de Acompanhamento*. Afirma que, a partir desse momento, quem toma as decisões é quem gere o recurso financeiro.

Ilídio Carmo (Associação de Moradores) pensa que a CB serve melhor as intenções do bairro que o GPL.

Domingos Borges (morador) questiona se a CB está juridicamente constituída pois já fez parte da CB, e questiona ainda qual é o posicionamento da Paróquia (Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca). Pensa que seria importante incluir na Comissão de Bairro instituições da envolvente, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia.

Emílio Teixeira (Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura) questiona por que "este senhor" não participou desde o início e só agora vem levantar essas questões.

Isabel Nascimento (Junta de Freguesia da Buraca) confirma que essa questão já havia sido levantada e concorda que é importante.

Ilídio Carmo afirma não perceber como Domingos Borges não sabe "nada" sobre a Comissão de Bairro se, por outro lado, afirma já ter feito parte da mesma.

Anabela Rodrigues esclarece a função da CB. Afirma que deram um grande passo nesse processo e agora devem escolher se avançam ou se andam para trás.

Jorge Miranda propõe que, se a denominação CB é um problema, que seja usado o nome Representante das Organizações Locais. Lembra que *Comissão Executiva* é a que executa. Logo, pensa ser incorrecto usar o termo CB, uma vez que esta não está juridicamente constituída.

JC Travassos pensa ser importante que o bairro seja representado, mas não é preciso, necessariamente, ser pela mesma pessoa.

António Horta questiona colocarem em causa a CB que desde o início figurou no processo.

Lieve afirma que a CMA representa a envolvente. Lembra que a Junta de Freguesia também é importante.

Isabel Nascimento pensa que uma "uma coisa não impede a outra".

Susana Sousa esclarece que a *Comissão Executiva* é para executar e a nível do Plano de Acção, é a Comissão de Bairro quem mais assume responsabilidades.

António Horta afirma que a designação do nome não é importante, "são meras palavras".

Anabela Rodrigues esclarece que *Fórum Consultivo* não é a mesma coisa que *Comissão de Acompanhamento*. Portanto, não é uma questão de "meras palavras".

Jorge Miranda esclarece que a Comissão de Acompanhamento pronuncia-se, há instrumentos de avaliação e de gestão. Sendo assim, é importante que o GPL esteja representado.

JC Travassos lembra que há várias formas de "acompanhar". Nesse caso, pode-se acompanhar como promotor financeiro (acompanha o dinheiro) e acompanhar a execução do Plano de Acção. Pensa que nesse modelo, a Comissão de Acompanhamento tem um papel de fiscalização das acções.

O GPL concorda em criar outro quadro, denominado *Comissão de Acompanhamento*, que inclui o GPL e os promotores financeiros.

JC Travassos lembra a importância do Perito de Experiência e do Mediador junto com o Gestor para auxiliar na relação com o bairro.

Jorge Miranda pensa que, a nível de gestão, não parece lógico o acompanhamento de um Perito de Experiência ou de um Mediador. Concorda que possivelmente sejam mais necessários na execução dos projectos.

Susana Sousa questiona a retirada do quadro *Residentes* no modelo de gestão.

Patrícia Figueiredo lembra que o quadro foi inserido no modelo pelo GAT, como sugestão, mas cabe ao GPL decidir se deve ficar ou não.

Jorge Miranda pensa que é importante haver uma metodologia própria para ouvir os residentes. Pensa que se deve abrir espaço para ouvi-los, em momentos próprios.

Decide-se por ficar uma nota, como referência, da participação dos residentes.

O Modelo de Gestão fica consensualizado.

O segundo objectivo da reunião era esclarecer alguns pontos do Plano de Acção.

Um dos pontos a serem esclarecidos era o 2.4.3 – E) "Instalações para a Associação de Moradores".

Jorge Miranda questiona o valor € 200.000,00 (duzentos mil euros) para a construção das instalações da Associação dos Moradores.

Susana Sousa questiona como será gerida a instalação, com que fundo.

JC Travassos alerta que os custos ficarão diluídos se a Associação de Moradores ficar instalada no Centro Comunitário. Alerta ainda para o problema de escassez de terreno no bairro.

António Horta esclarece que não é necessário uma grande instalação.

Jorge Miranda lembra que não se trata apenas da questão financeira, mas da necessidade de economizar terrenos.

Fica consensualizada a seguinte redacção para o ponto 2.4.3-E): "Integração das Instalações da Associação de Moradores em futura construção".

Outro ponto esclarecido foi o 2.4.4 – B) "Melhoramento das instalações do Moinho da Juventude e do Clube Desportivo para a prática regular de actividades lúdicas e desportivas (e.g. capoeira, dança, ensaios de música, ginástica…)"

Jorge Miranda lembra que esse ponto já foi discutido e ficou consensualizado que "Ninguém sabe qual é o desenho futuro do bairro". Relembra ainda que já haviam discutido a possibilidade de as instalações actuais das Associações Locais estarem em lotes futuramente determinados como inviáveis.

Ilídio Carmo questiona que, se de facto há um compromisso em recuperar o máximo possível, essa posição acaba por não fazer sentido.

Carlos Relha afirma que o facto de o Moinho da Juventude estar num determinado lote, já o torna um lote viável.

Jorge Miranda lembra que já foi decidido que em primeiro lugar estão as pessoas, depois as instituições.

Lieve lembra que o Moinho foi construído pelas pessoas. Há fortes ligações do Moinho da Juventude com o bairro.

Jorge Miranda recorda que será elaborado, pelo GPL, um Caderno de Referências e o júri do concurso será composto por um representante do bairro.

Lieve lembra que há coisas que foram construídas e que devem ser preservadas.

JC Travassos esclarece que as questões pessoais estão inerentes a todos, tanto instituições quanto moradores. Quem construiu a sua casa também colocou sentimento ali. Informa que a pratica actual busca uma "economia positiva", que se fundamenta em não destruir de qualquer maneira. Afirma que percebe a perspectiva da CMA porque, de facto, os princípios devem ser aplicados a todos, sejam moradores ou instituições. Acima de tudo, deve haver bom senso.

Lieve lembra a ligação da construção ao bairro.

Ilídio Carmo questiona a necessidade de economia e a possibilidade de haver mais gastos com a construção de uma novas instalações.

Susana Sousa lembra as previsões do Caderno de Encargos (Caderno de Referências).

Jorge Miranda afirma que o Caderno de Referências vai esclarecer as funções do bairro, a ligação das pessoas com o bairro, a necessidade de abertura para o exterior sem comprometer a funcionalidade do bairro, etc… Pensa ser necessário esclarecer princípios. Alerta para a necessidade de haver confiança.

Fica consensualizado a redacção para o ponto 2.4.4-B) " Criação ou melhoramento das instalações do Moinho da Juventude e do Clube Desportivo para a prática regular de actividades lúdicas e desportivas (e.g. capoeira, dança, ensaios de música, ginástica…)"

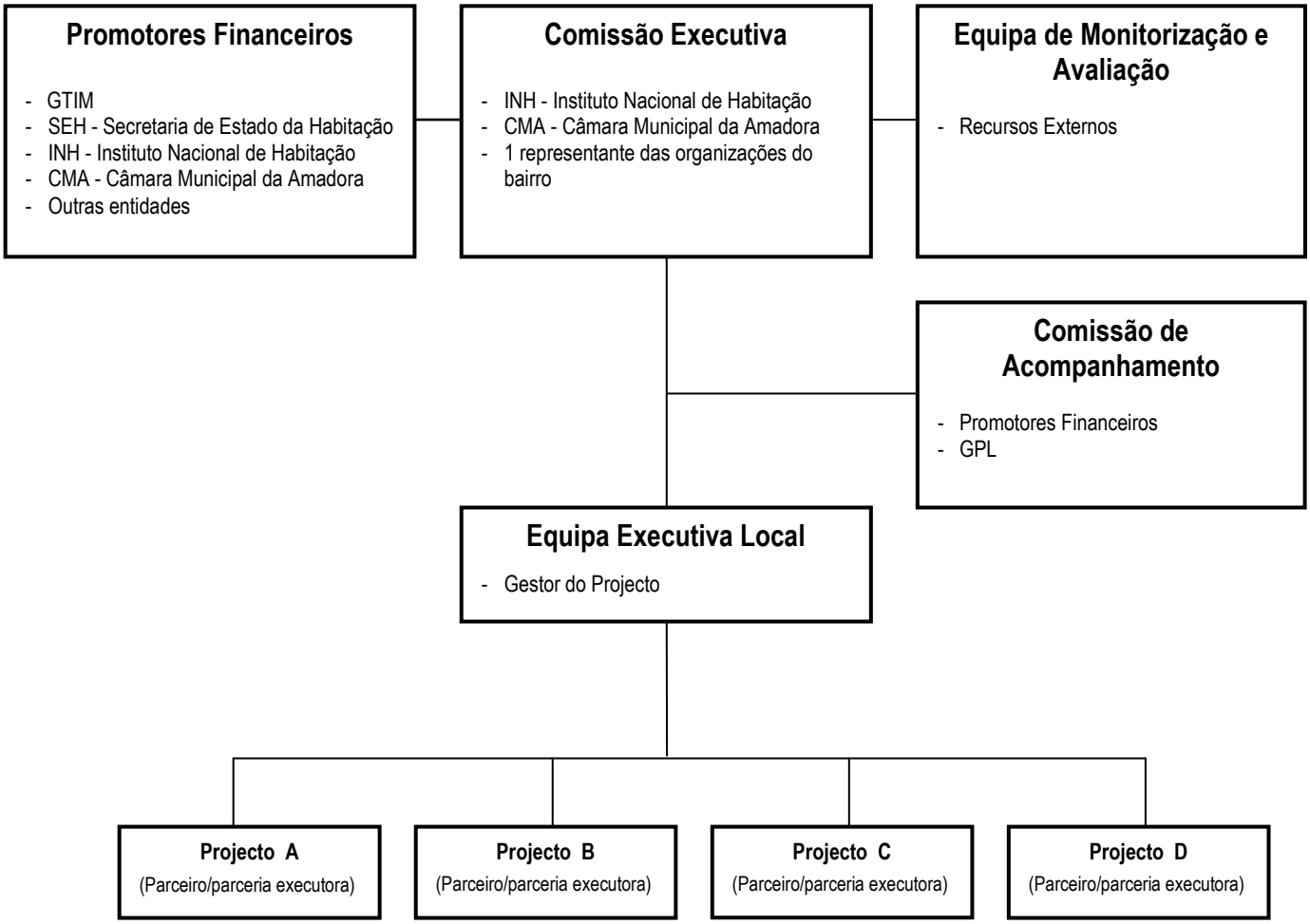
Úrsula Caser questiona sobre a possibilidade de se marcar uma reunião para o próximo sábado, ao que um dos membros do GPL mostrou-se contrário, sendo totalmente impossível.

Susana Sousa informa que a próxima reunião é apenas para formalizar o fim dos trabalhos do GAT e informar sobre as próximas etapas do processo.

Fica provisoriamente agendada a reunião para a próxima semana, sendo que o local, dia e hora será informado por e-mail pelo GAT.

A sessão foi encerrada às 20:52h.

MODELO DE GESTÃO – COVA DA MOURA



Anexo 1.12.2

Lista de Presenças
Reunião com o Grupo de Parceiros Locais
12º Encontro – 11 de Julho de 2006

Iniciativa "Bairros Críticos"

RCM 143/2005

"Cova da Moura" – Amadora

Lista de Presenças – 12ª Reunião – 11 de Julho de 2006

Nome	Instituição
Anabela Rodrigues	Associação Cultural Moinho da Juventude
Ana Pato	Associação Cultural Moinho da Juventude
Carlos Relha	Associação Cultural Moinho da Juventude
Lieve M	Associação Cultural Moinho da Juventude
Isabel Marques	Associação Cultural Moinho da Juventude
João Rocha	Associação de Moradores
Emílio Teixeira	Associação de Moradores
Ilídio Carmo	Associação de Moradores
António Horta	Associação de Moradores
Patrícia Horta	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Mabília Novais	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Domingos Pereira	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Manuel Rocha	Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura
Jorge Miranda	CMA
António Clemente	CMA
Fátima Gomes	Comissão Social Freguesia da Buraca
Manuel Rocha	DREL
Ana Soeiro	FA-UTL
João Miranda	FA-UTL
Helena Campos	FA-UTL
Úrsula Caser	GAT
Ana Mascarenhas	GAT
Patrícia Figueiredo	GAT
Ana Ribeiro	GAT
Susana Sousa	INH
Rogério Pampulha	INH
JC Travassos	INH

Isabel Nascimento	Junta de Freguesia da Buraca
António Pereira	PSP
José Gaspar	Residente Bairro
Luís Rodrigues	Residente Bairro
António José	Residente Bairro
Alexandre Soares	Residente Bairro
António Rosário	Residente Bairro
Augusto Fortes	Residente Bairro
Emídio Tavares	Residente Bairro
Domingos Borges	Residente Bairro
Maria Paixão	Residente Bairro
Fernando Rodrigues	Residente Bairro
Francisco Delgado	Residente Bairro
Pedro Alves	Residente Bairro
Francisco Duarte	Residente Bairro
João Coutinho	Residente Bairro
Fernando Brito	Residente Bairro

Anexo 2.1.1

Acta
Workshop Participativo alargado à População
1º *Workshop* Participativo – 25 de Abril de 2006

"1º WORKSHOP PARTICIPATIVO"

Cova da Moura, Amadora
25 de Abril de 2006

Equipa

Lia Vasconcelos (Coord.)
Ursula Caser (Coord.)
Ana Cristina Mascarenhas (GAT)
Ana Sofia Ribeiro (GAT)
Patrícia Figueiredo (GAT)
Ana Margarida Almeida (colaboradora)
Eduarda Ferreira (colaboradora)
Mário Sanches (Apoio)
Ricardo Alves (Apoio)
Sónia Braz (Apoio)

Resumo
O presente relatório apresenta os resultados do 1º Workshop Participativo Alargado, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos – Cova da Moura, no dia 25 de Abril de 2006, nas instalações da Escola EB1/JI da Cova da Moura, Amadora.

Este *workshop* representou o primeiro momento de participação alargada desta Iniciativa, e visou envolver e mobilizar os cidadãos comuns residentes na Cova da Moura.

Os participantes trabalharam em colaboração uns com os outros construindo uma imagem de continuidade para o seu bairro, através duma primeira caracterização de potencialidades e limitações presentes.

O workshop pode contar com a presença de cerca de 160 participantes oriundos de vários pontos do bairro.

Além do trabalho de grupo em várias salas, onde os trabalhos se processaram com grande envolvimento, o plenário permitiu partilhar e debater as ideias geradas por todos.

1. Introdução
Este documento constitui o relatório das actividades realizadas no 1º Workshop Participativo, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos, realizado no dia 25 de Abril de 2006, nas instalações da Escola Básica nº1 da Cova da Moura, Amadora, que decorreu entre as 9:00h e às 14:00h.

1.1 Objectivos do evento

A realização deste processo participativo tinha como objectivos fundamentais o desenvolvimento de uma visão conjunta para a Cova da Moura, e a identificação dos vectores estratégicos mais relevantes e prioritários.

A intervenção da equipa que facilitou o evento vem no sentido de encorajar a geração de contributos efectivos por parte dos participantes, através de uma forma estruturada, proporcionando um ambiente de trabalho interactivo, apropriado ao diálogo informado e alargado e capaz de conduzir ao desenvolvimento de ideias construtivas.

Foi, pois, elaborada uma metodologia para um *Workshop* de uma manhã que se propunha promover uma reflexão conjunta sobre uma visão de continuidade colaborativa para a Cova da Moura, através de:

- **(1) Identificação dos aspectos positivos/negativos do bairro**
    - Identificação dos problemas principais
    - Ficha de trabalho relativa a cada problema identificado
- **(2) Desenvolvimento de uma visão conjunta para a Cova da Moura**

1.2 Programa do Evento

Apresenta-se de seguida o programa do evento realizado.

9:00 -9:30	Registo dos participantes Distribuição de documentos
9:30 – 10:00	CAFÉ
10:00 – 11:00	Identificação dos aspectos positivos/negativos do bairro - Identificação dos problemas principais - Ficha de trabalho relativa a cada problema identificado
11:00 -12:00	Uma visão conjunta para a Cova da Moura
12:00 -12:15	CAFÉ
12:15 – 14:00	Apresentação dos trabalhos de grupo/debate

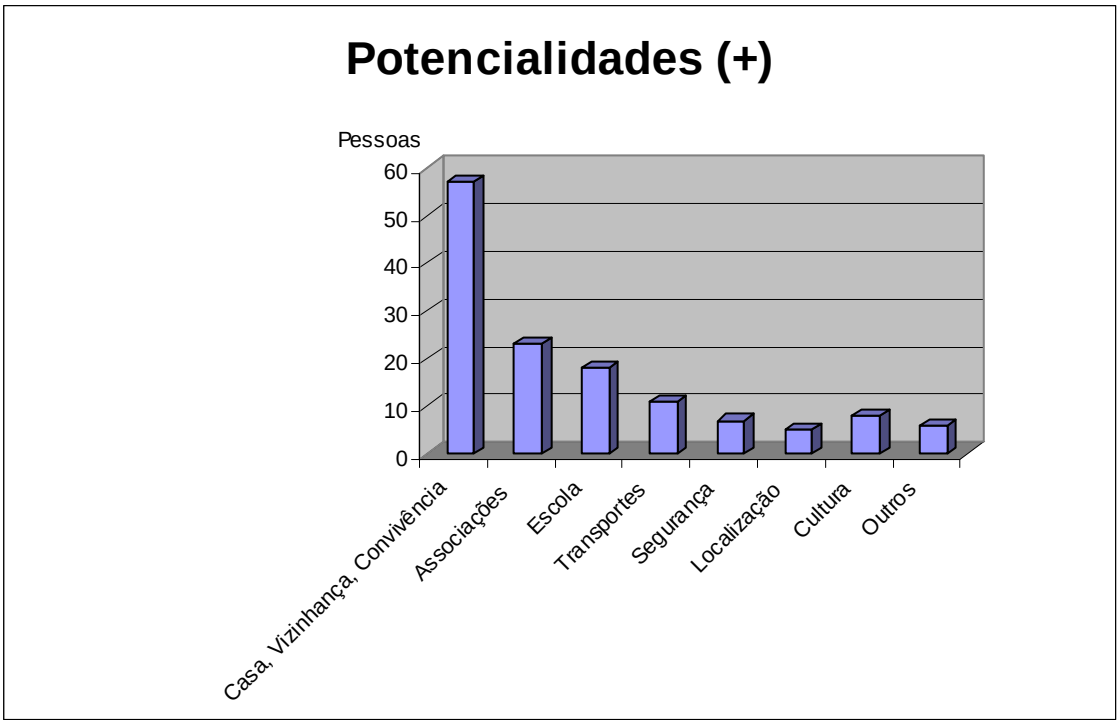
Como se pode ver pelo programa este *Workshop* organizou-se em duas partes distintas: a primeira com o objectivo de identificar os principais problemas associados ao bairro da Cova da Moura com a elaboração de uma ficha de trabalho para a resolução do problema. De seguida seriam apresentados os efeitos positivos resultantes da resolução dos problemas em Plenário com a identificação de *uma visão conjunta para a Cova da Moura*

2. Identificação dos aspectos positivos/negativos do bairro

A identificação dos principais aspectos positivos e negativos do bairro serviram de base à metodologia de partida do *Workshop*. Logo no início, após o registo dos participantes, estes tinham como tarefa preencher o mapa das potencialidades e dos problemas do bairro.

Os 158 participantes foram distribuídos por quatro salas diferentes, sendo posteriormente divididos em grupos de 4 a 6 participantes, que trabalharam sobre o problema que o grupo de trabalho considerava de mais urgente resolução.

Fig. 17 - Potencialidades/Pontos Positivos



Casa, Vizinhança, Convivência (57)

Gosto da minha casa (19);
Gosto da minha casa e vizinhança (4);
Gosto do meu bairro (2);
Gosto da minha casa e bem situada (2);
Gosto da minha casa e do bairro (2);
Boa vizinhança (11);
Boa convivência (4);
Boa convivência no bairro com escola e pessoal (1);
Minha casa bem situada e com condições para viver (4);
Amor à casa (1);
Vida comunitária (1);
Ajuda a população (1);
O facto de muitos moradores terem construído as suas casas (2);
Grande capacidade de iniciativa dos habitantes em intervir no espaço do bairro nas construções, criando: actividades comerciais; serviços (1);
Gosto do ambiente da Cova da Moura (1);
O "à vontade" que as crianças crescem sem medo de alar aos vizinhos (1).

Associações (23)

O trabalho das associações e a participação activa dos moradores (1);
esforço dispendido por todas as associações do bairro para requalificação e legalização do bairro (1);
existência de entidades/associações trabalhando em prol da melhoria do bairro (1);
trabalho das associações (1);
movimento associativo em geral (1):

instituições existentes (1);
as associações (1);
clube desportivo (2);
comissão de moradores (4);
moinho da juventude (9);
existência de infra-estruturas (escola, associações, creches,…) (1).

Escola (18)
Escola básica (16);
Escola e creche (1);
Escola em boas condições (1);

Transportes (11)
Facilidades nos transportes para as periferias (1);
facilidades nos transportes (7);
meios de transporte (3).

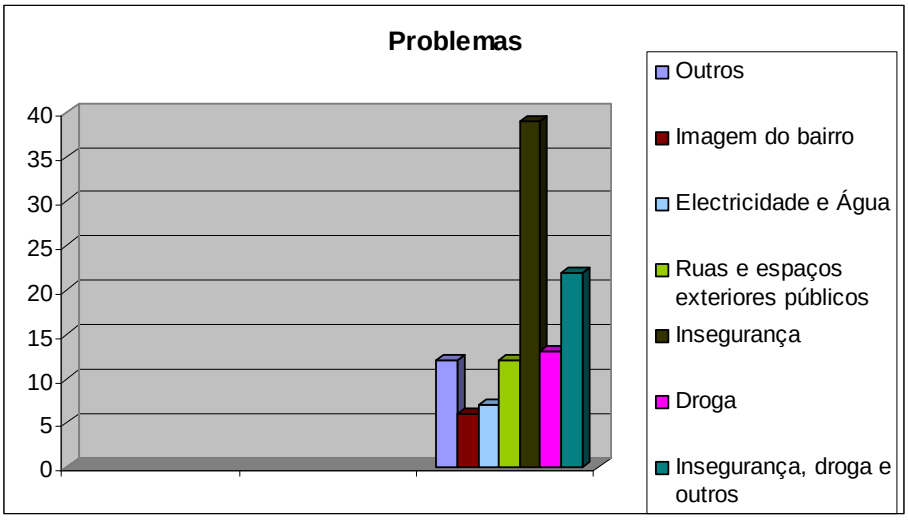
Segurança (7)
Segurança (5);
segurança através do policiamento (1);
com segurança é bom (1).

Localização (5)
Localização central relativamente `a grande Lisboa (1);
boa localização (4).

Cultura (8)
Grande riqueza cultural nas actividades quotidianas: artesanato; gastronomia; música e dança; arte;…., que é de grande importância para a comunidade (1);
A diversidade cultural (1);
Cultura (1);
Grande potencialidade cultural e social (1);
Multiculturidade que existe no bairro (1);
Cultura viva: gastronomia, música, bebidas (1);
A vertente cultural do bairro (1);
Cultura cresce (1).

Outros (6)
Profissão (1);
Sossego e conforto (1);
O costume de estar aqui (1);
Nunca me fizeram mal (1);
Localização dos caixotes do lixo (1);
O bairro permite a integração de emigrantes na região da grande Lisboa (1).

Fig. 18 - Problemas/Pontos Negativos



problema			Total
Outros			**12**
	"Subir (?) um poste para passar a casa –> quer fechar as paredes e colocar um telhado"		1
	"Aproveitar o que está bom"		1
	"Resolver a situação dos terrenos. Legalização dos terrenos"		1
	"Mais harmonia no bairro. Às vezes há informações diferentes."		1
	"Falta de praça de táxis perto do bairro"		1
	"Deficiente sociabilidade com a envolvente"		1
	"O abandono das autoridades na resolução dos problemas diários"		1
	"Falta de apoio estrutural para a qualificação do bairro durante 20 anos."		1
	"Falta de estruturas de apoio a jovens"; "Falta de emprego para os jovens"; "Falta de apoio para as crianças".		3
	"Inexistência de um centro de Saúde"		1
Imagem do bairro			**6**
	"Existência de barreiras físicas e sociais que conduzem a preconceitos e desconhecimento da comunidade exterior em relação ao bairro"; "O olhar que os outros têm sobre o bairro!"; "Má imagem do bairro"; "Má imagem do bairro na opinião pública"; "Bairro estigmatizado pela comunicação social, câmara municipal, alguns portugueses das zonas arredores"; "Estigmatização do bairro pela comunicação social".		6
Electricidade e Água			**7**

	Electricidade		1
	"Falha no abastecimento de água (não há pressão) – 2 meses."; "Falta de água"; "Melhor rede água"; "Falta de água (falhas de abastecimento)"		6
Ruas e espaços exteriores públicos			**12**
	"Falta de espaços verdes, infra-estruturas precárias (ruas, iluminação pública, limpeza, pública, …)."		1
	"Ruas sujas com lixo e "sujidade"dos cães.", "Falta limpeza nas ruas e asfaltamento"		2
	"Dificuldade em entrar nos becos" e "Becos"		3
	"Circulação de carros (neces. Sentido único)."		1
	"Interrupção da estrada"; "Arruamentos"; "Zonas que não estão asfaltadas"; "Ruas com buracos" e "está mal parte das ruas".		5
Insegurança			**39**
	"Não há segurança, há zonas boas, há zonas más, compete aos técnicos resolver as situações acima referidas"		1
	"Falta de segurança" ou "insegurança"; "Segurança"; "Falta de segurança no bairro"; "Falta de segurança em todo o bairro".		27
	"Gatunos"; "violência"		3
	"Mais segurança no bairro"; "Ralis e roubo de carros, falta de policiamento nocturno."; "Pouca vigilância policial", "falta de mais vigilância pelas autoridades no bairro", "falta de policiamento assíduo"		5
	"Falta de segurança por pessoas que não são do bairro", "falta de segurança em todos os bairros" e "falta de segurança à noite"		3
Droga			**13**
	"Tráfico de droga"; "Muito tráfico de droga"; "Rua Principal, tráfico de droga"; "Tráfico de droga na rua por elemento não morador"; "Problema da droga", "Droga"		13
Insegurança, droga e outros			**22**
	"Falta de Segurança e tráfico de drogas"; "Falta de Segurança, droga"; "Falta de Segurança, assaltos, tráfico de droga";		14

	"Droga é mal, atacar pessoas pelo caminho é mal" "Criminalidade"		
	"Falta de um posto da PSP"		1
	"Bairro maltratado pela forma de policiamento – aparato policial"		1
	"Insegurança e tráfico de droga. Becos e ruas sem saída"; "Droga, falta de policiamento, assaltos, falta de iluminação, acabar com os becos"; "Droga, assaltos, falta de policiamento, acabar com as barracas."		3
	"Insegurança e falta de policiamento, tráfico, falta de limpeza das ruas"		1
	"Falta de segurança, travessa do moinho não está alcatroada"		1
	"Droga, alguma má construção, falta de policiamento , acabar com os becos desorganizados, má imagem do bairro."		1

A metodologia de trabalho em cada sala foi idêntica e consistiu: (1) num *brainstorming* inicial dentro de cada grupo em que se decidiria qual o principal problema associado à Cova da Moura; (2) após um período de reflexão por parte dos participantes, cada grupo contribuiu com a indicação do problema principal do bairro; (3) cada grupo trabalhou uma ficha, por vezes duas, relativa ao problema identificado; (4) após a conclusão da ficha de trabalho desenvolveram um poster, cuja função foi sustentar visualmente a apresentação em plenário e aliciar os restantes participantes para a relevância do que estava a ser apresentado.

2.1 Apresentação das ideias geradas por grupo

SALA 1 – ♥ FACILITADORA: Ana Ribeiro

PROBLEMA 1 - A: PERDA DA HABITAÇÃO E CONVIVÊNCIA COM VIZINHOS
COMO RESOLVER: Legalizar as casas e criar condições;
QUEM ENVOLVER: A Câmara Municipal da Amadora, a população em geral do bairro (proprietários) e o Estado;
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: - Manter a identidade cultural do bairro; - Ganhar confiança entre os moradores do bairro;
COMPONENTE DO PROBLEMA:

Social, Económica, Cultural, Física e Segurança;

PROBLEMA 1 - B: INSEGURANÇA E TRÁFICO DE DROGA
COMO RESOLVER: Por uma esquadra de policia. Ocupar os jovens nos estudos, criando empregos e dar-lhes formação profissional. Eliminar as zonas de tráfico de droga.
QUEM ENVOLVER: PSP – Ministério da Administração Interna; As famílias; As associações locais; As empresas;
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Maior segurança. Sanidade física e mental da população afectada.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica, Cultural, Física e Mental

PROBLEMA 2: FALTA DE SEGURANÇA
COMO RESOLVER: 1º Uma esquadra para resolver o problema da droga e acabar com os becos.
QUEM ENVOLVER: A Câmara Municipal da Amadora, o Ministério da Administração Interna, a partir das 22 horas fechar todos os cafés.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Havia mais qualidade de vida para a população.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social e Física

PROBLEMA 3: TRÁFICO DE DROGA
COMO RESOLVER: Patrulhamento à paisana do bairro do e "prender" quem prevaricar, isto é, actuar realmente sobre quem provoca distúrbios.
QUEM ENVOLVER: As forças de autoridade, juntamente com os moradores que queiram colaborarem.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Melhor ambiente social. Possibilidade de mais e melhor comércio. Abertura de cafés à noite para convívio. Construção de parque infantil.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social e Económica;

PROBLEMA 4 - A: INSEGURANÇA, VIOLÊNCIA E MARGINALIDADE
COMO RESOLVER: • Intervenção policial mais frequente para protecção da população residente; • Existência de uma esquadra da PSP; • Terminar com becos e gavetos que facilitam a fuga de criminosos; • Remodelação do bairro (reabilitação física);
QUEM ENVOLVER: As autoridades a diferentes escalas (local e central) (Ex: governo deve reforçar o peso/poder da polícia).
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • População residente conhece melhoria da qualidade de vida (segurança), paz e sossego, tranquilidade; • Bairro "ganha" outra imagem, mais positiva ↓ Atrair outras pessoas para a economia do bairro (crescimento do comércio).
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social*

Nota *: Apesar do problema ser sobretudo social, ele diz respeito também à componente económica (mercado de trabalho) e Física (condições da forma urbana, existência de becos e gavetos facilitam marginalidade).

PROBLEMA 4 – B: ESTRUTURA E ESTÉTICA DO BAIRRO (CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO) QUE DIFICULTA ACESSO
COMO RESOLVER: • Requalificação do bairro; • Demolição tem que ser acompanhada por um processo de realojamento ou pagamento do valor da propriedade/imóvel;
QUEM ENVOLVER: • Toda a comunidade/moradores do bairro; • Governo, sobretudo poder autárquico;
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: *(Não foi preenchido)*
COMPONENTE DO PROBLEMA: *(Não foi preenchido)*

PROBLEMA 5 – A: BECOS RELACIONADOS COM SEGURANÇA/INSEGURANÇA
COMO RESOLVER: • Fechar os becos; • Alargar esses espaços; • Reestruturar estes lugares do bairro;
QUEM ENVOLVER: • Moradores (especialmente os que residem nestas áreas); • Entidades competentes – Câmaras, Juntas de Freguesia, Comissão de bairro;
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Mais segurança; • Policiamentos feitos com mais eficiência; • Mais sentido de segurança para a população; • Diminuição da violência;
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica e Física;

PROBLEMA 5 – B: RECOLHA DE LIXO – ECOPONTO
COMO RESOLVER: • Mais contentores; • Um ecoponto;
QUEM ENVOLVER: • Câmara Municipal; • Junta de Freguesia; • Associações/Comissões de moradores;
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Adesão das pessoas e crianças educadas para as questões ambientais; • Bairro mais limpo;
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Cultural e Física;

SALA 2 – ♦

FACILITADORA: Patrícia Figueiredo

PROBLEMA 1 - A:

INSEGURANÇA

COMO RESOLVER:

- Eliminação dos becos;
- Iluminação pública melhorada;
- Reforço do policiamento

QUEM ENVOLVER:

- Câmara Municipal;
- Polícia de Segurança Pública;
- Toda a população do bairro

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

- Maior procura das actividades económicas (cabeleireiros, comércio em geral);
- Visita de pessoas de fora do bairro;
- Convívio dos residentes na rua;
- Possibilidade de passear pelo bairro a diversas horas

COMPONENTE DO PROBLEMA:

Social e Física

PROBLEMA 1 - B:

INSEGURANÇA

COMO RESOLVER:

- Mais policiamento e/ou esquadra;
- Iluminação em especial nos becos;
- Alargar as zonas de ruas estreitas;
- Sinalização (criando sentidos únicos, passeios, estacionamento);
- Bocas de incêndio / marcos de incêndio;
- Os cafés terem horários fixos

QUEM ENVOLVER:

- Juntas de Freguesia;
- Câmara Municipal da Amadora;
- Ministério da Administração Interna

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

"SERIA MARAVILHOSO"!

- Melhor qualidade de vida;
- Menos acidentes;
- Menos barulho após o horário de silêncio;
- As ruas mais limpas e acolhedoras;
- As crianças poderem brincar à vontade

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Social, Económica, Cultural e Física

PROBLEMA 1 - C:

INSEGURANÇA

COMO RESOLVER:

- Ocupação dos tempos livres dos jovens;
- Eliminação dos becos;
- Iluminação das ruas;
- Reorganização urbanística

QUEM ENVOLVER:

- Câmara Municipal da Amadora;
- Instituições de cariz humanitário;
- PSP;
- Segurança Social / Centro de Emprego
- INH

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

- Segurança;
- Qualidade de vida melhorada / bem estar;
- Melhoramento das infra-estruturas envolventes

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Social, Económica, Física e Outra

PROBLEMA 1 - D:

FALTA DE SEGURANÇA – DROGA

COMO RESOLVER:

- Mais patrulhamento da PSP;
- Polícia de proximidade;

• Criar infra-estruturas para apoiar jovens com abandono precoce da escola
QUEM ENVOLVER: • Comunidade; • Polícia; • Associações; • Autarquias
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Segurança (passear à noite sem problemas); • Melhor convívio entre a comunidade; • Diminuir o estigma que o bairro tem
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social

PROBLEMA 2: **ARRANJAR O BAIRRO PARA MELHOR CONDIÇÃO DE VIDA DOS SEUS HABITANTES**
COMO RESOLVER: • Aproveitar todas as casas que estão em boas condições e bem localizadas e tirar os que não têm condições de viver; • Não tem ruas, ar livre, não passa transportes
QUEM ENVOLVER: • Estado; • Câmara Municipal
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Requalificar o bairro; • Forças de segurança no bairro; • Condições para crianças e idosos; • Uma esquadra policial para meter ordem; • Mais organização para apoiar crianças
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica, Cultural e Física

SALA 3 – ♠

FACILITADORA: Ana Margarida Almeida/Eduarda Ferreira

PROBLEMA 1: INSEGURANÇA / DROGA
COMO RESOLVER: Maior controlo de quem entra no bairro devido aos males que acontecem virem de fora
QUEM ENVOLVER: Câmara Municipal da Amadora; Forças de Segurança; Associações de Moradores
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Mais tranquilidade; Mais acessibilidade dentro do bairro; Mais confiança; Mais paz; Mais harmonia; Mais convivência; Mais saúde; etc
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica, Cultural e Física

PROBLEMA 2: INSEGURANÇA / TRÁFICO DE DROGA
COMO RESOLVER: Criação de um posto da PSP no bairro
QUEM ENVOLVER: As autoridades competentes
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Terá efeitos positivos na forma como a população vai viver no bairro (segurança e bem estar). Dará força para avançar com o tratamento de outras questões importantes: legalização dos terrenos; limpeza das ruas; recuperação/manutenção das habitações, espaços públicos; infra-estruturas, etc
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social e Física

PROBLEMA 3: INSEGURANÇA
COMO RESOLVER: Compete às autoridades
QUEM ENVOLVER: Autoridades competentes, Câmara e Ministérios
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Acaba o medo e a insegurança
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica, Cultural e Física

PROBLEMA 4: FALTA DE QUALIFICAÇÃO E SEGURANÇA
COMO RESOLVER:

Atribuir o espaço ocupado a quem o construiu e o ocupa
QUEM ENVOLVER: Moradores; Associações; Autarquia; Governo central
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: **QUE OS MORADORES FIQUEM INTEGRADOS NUMA COMUNIDADE MAIS ABERTA, CONTRIBUINDO PARA UMA MAIOR SEGURANÇA NO BAIRRO**
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica, Cultural e Física

PROBLEMA 5: **INSEGURANÇA**
COMO RESOLVER: Abrir ruas e eliminar becos para o bairro ficar mais transitável
QUEM ENVOLVER: Entidades oficiais
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: **TRANQUILIDADE E SEGURANÇA PARA TODOS OS HABITANTES DO BAIRRO**
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económico, Cultural e Física

SALA 4 – ♣

FACILITADORA: Ana Mascarenhas

PROBLEMA 1 - A: **INSEGURANÇA**
COMO RESOLVER: Construção de uma esquadra de polícia dentro do bairro.
QUEM ENVOLVER: As autoridades competentes (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia) e os moradores.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Melhor confraternização entre as pessoas; • Melhor qualidade de vida; • Melhor imagem do bairro no exterior.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social

PROBLEMA 1 - B:

Legalização dos terrenos do bairro (problema da propriedade)
COMO RESOLVER: Pela via legal.
QUEM ENVOLVER: • Os moradores; • Os Tribunais.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Possibilidade de construir infra-estruturas públicas (melhorar o espaço público) e outros equipamentos.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social, Económica e física.

PROBLEMA 2 - A: Existência de Becos
COMO RESOLVER: Identificar as casas que impedem uma melhor estruturação das ruas do bairro, dialogando com as famílias melhores soluções.
QUEM ENVOLVER: • Governo; • Autarquia e Juntas de Freguesia; • INH; • Ordem dos arquitectos; • Associações locais (moradores).
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Melhor circulação; • Mais segurança; • Mais e melhor relação humana entre as pessoas; • Promoção da imagem do bairro.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Física.

PROBLEMA 2 - B: A insegurança do bairro
COMO RESOLVER: • Criar condições para melhor policiamento; • Integrar a juventude para não ficar abandonado (criar actividades livres com actividades pós-escolar);

- Intercâmbio cultural entre o bairro e as zonas vizinhas e o exterior.

QUEM ENVOLVER:
- Governo (autoridades judiciais);
- Autarquia;
- Junta de Freguesia;
- Comunicação social;
- Moradores.

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:
Valorização das habitações;
Bem-estar social dos moradores;
Integração dos imigrantes na vida urbana do concelho e na própria cultura portuguesa;
Dinamização das actividades económicas do bairro.

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Social.

PROBLEMA 3 - A:
FALTA TOTAL DE INTERVENÇÃO DAS AUTORIDADES

COMO RESOLVER:
Deixar de considerar a Cova da Moura como terra sem lei, o que gera a falta de segurança, ou pelo menos, uma sensação geral de insegurança.

QUEM ENVOLVER:
A Câmara Municipal que, ao longo dos últimos anos se demitiu totalmente de intervir a qualquer nível (arruamentos, limpezas, alterações das construções existentes e construção de novas, etc).

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:
Se a Câmara Municipal tivesse intervido ao longo dos últimos anos, o asfalto e os problemas do bairro seriam certamente menores.
O mesmo se diga da PSP, que só intervém em casos pontuais e que muitas vezes só vem agravar a situação.

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Social

PROBLEMA 3 - B:
LEGALIZAÇÃO DOS TERRENOS E DAS HABITAÇÕES

COMO RESOLVER:
Expropriação dos terrenos supostamente pertencentes à privados e atribuição das parcelas onde se encontram construídas as habitações em direito de superfície, aos respectivos moradores. Passar licença a todas as casas que reúnam requisitos mínimos.

QUEM ENVOLVER:
- Governo em primeiro lugar para expropriar e fazer as leis especiais para este caso;
- Câmara Municipal e Junta de Freguesia para aprovar as construções;

- Moradores para colaborarem.

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

- Tranquilidade dos moradores e disponibilidade para efectuarem as melhorias e benfeitorias de que muitas das casas carecem e que não têm sido efectuadas pela incerteza em que as pessoas vivem (pintura de fachadas, etc);
- Melhoria do aspecto geral e da beleza do bairro;
- Maior abertura para o exterior.

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Física

PROBLEMA 4 - A:
ABANDONO POR PARTE DAS ENTIDADES OFICIAIS

COMO RESOLVER:

- Mais salas de creche e jardins-de-infância;
- Sensibilizar e conscientizar as entidades para as potencialidades do bairro;
- Fiscalização da construção;
- Melhoria das infra-estruturas: iluminação pública, rede dos esgotos e de abastecimento de água, limpeza de ruas e arranjo, recolha de lixo, rede de gás, ecopontos.

QUEM ENVOLVER:

- Câmara Municipal da Amadora;
- Associações do bairro (moradores);
- Governo;
- Junta de Freguesia;
- Segurança social;
- PSP.

EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

- Garantir o futuro das crianças;
- Aliviar as preocupações dos pais trabalhadores;
- Obter os direitos básicos das condições do bairro para os moradores;
- Obter mais espaços verdes;
- Reforçar a identidade do bairro.

COMPONENTE DO PROBLEMA:
Social, económica, cultural, física e outra.

PROBLEMA 4 - B: A ESTIGMATIZAÇÃO DO BAIRRO
COMO RESOLVER: Demonstrar para o exterior os aspectos positivos (potencialidades) do bairro: vertente cultural, os equipamentos sociais e de comércio e serviços.
QUEM ENVOLVER: • Moradores; • Comerciantes do bairro; • Associações do bairro; • Câmara Municipal da Amadora; • Comunicação Social; • Centro de emprego.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: • Não haver rótulos dos moradores; • Abordagem positiva em relação aos moradores no exterior (hospitais, entidades empregadoras, polícia e outros serviços).
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social

PROBLEMA 5 - A: REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO E SUA LEGALIZAÇÃO
COMO RESOLVER: Criar para isso um projecto apoiado por técnicos competentes com a colaboração dos moradores.
QUEM ENVOLVER: Instituições existentes no bairro que têm vindo a dar a sua colaboração.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Melhor qualidade de vida em aspectos como sociais, económicos e outros.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Física

PROBLEMA 5 - B: SEGURANÇA
COMO RESOLVER: Criação de um posto de polícia ou reforço do policiamento.
QUEM ENVOLVER: As autoridades competentes.
EFEITOS POSITIVOS DA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA: Mais segurança.
COMPONENTE DO PROBLEMA: Social

3. Uma visão conjunta para a Cova da Moura – Plenário

Em plenário, foram apresentadas e debatidas as ideias geradas pelos grupos nas várias salas. Apresentam-se de seguida de forma sumária, sendo cada tema seguido de comentários que surgiram durante a apresentação.

SALA 1 – ♥

Porta-voz: Luís Santos

Problema: PERDA DA HABITAÇÃO E CONVIVÊNCIA COM VIZINHOS
- Perda da Habitação; - Manter a identidade cultural do bairro; - Ganhar confiança entre os moradores do bairro;

Porta-voz: Luís Santos

Problema: INSEGURANÇA E TRÁFICO DE DROGA
- Segurança; ➢ Maior segurança; ➢ Melhoria das condições de saúde;

Porta-voz: Rodrigues

Problema: FALTA DE SEGURANÇA
HAVIA MAIS QUALIDADE DE VIDA PARA A POPULAÇÃO

Porta-voz: Luciano Lamego

Problema: TRÁFICO DE DROGA
Efeitos positivos após resolução: ⇨ Mais convívio social;

⇨Abertura de cafés nocturnos; ⇨Possibilidade de construção de Parque Infantil;

Porta-voz: Luís Mendes

Problema:
ESTRUTURA E ESTÉTICA DO BAIRRO (CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO) QUE DIFICULTA ACESSO
Efeitos positivos para o bairro quando o problema estiver resolvido: • População residente conhece melhoria da qualidade de vida (+ Segurança, Paz, Sossego, Tranquilidade); • Bairro ganha "outra imagem" mais positiva → Atracção de outras pessoas para a economia do bairro (Ex: Crescimento do comércio).

Porta-voz: Maria do Céu

Problema:
BECOS RELACIONADOS COM SEGURANÇA/INSEGURANÇA
Efeitos positivos para o bairro quando o problema estiver resolvido: • Bairro mais seguro; • Mais policiamento; • Mais sentido de segurança para as pessoas; • Diminuição da violência;

Porta-voz: Maria do Céu

Problema:
RECOLHA DO LIXO – ECOPONTO
• Crianças mais educadas para o ambiente; • Bairro mais limpo; • População envolvida na higiene do bairro;

Outros comentários:
- A ocupação do tempo dos jovens dava mais segurança;
- Se houver a urbanização do bairro, ficamos com nossas casas?
- Era importante a legalização dos terrenos da Cova da Moura e seus proprietários.

- Há falta de informação da Câmara e Junta
- Falta de limpeza das ruas, o que é mau para a saúde e para as crianças.
- Os transportes públicos não atravessam o nosso bairro.
- Precisamos de mais creches e jardins.
- O policiamento devia ser mais frequente e existir uma esquadra da PSP no bairro.
- É importante acabar com os becos e gavetos.
- Os problemas são das pessoas que vêm de fora.
- Falta sinalização nas ruas só para um carro.
- Há falta de coordenação das Instituições para resolver o problema da insegurança
- A polícia pede o bilhete de identidade antes de perguntar onde a pessoa mora no bairro.
- A polícia não responde a noite às pessoas em risco.
- Nós não pretendemos fazer nada contra a Câmara Municipal, mas fazer tudo para salvar o bairro.

SALA 2 – ♦

Porta-voz: Manuel Rocha

Problema: INSEGURANÇA
(Não se registaram comentários)

Porta-voz: Anabela Rodrigues

Problema: INSEGURANÇA
• O Bairro acabaria por ter mais iluminação; • A existência de cafés a funcionarem até altas horas acaba por ser um problema; • Não existem actualmente bocas de incêndio no bairro para que, em caso de incêndio, os bombeiros possam abastecer-se de água. Este facto leva a um rápido alastramento de incêndio. • Não existe sinalização de trânsito ao longo do bairro. Existem algumas ruas muito estreitas em que seria necessário sinalização de sentido único, no entanto não há qualquer sinalização.

Porta-voz: Armando Santos

Problema: INSEGURANÇA
• Reorganização da iluminação local, uma vez que a existente não é suficiente;

• Necessidade de criação de tempos livres para os jovens, pois actualmente o que existe é ocupação do tempo momentaneamente; • O melhoramento das infra-estruturas leva automaticamente a um aumento da segurança do bairro;

Porta-voz: Rosa Rodrigues

Problema: FALTA DE SEGURANÇA – DROGA
• Necessidade de maior patrulhamento da PSP. Nos becos é importante um maior número de policiamento de proximidade, com a existência de uma maior número de agentes. Desta forma existe uma maior interacção com a população; • Um grave problema a que se assiste actualmente é o abandono precoce da escola, sendo necessário inverter esta situação. Os jovens deviam ser inseridos em determinados movimentos tal como a ocupação de tempos livres; • Envolvimento de um maior número de população em determinadas actividades sociais e culturais; • Necessidade de divulgação da cultura existente no bairro quer dentro da população residente, quer para a população do exterior; • Diminuição do estigma das pessoas em geral que têm do bairro.

Porta-voz: Joaquim da Veiga

Problema: INSEGURANÇA
• Mesmo dentro das próprias casas existe insegurança, uma vez que entram facilmente desconhecidos em casas das pessoas; • A polícia não responde aos pedidos de ajuda em determinadas alturas; • É necessário um policiamento fixo no bairro (esquadra no bairro).

SALA 3 – ♠

Porta-voz: Luís Magalhães

Problema 1: INSEGURANÇA/DROGA
• Mais paz e muita paz • Mais saúde; • Mais acessibilidade dentro do bairro; • Mais confiança; • Mais harmonia; • Mais segurança

Porta-voz: Silvestre Manuel Rodrigues *(não esteve presente para a apresentação da respectiva ficha)*

Problema 2: INSEGURANÇA E TRÁFICO DE DROGA
• Aumento do bem estar da população; • Viver com o bairro a todas as horas; • Aumento da auto-estima; • Valorização do bairro

Porta-voz: Severino Mendes *(não esteve presente para a apresentação da respectiva ficha)*

Problema 3: INSEGURANÇA
• Acaba o medo e a insegurança

Porta-voz: Feliciana

Problema 4: FALTA DE QUALIFICAÇÃO E SEGURANÇA
• Mais segurança; • Requalificação; • Abertura ao exterior; • Visão positiva do bairro; • Espaços de lazer e recreativos;

• Zonas verdes

Porta-voz: Angelina

Problema 5: INSEGURANÇA
• Comunicação social mudava a imagem que transmite do bairro; • Brincar com tranquilidade; • Mais emprego; • Mais segurança

Outros comentários:
- Os jovens devem poder trabalhar com segurança;
- As crianças não têm segurança para brincar ou mesmo andar na rua;
- A Comunicação Social foca na sua maioria os pontos negativos do bairro, acabando por não favorecer o que existe de bom no bairro;
- O facto das pessoas afirmarem que residem na Cova da Moura impede-as da inserção em determinados empregos, dificultando a sua vida laboral;
- A iluminação dos becos é imprescindível para a seguranças dos moradores do bairro e mesmo para visitantes.
- O grande problema da insegurança aos moradores do bairro é a incerteza do que acontecerá às suas habitações no futuro, assim como quanto tempo ainda poderão residir nelas;
- Os moradores do bairro ainda acabam por ser levados pela opinião dos seus vizinhos, acabando por não mostrar ou revelar os seus próprios interesses.
- No Bairro da Cova da Moura não existe segurança a 100%. A falta de segurança e os problemas resultantes da mesma devem-se a pessoas que não são do bairro mas que vêm arranjar problemas junto dos moradores. Ainda assim que acaba por ficar com má imagem são os que residem no bairro.
- Havendo maior segurança existiria maior tranquilidade e haveria uma melhor convivência com os vizinhos.

SALA 4 – ♣

Porta-voz: Maria Fresta

Problema 1: INSEGURANÇA
As pessoas têm insegurança quanto ao futuro do bairro e quanto à criminalidade. Não querem mais polícia, mas um policiamento eficaz.

Porta-voz: Carlos Santos

Problema 2: EXISTÊNCIA DE BECOS
Na rua principal, onde há venda de drogas, passa-se à vontade, porque está aberto. Nos becos, por ser mais perigosos, não andam, por ser fechado.

Porta-voz: Fátima Marques

Problema 3: LEGALIZAÇÃO DOS TERRENOS E DAS HABITAÇÕES
A legalização dos terrenos e das casas é a maior preocupação dos moradores do bairro.

Porta-voz: Patrícia Horta

Problema 4: ABANDONO POR PARTE DAS ENTIDADES OFICIAIS
Existe um completo abandono das autoridades quanto ao que se passa na Cova da Moura. Muitos pagam contribuições e não contam com serviços de recolha de lixo, por exemplo.

Porta-voz: Gaspar Lopes

Problema 5: REQUALIFICAÇÃO DO BAIRRO E SUA LEGALIZAÇÃO
Melhorar a qualidade de vida dos moradores, com mais segurança e apoio das autoridades competentes.

4. Debate

Após a apresentação dos trabalhos realizados nas várias salas, houve um debate no qual os vários participantes foram convidados a colocar questões ou mesmo sugestões e ideias que gostassem de ver em prática.

Apresentam-se em seguida as várias intervenções existentes ao longo do debate:

- Se a requalificação do bairro passar pela demolição de algumas casas, o que será feito aos residentes? Serão colocados em novas habitações? Terão de pagar a renda? (...) O problema é que muitos residentes do bairro da Cova da Moura vivem apenas das suas reformas, que na maioria são muito reduzidas e não chegam para pagar os montantes de renda a que actualmente se assiste.

- O facto de actualmente os residentes falarem mal do bairro poderá levar a que se apontem essas queixas como razões para " deitar o bairro abaixo". Porque é que se aponta tanto as questões da insegurança?

- O Bairro da Cova da Moura é cobiçado por alguns agentes para a construção de grandes apartamentos, quer pela sua localização, quer pela vista que iriam adquirir.

- O Jardim de Infância deveria ser financiado pelo Governo e não pela boa vontade dos moradores!
- Um dos passos que é urgente dar é a identificação das pessoas que ainda se encontram numa situação ilegal, pois existem muitos imigrantes que ainda não trataram de legalizar a sua situação.
- A existência do bairro deve-se a cada um dos seus moradores que acabaram por ser os arquitectos, engenheiros e construtores das suas próprias habitações. Existe neste bairro muito trabalho, empenho e esforço de cada um para que este bairro crescesse.
- Salvar o bairro é a prioridade de todos e todos estão dispostos a fazer tudo quanto possível para o salvar!
- Existiram vários casos em que a Câmara interveio, com o auxílio de fiscais, para que a construção de algumas casas seguissem determinados parâmetros, senão poderiam acabar por ser demolidas.
- A demolição do Casal Ventoso levou a uma dispersão dos traficantes de droga, acabando por se reflectir num aumento do tráfico de droga na Cova da Moura.

- Com a requalificação, arborização e estética, poderia dar-se um ambiente urbanístico ao bairro, podendo melhorar a sua imagem para quem está de fora.

No final, Lia Vasconcelos sintetizou a visão dos participantes:

"Uma Cova da Moura melhor, com sossego e tranquilidade, com uma imagem positiva, aberta ao exterior, comercialmente atractiva, com ocupações/actividades para jovens, reabilitada e com equipamentos/serviços adequados."

Mais, acrescentou que o bairro apresentava um tecido associativo consolidado, uma rede social invulgar e de qualidade, e portanto, todas as condições para o desenvolvimento para conseguir construir uma proposta de continuidade.

5. Considerações Finais

A realização de processos participativos, abertos a toda a comunidade permite construir colaborativamente objectivos consensuais e coerentes, assegurando o envolvimento mesmo dos participantes com mais dificuldades em fazer ouvir as suas ideias e opiniões ou daqueles mais vocais. A produção deste relatório só foi possível concretizar a partir dos contributos dados por todos os que partilharam entre si as suas preocupações, expectativas e aspirações.

Um agradecimento é devido a todos os participantes e a todos aqueles que colaboraram neste *workshop*. O apoio à divulgação do *workshop* dado pelas associações locais foi imprescindível para mobilizar um maior número de residentes. Agradecemos à Escola EB1/JI da Cova da Moura, em especial, à directora Fátima Cruz, assim como aos professores Luís Miguel Santos Silva, Fátima Teixeira e Ana Maria Coelho, pela disponibilização das instalações para a realização deste *workshop*, bem como por todo o apoio durante o evento.

Os resultados deste *Workshop* participativo mostram que existiu uma grande motivação de todos os participantes para as questões em debate. Durante as sessões, os participantes envolveram-se efectivamente, tendo sido eficientes no cumprimento das várias tarefas propostas ao longo do *Workshop*.

6. Sinopse Metodológica e Fotográfica

Fig. 19 - Vista parcial da Cova da Moura

Na medida em que chegavam, os participantes registavam-se fornecendo nome, morada, telefone e e-mail. Na mesma altura, recebiam um envelope que continha o programa, e *post-its* para identificarem duas Potencialidades e dois Problemas, além de auto-colantes que permitissem a sua espacialização.

Fig. 20 - Morador a registar sua participação

Nos *post-it* de cor laranja, os participantes escreviam pontos que julgam negativos no bairro. O *post-it* era afixado no painel ao lado do mapa, onde os participantes eram convidados a indicar a localidade onde ocorria a situação que julgavam negativa.

Fig. 21 - Participantes a registarem Pontos Negativos

Nos *post-it* de cor verde, os participantes escreviam pontos que identificavam como positivos no bairro. O *post-it* era afixado no painel ao lado do mapa, onde os participantes eram convidados a indicar a localidade onde ocorria a situação que identificavam como positiva. Nem sempre as potencialidades/problemas eram passíveis de espacialização.

Fig. 22- Participantes a registarem Pontos Positivos

Lia Vasconcelos orientou os participantes para desenvolverem os trabalhos do dia, explicando a metodologia a ser utilizada.

Fig. 23 - Participantes em plenário

Nas salas, em grupos de 4/6 pessoas, identificaram os principais problemas da Cova da Moura.

Fig. 24 - Participantes a trabalharem em grupos

Após a identificação, e com uma cartolina para cada grupo, expressaram com frases e desenhos os efeitos para a Cova da Moura quando o problema estiver resolvido.

Fig. 25 - Participantes a trabalharem em grupos

Em plenário, os grupos, através de um representante escolhido, apresentaram o resultado de seus trabalhos.

Fig. 24 - Apresentação dos trabalhos em plenário

Um dos trabalhos apresentados em plenário.

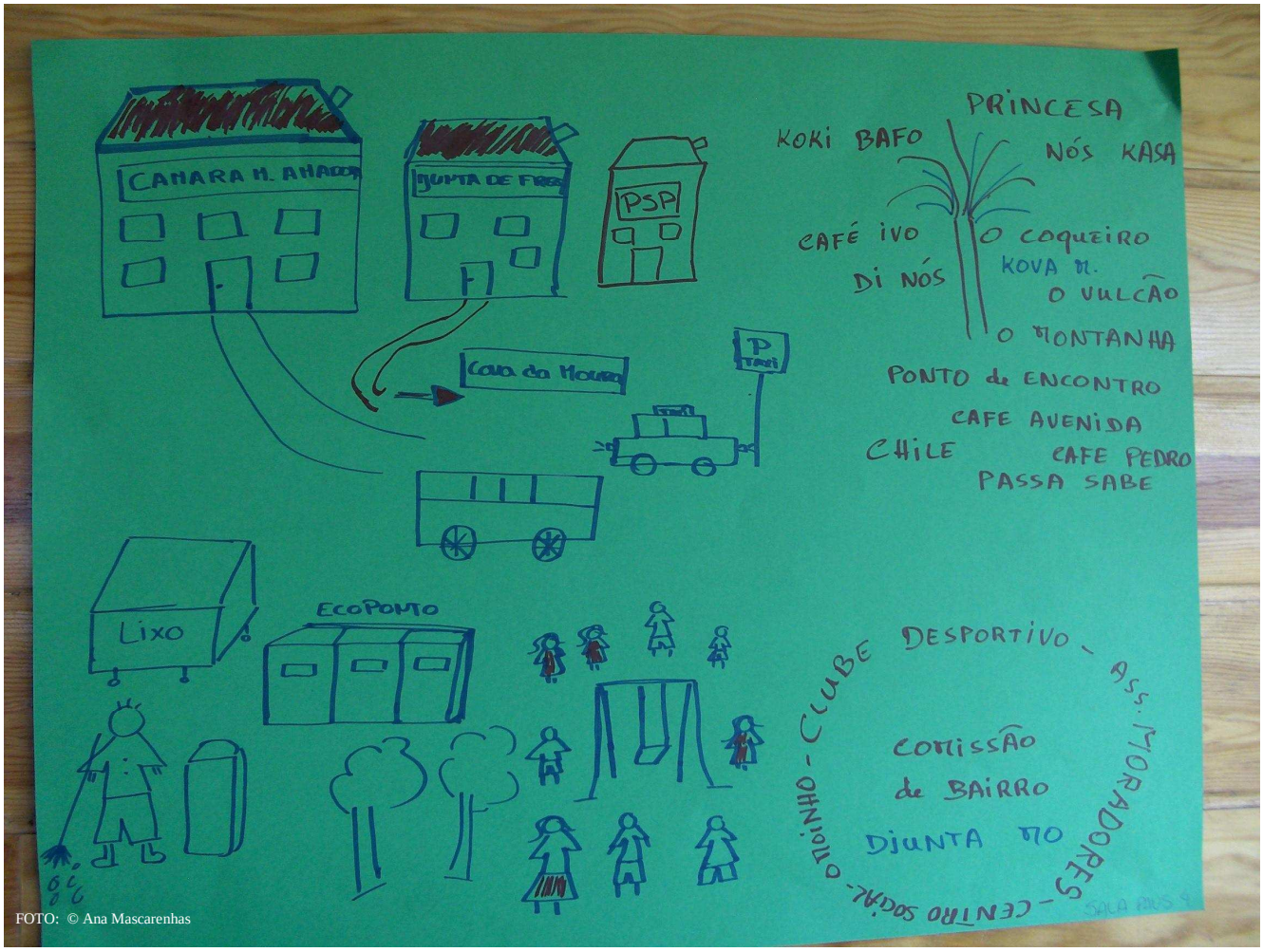


FOTO: © Ana Mascarenhas

Fig. 25 – Um dos trabalhos resultantes do *workshop*

Anexo 2.1.2

Convite para o 1º workshop participativo

Convite distribuído no encontro do GPL com GAT em 29 de Março de 2006, na reunião da Associação dos Moradores da Cova da Moura em 2 de Abril e aos moradores com a colaboração das Associações Locais.

com capacidade de iniciativa, a situação geográfica privilegiada, a juventude da população...

O QUE ESPERAMOS DE TODOS?
Que venham dar o vosso contributo para construirmos colectivamente uma estratégia sustentável de futuro melhor para a Cova da Moura.

A sua opinião é importante! Contamos consigo! Venha contribuir para desenvolvermos uma ideia chave para a Cova da Moura.

Dia 25 de Abril, das 9h00 às 14h00, encontramo-nos para uma jornada de trabalho na EB1

GAT no bairro-5ªs Feiras 14h00-16h00 /EB1

VAMOS CONSTRUIR JUNTOS UMA IDEIA SUSTENTÁVEL...

...PARA UM FUTURO MELHOR NA COVA DA MOURA

Quem somos?
Somos uma equipa interdisciplinar a trabalhar no Projecto Bairros Críticos para o Instituto Nacional da Habitação, cujo objectivo é melhorar o conhecimento da área, para desenvolver uma proposta de intervenção de requalificação e inserção sócio-urbanística, tirando partido das valências e mais valias já existentes no terreno.

O que fazemos?
Procuramos construir uma ideia chave com futuro para a Cova da Moura, uma alternativa que assegure a sustentabilidade económica, social e urbanística baseada numa boa articulação e integração com a envolvente.

Para isso, estamos a desenvolver contactos com todas as associações e instituições locais, mantemos o Grupo de Parceiros Locais informados do andamento dos trabalhos e planeamos várias sessões colectivas para que a população possa dar o seu contributo ao longo do desenvolvimento do estudo.

Em que fase estamos?
Acabamos a fase de pré-diagnóstico e estamos a identificar pontos fortes e pontos fracos na Cova da Moura. Procuramos valorizar o espírito de solidariedade da população, a forte identidade e diversidade cultural do bairro, a dinâmica do tecido económico local, a existência de associações sociais e culturais.

FOTO: © Ana Mascarenhas

Fig. 26 - Convite do 1º *workshop*

Anexo 2.1.3

Lista de Presenças
Workshop Participativo alargado à População
1º *Workshop* Participativo – 25 de Abril de 2006

Anexo I. Lista de Participantes

	Nome	Morada / Entidade
1	Manuel da Luz Rocha	Rua da Palmeira, n.º 18 A
2	Manuel da Graça Rocha	Rua Principal, n.º 34 - 1º Dto
3	Napoleão B. Gonçalves	Rua da Glória, n.º 16
4	Aguinaldo Mendes Semedo	Rua das Hortas, n.º 12 - 1º
5	Ana Vaz Pato	Associação Cultural Moinho da Juventude
6	João Baptista Rocha	Associação de Moradores
7	Maria Fátima Cabral Marques	Associação Cultural Moinho da Juventude
8	Maria do Céu Lopes	Associação Cultural Moinho da Juventude
9	António Rodrigues Cunha	Rua do Moinho, n.º 46
10	Romão Lopes da Veiga	Rua do Moinho, n.º 41
11	João Lopes Semedo	Rua do Moinho, n.º 34
12	Luís Filipe G. Mendes	CEG/UL – Faculdade de Letras, Alameda da Universidade – Lisboa
13	Carlos Jorge de Almeida Gonçalves	Universidade de Lisboa
14	António Manuel Pereira	PSP – Amadora
15	Emílio Teixeira	Associação de Moradores
16	Carlos Alves Gomes Santos	Associação Cultural Moinho da Juventude
17	Alicia Mª da C. Mota	Universidade de Letras – Lisboa
18	Susana Sousa	INH
19	Rogério Pampulha	INH
20	Carla Narciso	Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
21	Patrícia I. F. Pratas	Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
22	Jeni da Costa Soeima	Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
23	Rita de Pina	Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
24	Vítor Leal Ferreira	Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa
25	Horácio Semedo	Rua da Glória, n.º 17
26	Lieve Meersschaert	Rua B, n.º 16 F
27	José Arlindo Pereira	Rua do Vale, n.º 27
28	Luís Rodrigues	Rua do Moinho, n.º 1

29	José	Rua do Alecrim, n.º 6
30	Belmiro Augusto D. C. Alexandre	Rua Luís de Camões, n.º 1 R/C
31	Luciano	Rua Principal, n.º 12
32	Jamie P. Lamego	Rua Comissão de Pais, n.º 13
33	Domingos Batista Pereira	Rua da Palmeira, n.º 6
34	Fernando Matos Caldeira	Rua do Vale, n.º 30
35	Maria Antónia Lopes	Rua de Santa Filomena, n.º 4
36	Alberto Martins Pina	Rua Principal, n.º 25
37	Martim António Lima	Avenida da República, n.º 15 B
38	António Ferreira Horta	Associação de Moradores
39	Rosa Rodrigues	Associação Cultural Moinho da Juventude
40	Patrícia Horta	Associação Clube Desp. Alto da Cova da Moura
41	Vicente Manuel Vitória	Rua de Santa Filomena, n.º 12
42	Anabela Lopes Rodrigues	Trav. Avenida da República, n.º 8
43	Luís Alberto Teixeira dos Santos	Rua da Palmeira, n.º 8 - 1º
44	Jorge Mendes	Rua do Chafariz
45	José Santos Lobo	
46	João Coutinho	Rua Julio Dinis, n.º 4
47	Ilda Santos	Rua do Vale, n.º 3 - 1º
48	Manuel da Rocha Lima	Rua S. Tomé e Príncipe, n.º 1
49	Maria Alice Almeida	Rua do Chafariz, n.º 5B R/C
50	Maria Vila	Rua do Moinho, n.º 22
51	António Nunes Caetano	Rua da Palmeira, n.º 2
52	Nicolau João Monteiro	Rua de Santa Filomena, n.º 22
53	Eugénio Pedro	Rua de Santo Antão, n.º 11
54	Juliana de Sousa Mesquita	Rua do Sal, n.º 19
55	Adelino Santos Fonseca	Rua da Palmeira, n.º 9
56	Amâncio Paula	
57	Agostinho Paulo Duarte	Rua do Alecrim, n.º 10 A
58	Francisco Duarte	Rua Cabo Verde, n.º 3 A
59	Leonel Fernando Simões	Rua do Vale, n.º 4 - 1º
60	António João Nascimento	Rua das Flores, n.º 3
61	António Rufino dos	Rua do Sal, n.º 6

	Santos	
62	José Augusto Cabral	Beco dos Mouros, n.º 12 traz
63	Joaquim da Veiga	Rua do Chafariz, n.º 1
64	Cesário Veiga Correia	Rua do Vale, n.º 33
65	Manuel Francisco Fortes	Rua das Hortas, n.º 7
66	Balbina Delgado	Rua do Moinho, n.º 30
67	João Gomes Semedo	Rua das Hortas, n.º 2 - 1º
68	Armando Santos	Rua do Vale, n.º 3 – 1º Andar
69	Pedro Gomes Lopes	
70	Maria da Fresta	Rua do Alecrim, n.º 11
71	Mónica Lopes	Rua do Alecrim, n.º 11
72	Lídia Brito	Rua do Girassol, n.º 1
73	Ana Monteiro	Rua do Sol, porta 2
74	Maria de Lurdes Caneiro	Rua dos Reis, n.º 16
75	António Santos	Rua do Sal, n.º 6
76	Fausto Taty	Vale de Chicharos (Fogueteiro)
77	Eduardo Fontes	Rua B, n.º 16 F
78	da Luz Brito	Rua do Sal, n.º 6
79	José Silva Luís Coelho	Rua do Vale, n.º 12
80	Silvestre Manuel Rodrigues	Rua da Palmeira, n.º 20
81	Domingos Amado	Rua do Sol, n.º 2
82	Ana Teresa Soeiro	Avenida Oscar Monteiro Torres, n.º 11 C/V Dto
83	Helena Campos	Rua Dr. Mário Madeira, n.º 28
84	Vieira Alves	Rua da Glória, n.º 15
85	Alexandre Soares	Rua Ilha, n.º 7
86	Manuel Maria	Rua da Palmeira, n.º 22
87		Rua 8 de Dezembro, n.º 25
88	Maria Emília Pinhão	Rua 8 de Dezembro, n.º 33
89	Maria Cabaço Reboucho	Rua S. Francisco Xavier, n.º 1 R/C
90	Amália Alves	Rua da Beloura, n.º 5
91	Marcelino Vaz	Rua Jardim da Escola, n.º 5
92	Maria Jesus Baptista	Rua da Palmeira, n.º 6 - 1º
93	Angelina Fonseca	Rua do Moinho, n.º 3
94	Feliciana Reis	Rua do Moinho, n.º 5
95	Clementino Garcia	Rua do Moinho, n.º 2
96	Candida Lopes	Rua do Moinho, n.º 4
97	Adosinda Andrade	Rua do Vale, n.º 25
98	Francisco Martins	Rua do Alecrim, n.º 13
99	Maria Emília Amorim	Rua da Palmeira, n.º 17

100	João Baptista Edgar	Rua do Moinho, n.º 30
101	Luís Magalhães	Rua do Colégio, n.º 8 A
102	António Pedro Dias	Rua Santo António, n.º 9 A
103	Salete Rodrigues	Rua do Vale, n.º 2
104	Isaias Rodrigues	Rua do Vale, n.º 2
105	Leandro Pedro Dias	Travessa Porto Novo, n.º 3
106	João Vieira da Cruz	Rua S. Francisco Xavier, n.º 15
107	Lucinda Semedo	Rua B, n.º 17 E
108	Joana Freire	Rua B, n.º 5
109	Manuel Silva	Travessa Porto Novo, n.º 9
110	João Borsi	Rua do Outeiro, n.º 1
111	Severino Mendes	Rua Jardim Escola, n.º1 - 1º
112	Albertino Pereira dos Reis	Rua Francisco Xavier, n.º 11 A - 1º
113	Manuel de Jesus Delgado	Rua do Moinho, n.º 38 R/C
114	Eduarda de Jesus Gonçalves	Rua Santo Antão, n.º 5
115	Francisca	Rua Comissão de Pais, n.º 23 A
116	Ilídio Gonçalves Tavares	Rua dos Reis, n.º 7
117	Emílio Rocha	Rua dos Anjos, n.º 19
118	António Afonso Tavares	Rua dos Anjos, n.º 17
119	António José Évora	Travessa do Moinho, n.º 11
120	Maria Lurdes Ferreira	Rua da Paz, n.º 4 R/C
121	João Baptista Rodrigues	Rua do Colégio, n.º 17 R/C
122	Olívia Fernandes Cunha	Rua S. Domingos, n.º 1 A
123	Gertrudes Catarina Monteiro	Beco de Santo Antão, n.º 5 A - 1º
124	Maria Alice da Cruz	Beco de Santo Antão, n.º 6 - 1º
125	Maria do Rosário Santos	Rua B, n.º 9
126	Fernanda Fátima Silva	Quinta do Outeiro, n.º 3
127	João Roberto Lima	Bairro Santo Antão, n.º 7 C - 2º
128	Mário Santos	Rua das Hortas, n.º 3
129	Maria João Pequeno da Beira	Rua do Rosário, n.º 10
130	Lucinda dos Santos Ferreira	Rua do Moinho, n.º 7 R/C
131	Francisco Marcelino da Graça	Rua de Santa Filomena, n.º 14 - 1º
132	Ataíde Henriques	Rua do Moinho, n.º 45 A - 1º

	Martins	
133	Josefina Semedo Cruz	Beco do Moinho, n.º 13
134	Maria Lar Sanches	Travessa do Moinho, n.º 6 - 1º
135	Leonel Rodrigues Santos	Rua S. Tomé e Príncipe, n.º 13 A
136	Maria Francisca da Solidade Tomé	Rua do Xafariz, n.º 8
137	Maria Palmira Pereira	Rua S. Francisco Xavier, n.º 4
138	Maria do Céu Borges Pina	Rua do Vale, n.º 32
139	Luísa Magalhães	Rua do Girassol, n.º 8 A
140	Maria Antónia Vieira Moreira	Rua do Colégio, n.º 11 S
141	Maria Celeste Oliveira	Rua da Palmeira, n.º 30
142	Gracinda Simões Antunes	Rua S. Francisco Xavier, n.º 6
143	Domingos Semedo Borges	Rua do Colégio, n.º 22
144	José Tomás Luís	Rua do Vale, n.º 8 A
145	Maria Fátima Monteiro Lima	Beco dos Carvalhais, n.º 9
146	Maria Livramento Rodrigues	Rua do Alecrim, n.º 9
147	Gabriel Afonso Furtado	Rua do Colégio, n.º 28
148	Miguel Joana Batista	Rua Principal, n.º 16
149	Pedro António Alves	Rua Júlio Dinis, n.º 5
150	João Gualberto Gomes	Trav. Avenida da República, n.º 2
151	Iria Braz Henriques	Rua da Palmeira, n.º 15
152	Rosa Maria Ribeiro	Rua da Cadeira, n.º 3 - 1º
153	Adelina Fortes	Rua dos Anjos, n.º 17 B - 1º
154	João Gertrudes	Beco dos Carvalhais, n.º 9 A
155	Adelina Monteiro	Beco de Santa Catarina, n.º 1
156	Cipriano Mendes Semedo	Rua dos Reis, n.º 6 - 1º
157	Maria Mendes Cabral	Rua Principal, n.º 31 A
158	Joana Rocha	Rua de S. Nicolau, n.º 4

Anexo 2.2.1

Acta
Workshop Participativo alargado à População
2º *Workshop* Participativo – 27 de Maio de 2006

"2º WORKSHOP PARTICIPATIVO"

Cova da Moura, Amadora
27 de Maio de 2006

Equipa

Lia Vasconcelos (Coord.)
Ursula Caser (Coord.)
Ana Sofia Ribeiro (GAT)
Patrícia Figueiredo (GAT)
Marta Carrera (Colaboradora)
Sónia Braz (Colaboradora)

Resumo

O presente relatório apresenta os resultados do 2º *Workshop* Participativo Alargado, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos – Cova da Moura, no dia 27 de Maio de 2006, nas instalações da Escola EB1/JI da Cova da Moura, Amadora.

O envolvimento e mobilização dos cidadãos para esta Iniciativa continuam a ser a prioridade deste processo participativo, com a atribuição da responsabilização de cada um para o sucesso deste projecto.

Todos os participantes trabalharam em conjunto na elaboração de criarem um conjunto de acções, com os respectivos aspectos adjacentes, de forma a contornar as principais situações problemáticas existentes no Bairro do Alto da Cova da Moura.

Estiveram presentes neste *workshop* cerca de 69 participantes, que colaboraram activamente em todo o *workshop*, quer nas salas de trabalho, quer no plenário onde todos puderam partilhar as suas ideias e opiniões.

1. Introdução

Este documento constitui o relatório das actividades realizadas no 2º Workshop Participativo, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos, realizado no dia 27 de Maio de 2006, nas instalações da Escola Básica nº1 da Cova da Moura, Amadora, que decorreu entre as 14:30h e as 17:30h.

Este processo participativo tem como principal objectivo a definição de propostas de acções, que irão actuar ao nível dos principais problemas/potencialidades do bairro, definidos no evento anterior. Torna-se imperativo que exista uma continuidade a nível dos trabalhos participativos que vão sendo realizados, para desta forma garantir um resultado coeso e conciso.

1.1 Objectivos do evento

O workshop em questão teve como principais prioridades criar uma ligação aos trabalhos já desenvolvidos, promovendo sempre o envolvimento de cada um para o trabalho que lhes era apresentado.
Neste evento pretendeu-se que todos os participantes contribuíssem com a sua ideia para a definição do Bairro em que vivem, apresentando-a numa palavra-chave.
Um dos objectivos deste evento seria criar Propostas de Acção para a resolução de determinadas situações problemáticas existentes no Bairro, ou para aproveitar as grandes potencialidade do Alto da Cova da Moura. Todos estes objectivos passam pela colaboração e empenho de todos os participantes para os trabalhos e actividades propostas.

1.2 Programa do Evento

Apresenta-se de seguida o programa do evento realizado.

14:30 -15:00	Registo dos participantes Elaboração de Palavra-Chave para designar o Bairro do Alto da Cova da Moura
15:00 – 16:00	Trabalho de Grupo: - Criação de Acções para a resolução de problemas
16:00 -16:15	CAFÉ
16:15 – 17:30	Apresentação dos trabalhos de grupo/debate

Como se pode ver pelo programa este *Workshop* organizou-se em duas partes distintas: a primeira com o objectivo de definir o Bairro da Cova da Moura com o contributo de cada participante e a segunda com a elaboração de uma ficha de trabalho para a criação de propostas de acção associadas aos problemas/potencialidades mais marcantes do bairro. De seguida todos os trabalhos foram apresentados em Plenário para poderem ser apresentadas as propostas e comentadas.

2. Identificação de palavras-chave representativas do bairro

Os participantes foram convidados, aquando a sua inscrição para o *workshop*, a definirem o Bairro do Alto da Cova da Moura numa única palavra. No entanto, e conforme se pode verificar, existiram contributos que definiram o bairro em mais que uma palavra.
Apresentam-se em seguida todos os contributos obtidos, diferenciados por definições positivas, negativas e outras (as quais não se encaixam nestas duas posições). Os números, que se encontram á direita das expressões, indicam o número de pessoas que apresentou essa expressão.

"Defina o Bairro do Alto da Cova da Moura"

Positivas	Negativas	Outras
"Culturalidade" 1	"Turbulento" 1	"Tudo, a nossa terra é aqui / Tudo, é aqui que nós moramos" 2
	"Bairro que anda pior" 1	"Sítio mais ou menos2 1
		"Tudo, casa temos, precisamos é de condições" 1
"Bem requalificado de acordo com os 1		"Requalificação" 8
		"Urbanização" 3

moradores”		“Legalização”	2
		“Recuperação”	1
		“Um bairro requalificado e aberto ao exterior”	1
“Cova da Moura requalificada, símbolo de unidade, felicidade e de cultura”	1	“Tudo, não queria de cá sair”	1
“Sítio agradável”	1	“Os moradores ficarem com a sua própria habitação”	1
“Bairro sossegado”	1	“Casa para muita gente”	1
“Segurança, qualidade de vida, direito à habitação”	1	“O meu futuro”	1

3. Trabalho em grupo

Os participantes, após a identificação da palavra-chave para o bairro, foram convidados para uma sessão de trabalho em grupo, tendo sido divididos por duas salas, a Sala 1 – Copas e a Sala 2 – ouros. A distribuição pelas duas salas foi feita de forma aleatória, com a utilização de um baralho de cartas, sendo as pessoas distribuídas consoante o naipe de cartas que lhes havia sido entregue.

SALA 1 – ♥

FACILITADORA: Úrsula Caser

Os participantes desta sala foram divididos em grupos de 6 a 7 pessoas, tendo cada grupo elaborado fichas de trabalho para as diferentes propostas de acção.

São apresentadas em seguida as diferentes propostas de acção elaboradas na Sala 1:

NOME DA ACÇÃO: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS CONDIÇÕES DOS MORADORES. PARA RESOLVER O QUÊ? A situação do bairro, dos moradores e das casas.	
Como fazer?	Fazer o melhor possível para os moradores viverem com tranquilidade e qualidade de vida.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Tudo é difícil antes de se tornar fácil, mas com boa vontade nada é impossível
Que problemas/barreiras acha que há?	Das entidades competentes que não têm definido os factos do bairro.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	As instituições participativas, serão as entidades competentes para esse fim.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Serão os moradores; Aos moradores do mesmo, para sua tranquilidade de ver solucionado o problema das suas casas.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Para melhorar as condições de vida dos moradores da Cova da Moura.

NOME DA ACÇÃO: BAIRRO ECOLÓGICO PARA RESOLVER O QUÊ? Bairro legal para todos.	
Como fazer?	Legalização do bairro.

Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Logo que o bairro esteja legalizado.
Que problemas/barreiras acha que há?	Tratar com os possíveis donos dos terrenos.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Instituições competentes do bairro, integrando jovens.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Todos os moradores incluindo jovens.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Um bairro ecológico, aberto ao exterior.

NOME DA ACÇÃO: FORMAÇÃO NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES PARA RESOLVER O QUÊ? Problema 4X7	
Como fazer?	- Envolver moradores desempregados do sexo feminino e masculino (sobretudo jovens). - Formular e elaborar o curso. - Fases parceria com o Barefoot College.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Requer trabalho mas consegue-se fazer.
Que problemas/barreiras acha que há?	Aprovação pelas entidades financiadoras (ex. rejeição PROGRIDE).

Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	A parceria do PROGRIDE.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	- Jovens e adultos => emprego. - Os moradores => energia mais barata.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	- Melhor qualidade de vida. - Respeito pelo ambiente.

NOME DA ACÇÃO: LINHA DE CRÉDITO PARA RESOLVER O QUÊ? Qualificação de moradias	
Como fazer?	Abertura de uma linha de crédito.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Porque tememos que não haja vontade política para o concretizar.
Que problemas/barreiras acha que há?	As supra.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Entidades bancárias em parceria com a Comissão de Bairro.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Os menos favorecidos do Bairro.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Melhor qualidade das habitações.

NOME DA ACÇÃO: URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO PARA RESOLVER O QUÊ? A legalização em definitivo das habitações dos moradores que queiram continuar na Cova da Moura	
Como fazer?	Resolver a situação fundiária. Urbanizar o espaço.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Requer o tratamento da situação fundiária com os possíveis proprietários.
Que problemas/barreiras acha que há?	Densidade de população em certas zonas dominadas por becos de difícil e perigoso acesso.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Governo/ C.M. Amadora e Associações locais (Associação de Moradores).
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Aos moradores da Cova da Moura.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Melhorar as condições de habitabilidade dos moradores e vivência com o exterior, zonas envolventes ao bairro.

NOME DA ACÇÃO: RECONVERSÃO DO BAIRRO ALTO DA COVA DA MOURA PARA RESOLVER O QUÊ? Desde o estatuto do terreno à legalização das habitações.	
Como fazer?	Promover estudo aprofundado sobre o Bairro e a sua população, no sentido de permitir a maior participação e envolvência dos moradores no projecto que terá por objectivo reconverter o Bairro.

Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Pensamos que é sempre difícil resolver um problema da envergadura da Cova da Moura, como tal carece de grandes envolvências, Governo, C.M.A., J.F. Buraca, Comissão de bairro e os moradores.
Que problemas/barreiras acha que há?	Vontade política por parte dos Governantes, elaboração dum projecto justo, responsável, imparcial, isento, que sirva os interesses do bairro e dos moradores.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Devem ser as entidades referenciadas nos moldes atrás propostos.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Moradores cidade da Amadora e o País.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Devolver qualidade de vida aos moradores, criar infra-estruturas urbanísticas necessárias.

SALA 2 – ♦

FACILITADORA: Lia Vasconcelos

Na sala 2 os participantes foram divididos em grupos de 6 a 7 pessoas, tendo cada grupos elaborados fichas de trabalhos para cada proposta de acção apresentada.

Apresentam-se em seguida as propostas de acção elaboradas pelos diferentes grupos de trabalho:

NOME DA ACÇÃO: UMA ESQUADRA PARA A COVA DA MOURA **PARA RESOLVER O QUÊ?** Para melhorar a segurança	
Como fazer?	Fazer o pedido
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	
Que problemas/barreiras acha que há?	Organizar o bairro
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Administração interna.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	População.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Segurança.

NOME DA ACÇÃO: [2] PARA RESOLVER O QUÊ? A maior segurança do Bairro	
Como fazer?	Trabalhar para isso.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	É difícil mas é preciso boa vontade.
Que problemas/barreiras acha que há?	Pouca Segurança.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	Todos os competentes para isso.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Os moradores.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	__ Tudo o que estiver bom é para __

NOME DA ACÇÃO: A LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO: DOS TERRENOS, DAS CONSTRUÇÕES E DOS MORADORES PARA RESOLVER O QUÊ? O problema de ilegalidade no bairro	
Como fazer?	É um assunto que só o Estado pode resolver.

[2] Não foi identificado o nome da acção

Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Porque os moradores já moram no bairro há muitos anos e têm já direito à sua habitação. Investiram muito.
Que problemas/barreiras acha que há?	A oposição do Presidente da Câmara da Amadora.
Quem executa? (Quem coordena? Que instituições devem participar?)	O Estado.
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	A todos os moradores do bairro.
Quais as consequências da acção? (Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)	Irá permitir os moradores melhorarem as suas casas e consequentemente, melhorar a imagem do bairro.

NOME DA ACÇÃO: REGULARIZAÇÃO DO ESPAÇO (1) E REGULARIZAÇÃO HUMANA (2) PARA RESOLVER O QUÊ? Regularização dos terrenos (1) e Ocupação dos Jovens (2)	
Como fazer?	- Negociar os terrenos com os proprietários. - Criar espaços de lazer. - Assegurar formação profissional dos jovens.
Acha que fazer a acção: é fácil__ /é difícil__ Porquê?	Tudo depende das entidades competentes (C.M.A., Governo, INH (1), Instituto de Formação e Emprego (2)).
Que problemas/barreiras acha que há?	Interesses imobiliários (1). Falta de verbas no investimento para projectos para jovens (2).

Quem executa? **(Quem coordena? Que instituições devem participar?)**	INH; CMA (1). ACIME; Segurança Social; IFP (2).
Quem beneficia? Qual o público a que se destina a acção?	Proprietários/moradores (1). Jovens (2).
Quais as consequências da acção? **(Em que contribui para melhorar a Cova da Moura?)**	Toda a população em geral (1) e (2). (Locais e Arredores):

4 Apresentação das propostas de Acção – Plenário

Em plenário, foram apresentadas e debatidas as propostas de acção apresentadas pelos grupos de cada sala. Apresentam-se de seguida de forma sumária, sendo cada tema seguido de comentários que surgiram durante a apresentação.

SALA 1 – ♥

Proposta de Acção: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS CONDIÇÕES DOS MORADORES
Leitura da ficha de trabalho

Proposta de Acção: BAIRRO ECOLÓGICO
Leitura da ficha de trabalho

Proposta de Acção:

FORMAÇÃO NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES
- Seria muito importante fazer uma formação na área de construção e instalação de painéis solares, que acabava por estar inserida nos pilares 4[3] e 7[4]; - Os jovens com esta formação teriam mais oportunidade de emprego; - Esta proposta já foi divulgada e apresentada, mas nunca foi aceite.

Proposta de Acção: LINHA DE CRÉDITO
- A criação de uma linha de crédito permite facilitar os moradores no que se refere à requalificação das suas moradias.

Proposta de Acção: URBANIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO
- A legalização do bairro e da sua população é já uma luta de há 30 anos; - É necessária uma urbanização do espaço para ir de encontro à legalização das habitações; - Existem diversos locais no bairro com elevada densidade populacional, podendo desta forma, trazer problemas para o processo de legalização; - É importante que o Governo, nomeadamente a Câmara Municipal da Amadora, intervenha em todo este processo.

Acção: RECONVERSÃO DO BAIRRO ALTO DA COVA DA MOURA
- Importância do estatuto de terreno e direito de propriedade; - Quanto maior o envolvimento dos moradores, mais fácil será a execução do projecto; - É necessária maior vontade política do Governo na intervenção do projecto.

SALA 2 – ♦

Acção: UMA ESQUADRA PARA A COVA DA MOURA
Leitura da Ficha de Trabalho

[3] O Pilar 4: "Cova da Moura, um bairro com futuro para os jovens"
[4] O Pilar 7: "Cova da Moura, um bairro ecológico"

Acção:
- Um dos principais problemas no bairro é a segurança no bairro pelo que é necessário considerar a intervenção nesta área, aumentando-a.

Acção: A LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO: DOS TERRENOS, DAS CONSTRUÇÕES E DOS MORADORES
- O principal problema é a ilegalidade do bairro;

Acção: REGULARIZAÇÃO DO ESPAÇO (1) E REGULARIZAÇÃO HUMANA (2)
- Para regularizar a situação do bairro é necessário negociar a compra e venda dos terrenos com os seus proprietários legais.

5 Debate

Após a apresentação dos trabalhos realizados nas várias salas, houve um debate no qual os vários participantes foram convidados a colocar questões ou mesmo sugestões e ideias que gostassem de ver em prática.
Apresentam-se em seguida as várias intervenções existentes ao longo do debate:

- Existem cerca de 6000 habitantes no bairro e apenas aparecem alguns, o que leva a repensar na forma como é executada a divulgação;
- No Workshop não se encontra presente o Grupo dos Parceiros Locais;
- Preocupação com algumas situações de descrença de alguns moradores relativamente ao trabalho que está a ser feito. Existem algumas pessoas que julgam que já está decidido o que irá ser feito no bairro, nomeadamente o que "irá ficar e o que irá abaixo";
- Actualmente e nesta fase do projecto, ninguém sabe o que é ou não definitivo, pelo que é um erro pensarem que já está tudo decidido. Neste momento o GAT não tem qualquer planta ou plano que esteja já em execução;
- A maioria das pessoas vive em situações precárias e na incerteza do que será o futuro, quer para si, quer para a sua família;

- Este projecto tem o objectivo de por todas as pessoas em passo de igualdade, para posteriormente ser feito um estudo incidido em cada caso e em particular;

Após o debate foi lida uma notícia do Correio da Manhã (27/05/06) que fazia referência ao Bairro da Cova da Moura de uma forma bastante controversa – "Rock in Cova da Moura".
Todos comentaram a notícia, referindo-se que se tratava de uma afronta a todos os moradores, sendo necessário mostrar a indignação de todos ao Jornal em questão. Desta forma ficou decidido que seria necessária a criação de uma comissão e uma chamada de atenção à comunicação social.

6 Considerações Finais

Todos os processos participativos, abertos à comunidade, visam obter o envolvimento e responsabilização de cada um para que, de uma forma consensual e coesa, sejam cumpridos os principais objectivos estipulados, sendo integradas e ouvidas todas as opiniões, mesmo daqueles que têm mais dificuldade em fazer-se ouvir ou os que são mais vocais.

A realização deste relatório só foi possível concretizar a partir dos contributos dados por todos os que partilharam entre si as suas preocupações, expectativas e aspirações.

Um agradecimento é devido a todos os participantes e a todos aqueles que colaboraram neste *workshop*. O apoio à divulgação do *workshop* dado pelas associações locais foi imprescindível para mobilizar um maior número de residentes. Agradecemos à Escola EB1/JI da Cova da Moura, em especial, à directora Fátima Cruz, assim como aos professores Luís Miguel Santos Silva, Fátima Teixeira e Ana Maria Coelho, pela disponibilização das instalações para a realização deste *workshop*, bem como por todo o apoio durante o evento.

7 Sinopse Metodológica e Fotográfica

Fig. 27 - Vista parcial do bairro

O 2º Workshop participativo realizou-se na Escola Básica nº 1 da Amadora. À chegada ao evento os participantes tiveram que se registar, fornecendo o nome, morada, telefone e e-mail. Terminado o registo, os participantes foram convidados a dirigirem-se a um painel onde estavam apresentados os Pilares definidos ao longo da Iniciativa, para poderem ter conhecimento do que havia sido feito.

Nessa mesma altura foi-lhes entregue post-it para contribuírem com a sua ideia representativa do bairro em que vivem. Teriam que colocar uma palavra-chave que definisse o Bairro do Alto da Cova da Moura.

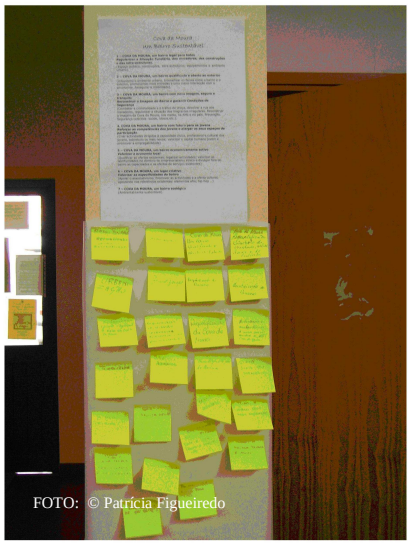


Fig. 28 - Pontos Positivos

Os participantes foram depois distribuídos por duas salas de trabalho, consoante o naipe de cartas que lhes havia sido entregue.

Fig. 29 - Indicação das salas

Fig. 30 - Indicação das salas

Em cada sala, os participantes foram divididos por grupos de trabalho para definirem propostas de acção, elaborando fichas de trabalho para cada uma delas.

Em plenário, cada grupo de trabalho apresentou as propostas de acção elaboradas aos restantes participantes, através de um porta-voz denominado pelo grupo.

Fig. 31 - Participantes em plenário

Após todas as apresentações, foram ouvidas várias opiniões relativas ao trabalho realizado e foi realizado um debate.

Fig. 32 – Participantes em plenário

Anexo 2.2.2

Convite para o 2º *Workshop* Participativo

com capacidade de iniciativa, a situação geográfica privilegiada, a juventude da população...

O QUE ESPERAMOS DE TODOS?
Que venham dar o vosso contributo para construirmos colectivamente uma estratégia sustentável de futuro melhor para a Cova da Moura.

A sua opinião é importante! Contamos consigo! Venha contribuir para desenvolvermos uma ideia chave para a Cova da Moura.

Dia 27 de Maio , das 14h30 - 18h00 , encontramo-nos para uma jornada de trabalho na EB1

GAT no bairro-5ªs Feiras 14h00-16h00 /EB1

VAMOS CONSTRUIR JUNTOS UMA IDEIA SUSTENTÁVEL...

...PARA UM FUTURO MELHOR NA COVA DA MOURA

Quem somos?
Somos uma equipa interdisciplinar a trabalhar no Projecto Bairros Críticos para o Instituto Nacional da Habitação, cujo objectivo é melhorar o conhecimento da área, para desenvolver uma proposta de intervenção de requalificação e inserção sócio-urbanística, tirando partido das valências e mais valias já existentes no terreno.

O que fazemos?
Procuramos construir uma ideia chave com futuro para a Cova da Moura, uma alternativa que assegure a sustentabilidade económica, social e urbanística baseada numa boa articulação e integração com a envolvente.

Para isso, estamos a desenvolver contactos com todas as associações e instituições locais, mantemos o Grupo de Parceiros Locais informados do andamento dos trabalhos e planeamos várias sessões colectivas para que a população possa dar o seu contributo ao longo do desenvolvimento do estudo.

Em que fase estamos?
Acabamos a fase de pré-diagnóstico e estamos a identificar pontos fortes e pontos fracos na Cova da Moura. Procuramos valorizar o espírito de solidariedade da população, a forte identidade e diversidade cultural do bairro, a dinâmica do tecido económico local, a existência de associações sociais e culturais.

Anexo 2.2.3

Lista de Presenças
Workshop Participativo alargado à População
2º *Workshop* Participativo – 27 de Maio de 2006

Lista de Participantes

	Nome	Morada / Entidade
1	Virgínia Alves Lopes Sousa	Rua do Alecrim, n.º 1 A
2	Maria Luísa Cândida Pinto Pereira	Rua do Alecrim, n.º 8
3	Jaime Pereira Lamego	Rua Comissão de Pais, n.º 13
4	José Gaspar Lopes	Rua do Alecrim, n.º 6
5	José Arlindo R. Pereira	Rua do Vale, n.º 27
6	Luís Rodrigues	Rua do Moinho, n.º 1
7	João Antunes Rodrigues	Rua da Palmeira, n.º 4
8	João Manuel da Luz	Rua de São Domingos, n.º 4
9	Manuel Lopes da Paixão	Rua do Alecrim, n.º 11
10	Maria da Fresta Paixão	Rua do Alecrim, n.º 11
11	Domingos Borges	Rua do Colégio, n.º 22
12	João Sequeira da Veiga	Rua do Rosário, n.º 10
13	Arminda	
14	José Cardoso Firme	Rua de S. Tomé e Príncipe, n.º 15
15	Adelino Santos Fonseca	Rua da Palmeira, n.º 9 R/C
16	Matilde Rodrigues	
17	Maria	Rua do Moinho, n.º 1
18	Maria Nazaré Barata	Rua da Palmeira, n.º 24
19	Fernando S. Brito	Travessa do Moinho, n.º4 - A 1º
20	João Gabriel Veiga	Rua de S. Tomé e Príncipe, n.º 8 - A
21	Maria de Jesus Batista	Rua da Palmeira, n.º 6 - 1º
22	Alberto Martins Pina	Rua Principal, n.º 25
23	Maria Martins Cardoso	Rua do Rosário, n.º 10
24	Luciano P.	Rua Principal, n.º 12
25	Orlando R. Borges	Rua dos Reis, n.º 5
26	Arcângila Borges Cardoso	Rua do Rosário, n.º 21
27	Feliciana Reis	Rua do Moinho, n.º 5
28	Angelina Fonseca	Rua do Moinho, n.º 3
29	Maria Rodrigues	
30	Helena Campos	Rua Dr. Mário Madeira, n.º 28 - 3 (Sintra)
31	Alcidio Varela Gomes	Travessa do Moinho, n.º 7
32	Joaquim Godinho	Rua do Alecrim, n.º 21
33	Maria Carmo Godinho	Rua do Alecrim, n.º 21
34	Mário Afonso da Cruz	Rua Principal, n.º 24
35	António Sousa Alves	Rua do Alecrim, n.º 1
36	João Baptista Rocha	Rua Principal, n.º 34
37	Manuel Antunes	Rua da Palmeira, n.º 11
38	Miguel Baptista	Rua Principal, n.º 16
39	Luís Bartolomeu	Rua do Vale, n.º 6 - A
40	Manuel Rocha	Rua Principal, n.º 34 - 1º Dto
41	Emílio Teixeira	Associação de Moradores
42	Ilídio Carmo	Associação de Moradores
43	Carlos Santos	Associação Cultural Moinho da Juventude
44	Manuel da Luz Rocha	Rua da Palmeira, n.º 18 - A
45	Camilo Ambrósio Nico	Rua da Palmeira, n.º 21
46	Guilhermina Furtado	
47	Lieve Meersschaert	Associação Cultural Moinho da Juventude
48	Eduardo Pontes	Associação Cultural Moinho da Juventude
		GAT
50	Alícia Mota	FL – UL
51	Rita de Pina	FL – UL

52	Carla Narciso	FL – UL
53	Anselmo Amilcar	FL – UL
54	Vítor Leal Ferreira	FL – UL
55	Luís Manuel Bartolomeu	Rua do Vale, n.º 6
56	Joaquim da Cruz	Rua de S. Tomé e Príncipe
57	Mónica S. D. Lopes	Rua do Alecrim, n.º 11
58	Armando do Nascimento Silva	Rua de Sta Filomena, n.º 4
59	Martinho Gomes Lopes Correia	Rua de Cabo Verde, n.º 12 - C 2º
60	Rosa Rodrigues	Associação Cultural Moinho da Juventude
61	Hortência Luz	Rua S. Francisco Xavier, n.º 1 - 1º
62	António Nascimento	Rua das Flores, n.º 3
63	Pedro António Alves	Rua Júlio Dinis, n.º 5
64	Eduardo Campelo	Equipa do GAT
65	Fátima Lima	Beco dos Carvalhos, n.º 9 - A
66	Pedro Cunha	
67	Patrícia Figueiredo	GAT
68	Antónia Semedo	Rua do Rosário, n.º 7
69	João Roberto Lima	Beco de Santo Antão, n.º 7 – C

Anexo 2.3.1

Acta
Workshop Participativo para os Jovens
3º *Workshop* Participativo – 1 de Junho de 2006

" WORKSHOP PARA JOVENS"

Cova da Moura, Amadora
01 de Junho de 2006

Equipa

Lia Vasconcelos (Coord.)
Ursula Caser (Coord.)
Ana Cristina Mascarenhas (GAT)
Ana Sofia Ribeiro (GAT)
Patrícia Figueiredo (GAT)
Ana Margarida Almeida (Colaboradora)
Diana Catalino (Colaboradora)
Gonçalo Mendes (Colaborador)
Mariana Oliveira (Colaboradora)
Mário Sanches (Colaborador)
Marta Carrera (Colaboradora)
Miguel Fevereiro (Colaborador)
Ricardo Alves (Colaborador)
Sónia Braz (Colaboradora)

Agradecimento

A equipa do workshop...

*Lia Vasconcelos * Ursula Caser * Ana Mascarenhas * Patricia Figueiredo * Ana Ribeiro * Mariana Oliveira * Ana Margarida Almeida * André Candelária * Diana Benavente * Gonçalo Mendes * Mário Carreto* Marta Marino * Miguel Fevereiro * Ricardo Alves * Sónia Braz **

...agradece à Cova da Moura a colaboração que deu na divulgação, mobilização, organização do workshop dos jovens

- à **Associação Clube Desportivo da Cova da Moura** por ter disponibilizado as instalações;

- à **Associação Moinho da Juventude** por ter trazido os artistas;

- ao **Bino** e ao **Heidir** por nos terem apoiado no terreno na divulgação e na mobilização dos jovens;

- à **Belinha** por nos ter trazido as Wonderful Kids, as Wonderful Kivom, e as Ginastas, todas demonstrando grande profissionalismo, uma camada jovem emergente com grande potencial artístico-cultural;

- ao Sr. **Ilídio** por nos ter acompanhado durante toda a tarde e ter desencravado o problema da aparelhagem de som;

- a **todos** os que ajudaram na divulgação do workshop;

- a todos os **participantes** que colaboraram e partilharam connosco as suas ideias;

... sem esta colaboração não seria possível uma acção com a qualidade que o documento que se segue atesta!

MUITO OBRIGADA A TODOS

OBRIGADU TUDU ARGUEN

Resumo

O presente relatório apresenta os resultados do Workshop participativo para Jovens na Cova da Moura, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos – Cova da Moura (RCM 143/2005), no dia 01 de Junho de 2006, nas instalações da Associação Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura, Amadora.

Este workshop surgiu como forma de envolver os jovens da Cova da Moura na Iniciativa, mobilizando-os para contribuírem com os seus ideais relativamente ao bairro onde vivem e facultarem a sua visão actual e de continuidade para a área de estudo.

Os jovens foram convidados a realizar algumas actividades, incluindo uma definição do bairro no Presente e no Futuro. Num trabalho em grupo, estabeleceram uma visão da Cova da Moura para o Futuro. Os trabalhos de grupo foram depois apresentados em plenário a todos os participantes.

Neste evento contou-se com a presença de 71 participantes, que contribuíram com o seu empenho para um workshop bastante produtivo. Participaram também indivíduos que não se incluíam na categoria de jovem, e portanto a informação para estes casos foi explicitamente tratada separadamente para que fosse possível extrair informação especificamente relacionada com a camada jovem.

1. Introdução

Este documento constitui o relatório das actividades realizadas no Workshop Participativo para Jovens na Cova da Moura, no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos, realizado no dia 1 de Junho de 2006, nas instalações do Clube Desportivo da Cova da Moura, Amadora, que decorreu entre as 17:00h e as 20:00h.

1.1 Objectivos do evento

O principal objectivo deste evento passava pelo envolvimento dos jovens na Iniciativa, motivando-os para o projecto em questão.
Todos os jovens puderam dar o seu contributo para uma Visão do Presente e Futuro do Bairro da Cova da Moura.

1.2 Programa do Evento

Apresenta-se de seguida o programa do evento realizado nas instalações do Clube Desportivo da Cova da Moura.

17:30 – 18:00	Actuação do grupo de dança infantil "*Wonderful Kids*"
18:00 – 19:00	UMA VISÃO DO FUTURO DA COVA DA MOURA - TRABALHO DE GRUPO - APRESENTAÇÃO DE POSTER REPRESENTATIVO - DEBATE
19:00 – 19:30	ACTUAÇÃO DO GRUPO DE DANÇA "*WONDERFUL KOVAM*" E DO GRUPO DE GINASTAS

4. Como vê o Bairro no Presente e Futuro?

Os 71 participantes, após o seu registo à entrada do evento, foram convidados para uma pequena actividade, de forma a darem o seu contributo para uma visão do Bairro no Presente e no Futuro. Pretendia-se que cada participante desse a sua definição do bairro numa única palavra-chave.

Apresentam-se em seguida as ideias que cada participante tem do Bairro da Cova da Moura, sendo que na coluna da esquerda são apresentadas as definições do bairro no presente e na coluna da direita, a visão que cada um tem para a Cova da Moura no futuro:

O Bairro? Como vê o bairro no presente?	Que Futuro? Como vê o bairro no futuro? *
"Fixe" – 5 participantes **"Alegria"** – 4 participantes **"Convívio"** – 3 participantes **"Cultura"** – 2 participantes **"Esperança"** – 2 participantes [5] **"Maravilhoso"** – 2 participantes **"Bom"** – 2 participantes **"Unidos"** – 2 participantes	**"Melhor"** – 10 participantes **"Melhoramento"** – 4 participantes [6] **"Confiança"** – 2 participantes **"União"** – 2 participantes **"Sucesso"** **"Requalificação"** **"Harmonia"** **"Alegria"**

[5] Uma das pessoas que escreveu a palavra "Esperança" tinha mais de 30 anos
[6] Uma das pessoas que escreveu a palavra "Melhoramento" tinha mais de 30 anos

"Vida" – 2 participantes "Vizinhança" – 2 participantes "Partilha" "Compreensão" "Vandalismo" "Violência" "Fraternidade" "Normal" "Único" "Casa" "Grupo" "Requalificação" "Problemas" "União" "Harmonia" "Alegre" "Falta" "Amor" "Organizado"	"Segurança" "Melhores condições" "Sossego" "Convívio" "Requalificado" "Cultura" "Felicidade" "Desporto" "Bom aspecto" "Ordem" "Melhorar" "Respeito" "Esperança" "Vida" "Amor" "Paz" "Maravilhoso" "Permanecer" "Dinheiro" "Mais risonho" "Carinho" "Concretizar" "Organizado"
Nota: As palavras que foram escritas por pessoas mais velhas (maiores de 30) estão a vermelho.	

Como resultado desta actividade, obtiveram-se 27 definições diferentes para o bairro da Cova da Moura no Presente, sendo que algumas palavras foram sendo repetidas pelos vários participantes. Relativamente à Visão do Futuro do bairro surgiram 31 palavras-chave para definirem o bairro da Cova da Moura, existindo repetições de algumas palavras.

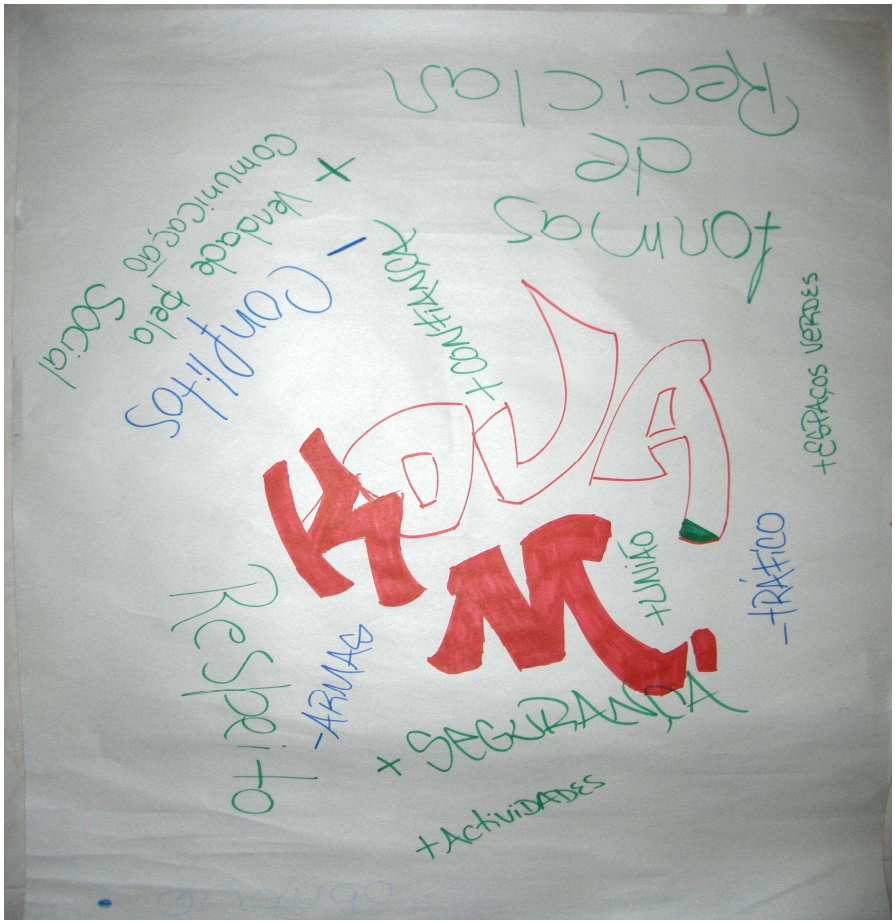
Como se pode ver pela tabela acima apresentada, verifica-se que relativamente ao presente, a palavra mais mencionada foi "FIXE", com 5 participantes a referirem-se desta forma ao bairro. Já na Visão do Futuro, a palavra mais mencionada foi " MELHOR", com 10 participantes a repeti-la como representação do Futuro do Bairro.

5. Identificação das prioridades para o Futuro

Os participantes, após terem dado o seu contributo para a Visão do Presente e Futuro da Cova da Moura, foram distribuídos por grupos de 4 pessoas para um trabalho em grupo. Neste trabalho, cada grupo teria que definir o que gostaria de ver feito no Bairro da Cova da Moura no Futuro. Foi distribuído um poster por grupo para apresentarem as suas ideias e posteriormente serem apresentadas aos restantes participantes em plenário.

Apresentam-se de seguida os trabalhos realizados por cada grupo com os respectivos comentários:

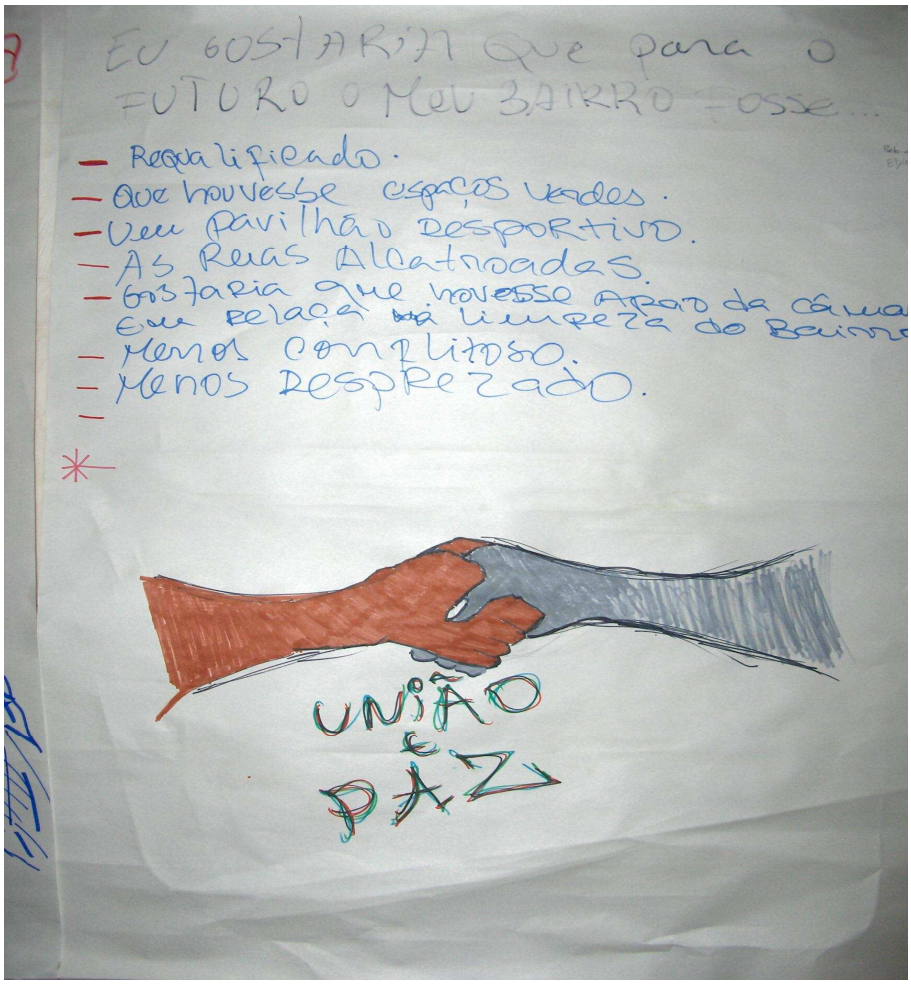
Porta-voz: Ximo, Cisa, Samuel e Fábia



Comentários:

- As palavras que se encontram a verde representam as ideias positivas e a azul as negativas;
- No Futuro deverá existir respeito, mais segurança, mais actividades, uma maior união, mais espaços verdes, mais confiança entre as pessoas, a transmissão da verdade por parte da comunicação social e promover a reciclagem. Pelo contrário deverão deixar de existir armas no bairro, tráfico de droga e conflitos.

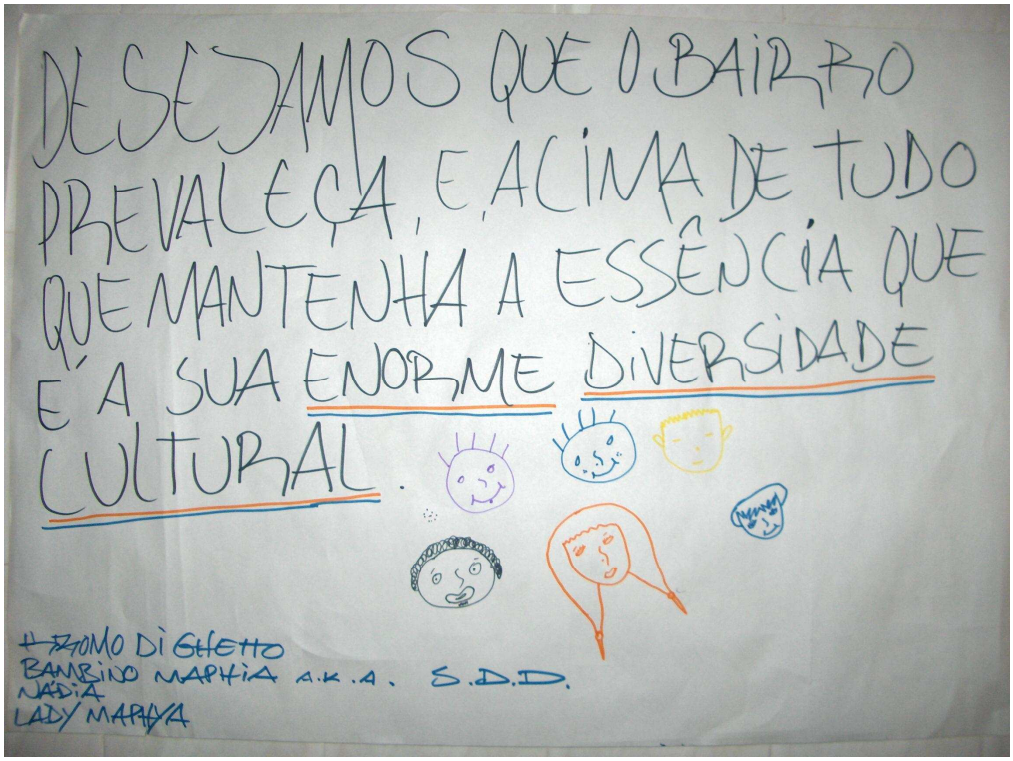
Porta-voz: Heidir



Comentários:

- No Futuro pretende-se que o bairro seja requalificado, com a existência de espaços verdes, um pavilhão desportivo e com o melhoramento do estado em que se encontram algumas ruas;
- Todos deverão estar mais sensibilizados para a limpeza do bairro;
- O Bairro deverá ser menos conflituoso e menos desprezado;
- "União e Paz é o que precisamos!"

Porta-voz: Nádia



Comentários:

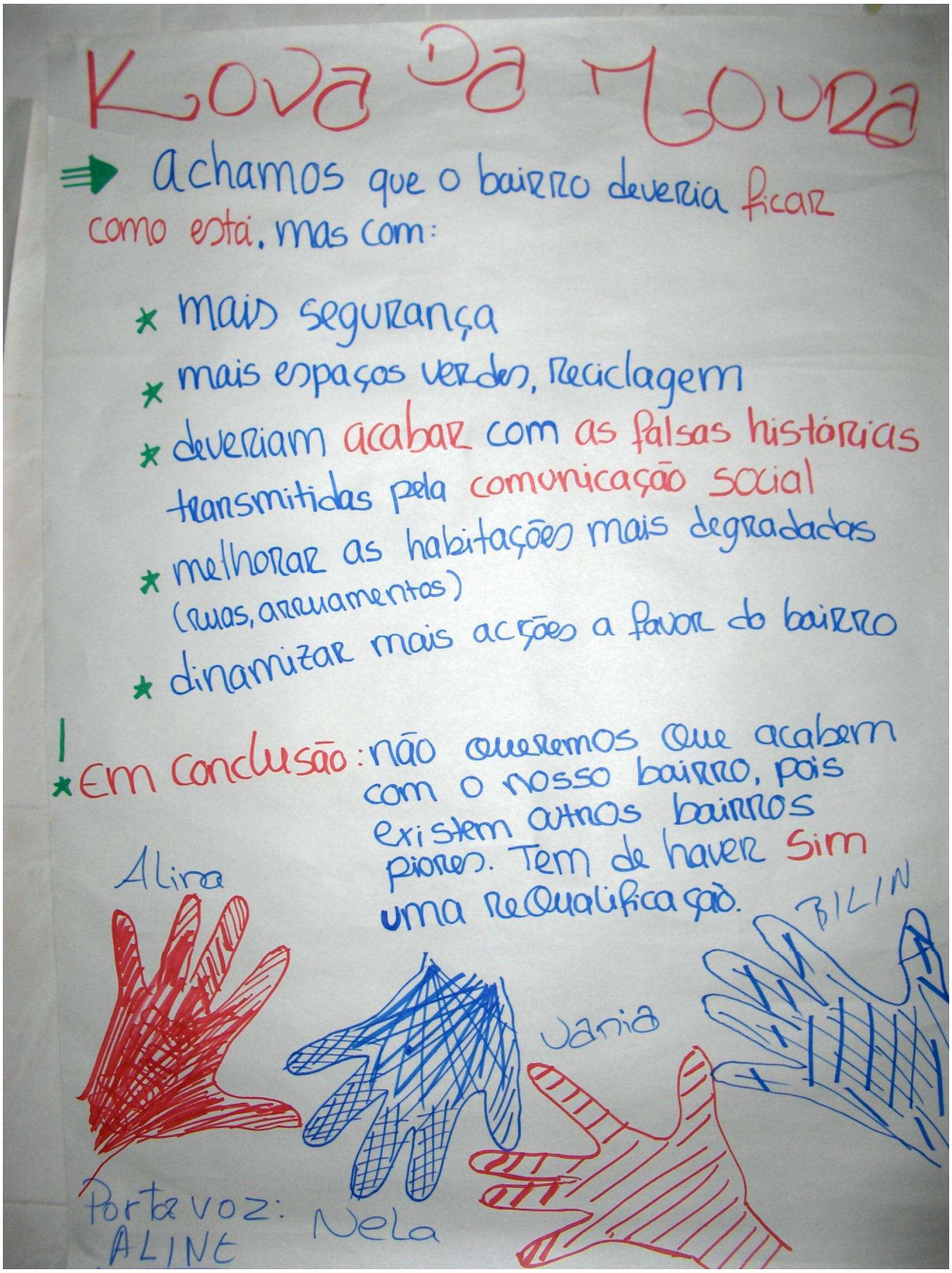
- O grupo fez uma leitura do poster.

Porta-voz: William

Comentários:

- O Futuro do bairro deve ter Paz, união entre todos;
- Esperamos que no Futuro o bairro tenha um campo de futebol. É a nossa esperança!

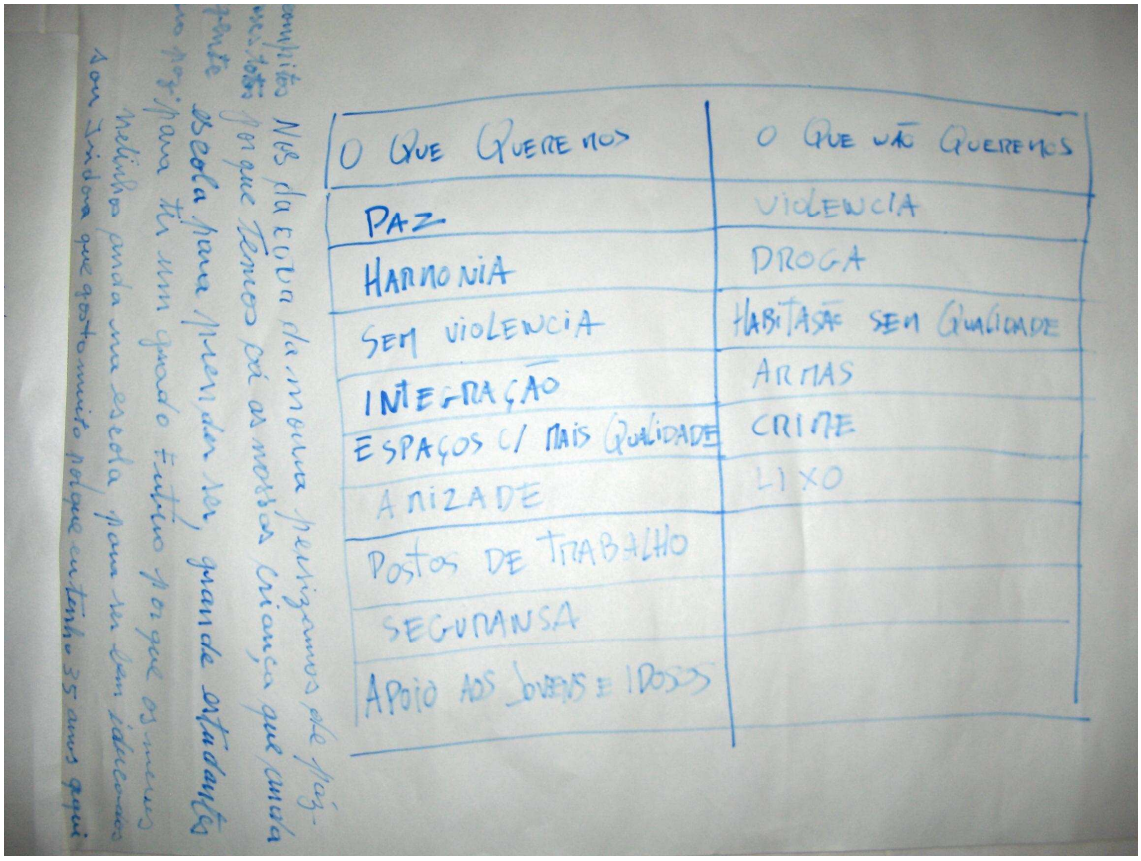
Porta-voz: Alina



Comentários:

- O grupo fez uma leitura do poster.

Porta-voz: Isidora

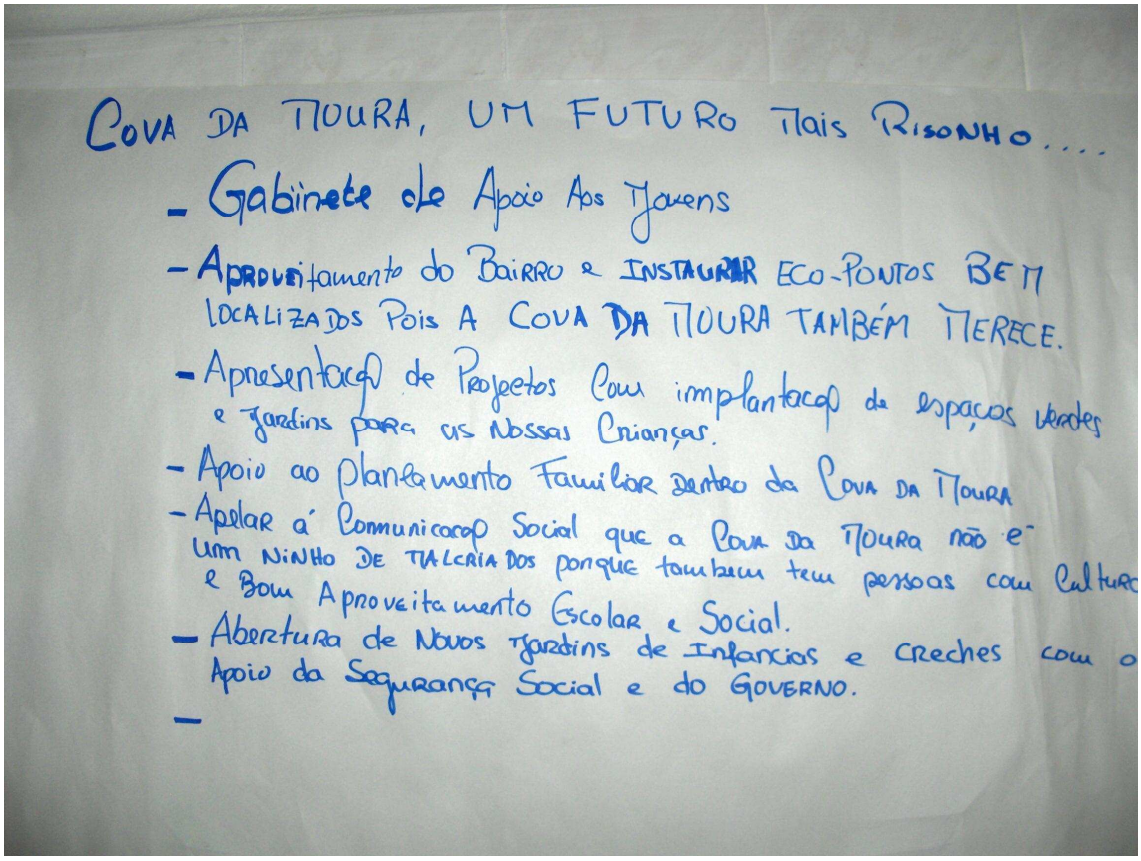


O QUE QUEREMOS	O QUE NÃO QUEREMOS
PAZ	VIOLENCIA
HARMONIA	DROGA
SEM VIOLENCIA	HABITAÇÃO SEM QUALIDADE
INTEGRAÇÃO	ARMAS
ESPAÇOS C/ MAIS QUALIDADE	CRIME
AMIZADE	LIXO
POSTOS DE TRABALHO	
SEGURANSA	
APOIO AOS JOVENS E IDOSOS	

Comentários:

- Gostamos muito da Cova da Moura, mas achamos que deve ser melhorada para ficar melhor;
- Queremos acima de tudo que exista paz, harmonia, integração das diferentes pessoas na comunidade; espaços com mais qualidade, maior número de postos de trabalho para os nossos jovens, mais segurança e apoio para jovens e idosos;
- Deve-se acabar com a violência, o crime e a droga;
- "Queremos a Cova da Moura Limpa, com Paz e sem violência nenhuma!"

Porta-voz:



Comentários:

- Achamos que deverá existir no bairro um Gabinete de apoio aos jovens que têm dificuldade em obter emprego;
- Deverá existir uma melhor localização dos eco-pontos;
- Devemos pensar também nas crianças, pelo que deverão ser criados espaços para estas;
- Deverá existir Planeamento familiar dentro do bairro;

4. Considerações Finais

A existência destes processos participativos surgem como forma de envolver todos os actores nas várias linhas metodológicas, de forma a integrá-los nas iniciativas e projectos que estejam a decorrer. Desta forma os participantes não só acabam por obter toda a informação disponível de uma forma clara e orientada ao tipo de questões colocadas, como contribuem com ideias novas, expressando as vontades dos cidadãos em geral e como tal, trazendo para o processo esta componente, usualmente omissa no processo.

A elaboração de um workshop dirigido aos jovens pretende que estes se empenhem em todo o processo de participação, contribuindo com a sua forma de pensar e agir, possibilitando uma visão mais realista das necessidades e aspirações de cada um.

É feito um agradecimento especial a todos os que participaram neste evento, colaborando de uma forma positiva e produtiva para atingir os objectivos estabelecidos à priori.

Anexo 2.3.2

Convite para o
3º *Workshop* Participativo (Jovens)

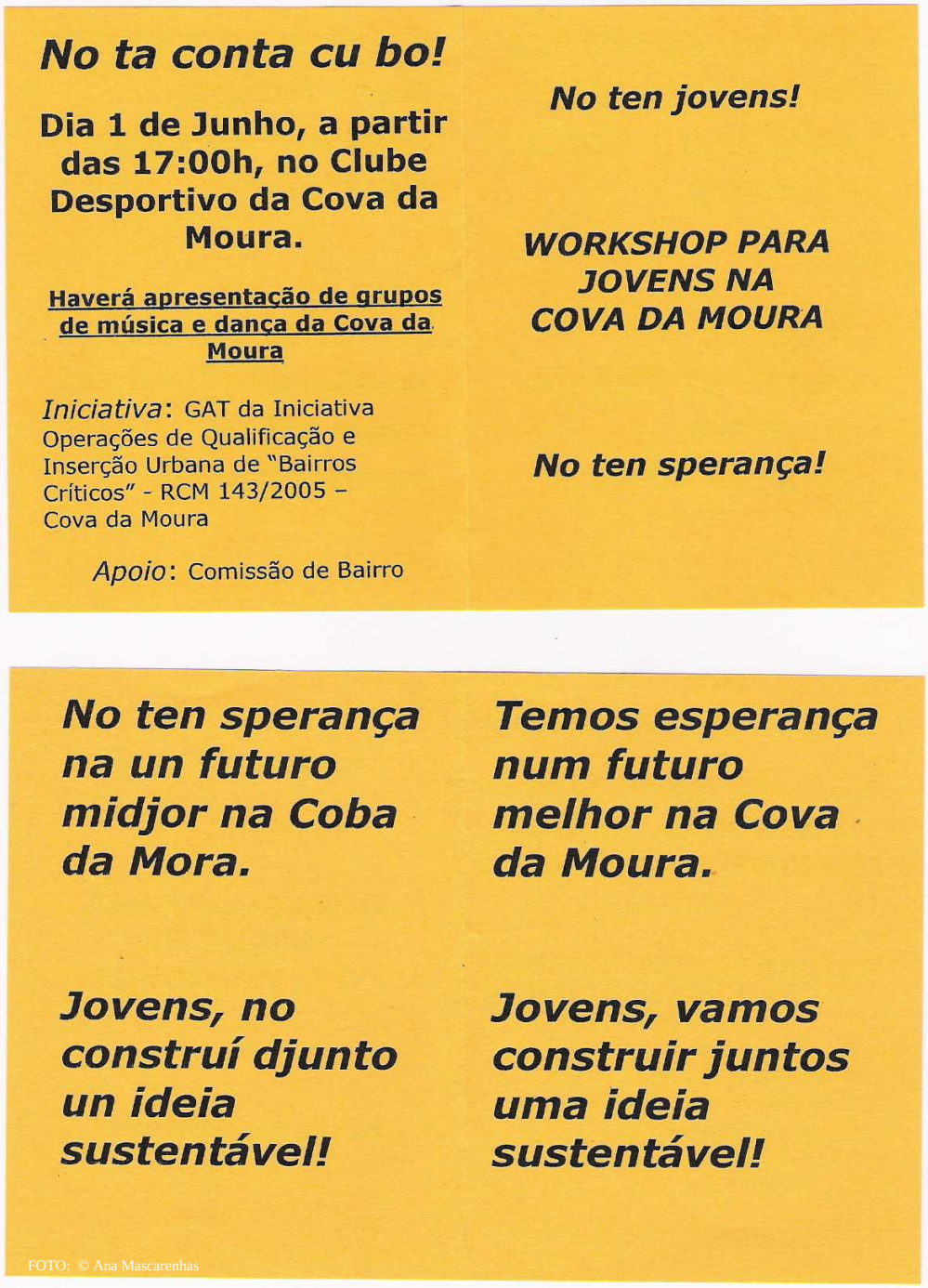


Fig. 41 - Convite para *workshop* dos jovens

Foram entregues de 1400 *flyers* às Instituições locais, pertencentes à Comissão de Bairro, que colaboram na distribuição entre os moradores da Cova da Moura.

No âmbito da Iniciativa de Requalificação de Bairros Críticos (RCM 143/2005), o Grupo de Apoio Técnico da Cova da Moura convida os Jovens, especialmente entre 15 e 30 anos, para participarem no

***Workshop* para Jovens**

a realizar-se no **dia 1 de Junho**, a partir das **17:00h**, no **Clube Desportivo da Cova da Moura**. Haverá apresentação de grupos de música e dança da Cova da Moura.

No ta conta cu bo!

Apoio: Comissão de Bairro

FOTO: © Ana Mascarenhas

Fig. 42 - Cartaz de divulgação do *workshop*

Foram afixados cerca de 20 cartazes no bairro, nomeadamente em alguns estabelecimentos comerciais e postes nas ruas de maior movimento.

Fig. 43 - Cartaz afixado no moinho

Fig. 44 - moinho

Anexo 2.3.3

Lista de Presenças
Workshop Participativo para Jovens
3º *Workshop* Participativo – 1 de Junho de 2006

Lista de Participantes

	Nome	Morada
1	Anty	Rua da Bempostinha, nº21
2	Ana Sociro	Av. Óscar Monteiro Torres, nº 11 Cv Dtº
3	Alexandre Codina	Rua do Livra, nº 75 10º Dtº, B
4	João Gabriel Veiga	Rua São Tomé e Príncipe, nº 8ª
5	Heidir Correia	Rua do Rosário, nº 1ª
6	Sandra Amaro	Rua do Sal, nº2
7	Samuel Santos	Rua das Flores, nº1ª
8	Cátia Gomes	Beco S. José, nº 6 1º
9	Silvino Furtado	Rua dos Anjos, nº11
10	Celsio Lopes	Rua do Chafariz, nº 18
11	Manuela Chandre	Rua do Moinho, nº38, 1
12	Otelindo Graça Fernandes	Rua da Glória, nº7 R/C
13	Hilton Tavares	Rua do Sal, nº15
14	Florentino Roque	Rua do Moinho, nº 12 B
15	Ana Sanches	Rua do Girassol, nº6
16	Cristina Murteira	Casa da Malta – Moinho
17	Liliana Gonçalves	Travessa Av. da República, nº 21
18	Maria José Mendonça	Rua Nova, nº3
19	Ricardo Correia	Rua de São Francisco Xavier, nº 14
20	Adilson Cláudio	Rua Carlos, nº16
21	William Tavares	Rua Principal 34ª
22	Emanul Cruz	Rua 8 de Dezembro nº21 A
23	Vanilda Fernandes	Rua da Palmeira
24	Nadia Gomes	Rua do Vale
25		
26	Francisco Alves	Projecto
27	Fernando Tavares	Rua do Colégio, nº 11 A, 1º
28	Ilídio Carmo	Clube Desportivo Cova da Moura
29	Sr. Rocha	Clube Desportivo Cova da Moura
30	Ermelindo Tavares	Rua dos Anjos, nº 17
31	Claúdia Reis Pereira	Rua Principal, nº 46
32	Arqº Pampulha	INH
33	Nuno Baessa	Beco Paul, nº 4
34	Cláudio Pinto	Rua da Glória, nº 4
35	Anabela Rodrigues	Moinho da Juventude
36	Isidora Gomes	Rua dos Anjos, nº 10 A
37	Maria Semedo	Rua Principal, nº21
38	Vânia Semedo	Rua Principal, nº 21
39	Fábia Correia	Rua 8 de Dezembro, nº 5
40	Alexandre Sanches	Rua dos Reis
41	Felisberto Gomes	Rua de São Domingos, nº2
42	Daniel Xando Smith Tavares	Rua do Girassol, nº 10
43	João Alves	Rua de Cabo Verde, nº 12 C
44	Indira Ribeiro	Beco do Paul, nº 4 B
45	Ana Cristina Varela	Rua de Cabo Verde, nº 10
46	Flávia Rocha	Rua de São Nicolau, nº4
47	Maria Sanches	Rua Nova, nº 8
48	Andreia Lamego	Rua do Outeiro, nº12
49	Rosa Rodrigues	Rua do Moinho, nº 36 1º
50	Mónica Gonçalves	Rua do Moinho, nº 36 1º
51	Carlos Gomes	Rua do Moinho, nº 43 1º
52	Rui Pereira	Esquadra de Alfragide
53	Carlos Oliveira	Esquadra de Alfragide
54	Ilídio	Rua do Rosário, nº2
55	Miguel Joana Batista	Rua Principal, nº 16
56	Rosalina Chantre	Rua dos Reis, nº 4
57	Ibrantino Freitas	Rua Jardim Escola, nº62
58	Aline Tavares	Rua do Girassol, nº 10
59	Sysa	Rua do Girassol, nº 8 A
60	Claúdia Costa	Rua Arnaldo Fernandes de Almeida, nº1

		Cv B
61	Sandra Carminda	Rua dos Anjos, nº 10
62	Helena José	Rua da Glória, nº 17
63	Carlos Medino	Rua de Santa Filomena, nº 4
64	Vânia Querido	Av. República, nº 47
65	Anilda Rosário	Rua de São Tomé e Príncipe, nº 7
66	Ana Graça	Rua de Santa Filomena, nº 14
67	Rute Fortes	Rua do Sal, nº 7
68	Kelvina Maria Fortes	Av. República, nº 41
69	Sulamita Fortes Ramos Rocha	Rua da Fonte, nº 17
70	Antónia Ramos	Rua das Hortas, nº 9
71	Albertina Ramos	Rua das Hortas, nº 9

Anexo 3.1

Ficha de inquérito ao Grupo de Parceiros Locais

FICHA TÉCNICA
INICIATIVA OPERAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO URBANA DE BAIRROS CRÍTICOS COVA DA MOURA

PAC - PERIFÉRICOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (Posto de Saúde, SEF, ACIME(programa escolhas) polícia, segurança social)
AL - ADMINISTRAÇÃO LOCAL (C. M. da Amadora, Juntas de Freguesia (Damaia e Buraca), Centro Social e Paroquial, Rede Social da Amadora)
PL - PARCEIROS LOCAIS (Moinho da Juventude, Clube Desportivo A. C. Moura, Associação dos Moradores da Cova da Moura, Santa Casa da Misericórdia da Amadora, Associação Amigos da Damaia, Associação de Solidariedade Social "Vencer"-Casal Popular da Damaia, Escola EB1, Associação de pais da EB1)
PI - PARCEIROS INDIVIDUAIS (formadores de opinião, indivíduos e órgãos de informação municipais, associação de pais da escola D. João V e da escola Pedro D´Orey)

Ficha: _____Entrevistador:_____ Local: _____
Data:__/__/_____

Dados Institucionais

Nome da Instituição:_____
Data da Fundação: _____/_____/_____ Início das Actividades no Bairro:_____/_____/_____
Morada:_____
Contactos telefónicos:_____
Responsável:_____

Dados Pessoais

Nome:_____Residente na Cova da Moura: sim__ / não__
Idade: ( )0-15 ( )16-25 ( )26-35 ( )36-45 ( )46-55 ( )56-65 ( )+65
Contactos: Telemóvel:_____ Res.:_____ Trab.:_____ e-mail:_____
Profissão: _____ Cargo: _____Tempo que pertence a esta Instituição:_____

Actividade da Instituição

1) Características das Instalações no Bairro:
_____
2) Problemas a que a Instituição tenta dar resposta:
_____
3) Expectativas relativamente a actividades futuras:
_____
4) Programas e actividades relevantes da Instituição em curso (ano de 2006):
_____
_____
5) Número de membros da Instituição:____ 6) Profissionais membros da Instituição:
_____
7) Profissionais que julga necessários e que não são membros da Instituição:
_____
8) Instrumentos/materiais relevantes de trabalho que a Instituição possui:
_____
9) Instrumentos/materiais relevantes de trabalho que faltam na Instituição:
_____
10) Os recursos financeiros que a Inst. dispõe são: ( ) suficientes ( )satisfatórios ( ) insuficientes

11) Parceiros com quem a Instituição costuma trabalhar:

_____

Trabalhos desenvolvidos há quanto tempo?
Regularidade dos contactos:
Trabalhos desenvolvidos por quanto tempo?
Regularidade dos contactos:
Quantos trabalhos/projectos que desenvolveram em comum?

_____

12) Contactos ocasionais da Instituição com outros parceiros: (Identificação dos parceiros e justificação para os contactos)

_____

13) Quais as actividades/projectos da Instituição com resultados positivos para o bairro e a sua população? Por quê? _____

14) Quais as maiores dificuldades para levar avante as actividades/projectos que implementa no bairro? _____

15) Quais as actividades menos sucedidas? Por quê?

_____

Apresentação do bairro (existência e carências):

1) Equipamentos:

_____

2) Comércio:

_____

3) Acessibilidade:

_____

4)Identificação dos "pontos/locais" percebidos como melhores/mais procurados do Bairro:

_____

5)Identificação dos "pontos/locais" percebidos como piores/mais evitados do Bairro:

_____

6)Quais as principais potencialidades associadas às populações do bairro?

_____

7)Quais os principais problemas com que estas comunidades se confrontam?

_____

8)Qual poderá ser o papel/potencial da Cova da Moura para a Amadora?

_____

9)Qual poderá ser o papel/potencial da Amadora para a Cova da Moura?

_____

Na sua opinião...

1) Problemas a que gostaria de dar resposta:

_____

2) Expectativas relativamente às actividades futuras:

_____

3) Programas e actividades relevantes da Instituição em curso (ano de 2006):

_____

4) Programas e actividades relevantes já realizados pela Instituição (anos anteriores):

_____

5) Principais dificuldades no trabalho da Instituição (na relação com o público-alvo; na relação com os parceiros; devido ao contexto do bairro, ao défice de recursos):

_____

6) Parceiros com quem a Instituição deveria trabalhar: _

_____

7) Diga até 3 palavras-chave que para si identifiquem o bairro:

_____

Anexo 3.2

Lista dos actores a entrevistar

Lista dos actores a entrevistar

PAC – Periféricos da Administração Central AL – Administração Local
PL – Parceiros Locais PI – Parceiros Individuais

Entrevistados	Entidades	PAC	AL	PL	PI
X	MAI – Subintendente **António Manuel Pereira** Comandante da Divisão da Amadora – Comando Metropolitano de Lisboa	X			
Apesar dos contactos nunca esteve disponível	CDSS – Serviço Social da Amadora **Adelaide Martins**	X			
Aguardamos envio por email como acordado	Câmara Municipal da Amadora **António Clemente**		X		
Não respondeu ao inquérito	Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social da Amadora (CLAS) –Rede Social – **Ana Teresa Calado**		X		
X	CDSS/Unidade de Acção Social do Distrito de Lisboa **Silvina Neiva**	X			
X	ME –Coordenador Educativo **Manuel Jesus M. Rocha**	X			
Não respondeu ao inquérito	MC – **Teresa Duarte** (assessora dos Instituto das Artes)	X			
X	ACIME **Jorge Nunes**	X			
X	Junta de Freguesia da Buraca C.Ribeiro **Isabel Nascimento**		X		
X	Santa Casa da Misericórdia da Amadora **Manuel Girão**			X	
X	Centro Social Paroquial de Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca – **Sofia Barbosa**			X	
X	Associação Cultural Moinho da Juventude **Anabela Rodrigues**			X	
X	Junta de Freguesia da Damaia **Adelaide Cordovil -** Assistente Social		X		
X	Associação Amigos da Damaia **Fernando Silva Rodrigues**			X	
X	Associação de Solidariedade Social "Vencer" - Casal Popular da Damaia **Elvira Maria Pereira**			X	
X	Centro de Saúde da Reboleira Ext. Damaia/Buraca Directora**: Laura Marques**			X	
X	Associação Cultural Moinho da Juventude **Lieve Meersschaert**				X
X	Associação de Moradores da Cova da Moura **Ilídio Carmo**			X	
X	Associação de Moradores da Cova da Moura **António Ferreira Horta**				X
X	Associação Clube Desportivo da Cova da Moura **Vanda Cristina Simões**			X	
X	Associação Clube Desportivo da Cova da Moura **Manuel da Graça Rocha**				X
X	Escola da Cova da Moura EB1 + JI (Agrupamento de Escolas Alice Vieira) **Fátima Cruz**			X	
Não se conseguiu contactar	Associação de Pais da Escola EB1 da Cova da Moura **Helena Luís**			X	
Não apareceu quando marcado	Escola Pedro d'Orey da Cunha - EB2 **António Gamboa**			X	
Já não se encontra no serviço	Centro de Saúde da Reboleira Ext. Damaia/Buraca **Sílvia Viegas** (Assistente Social)			X	
Não se conseguiu contactar	Associação de Pais da Escola D. João V e da Escola Pedro d'Orey da Cunha (**funcionam na morada da Escola Pedro d'Orey da Cunha**)			X	
x	Comissão Social Freguesia da Buraca **Fátima Gomes**			X	
x	SEF Inspector **Paulo Batista**	X			
Aguardamos envio por email como acordado	INH **José Carlos Travassos**	X			
Aguardamos envio por email como acordado	INH **Rogério Pampulha**	X			
Aguardamos envio por email como acordado	INH **Susana Sousa**	X			

Anexo 3.3

Relatório de inquéritos/entrevistas ao GPL
Maio 06

Relatório de Entrevistas / Inquéritos ao GPL

Este relatório foi efectuado com base nos resultados dos inquéritos e entrevistas realizados aos actores-chave no Bairro do Alto da Cova da Moura, área de intervenção proposta pela *Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos*.

O relatório caracteriza, tanto quanto possível a Cova da Moura, através de inquéritos e entrevistas ao GPL, visando esclarecer quanto aos seguintes itens, apontados na Proposta de Intervenção Participada Sócio-Territorial:

1) parcerias, lideranças e tecido associativo no terreno;
2) competências escolares e profissionais;
3) projectos de intervenção social que directa ou indirectamente incidam sobre a área;
4) barreiras sociais;
5) integração dos imigrantes residentes na Cova da Moura na sociedade portuguesa;
6) animação do espaço público do bairro que contribuam para a quebra de barreiras urbanísticas e para a promoção de actividades e vivências colectivas; e
7) outros (exemplo: palavras-chave).

Esta análise recorreu às metodologias qualitativas interpretativas dos comentários registados nos guiões de parceiros, extrapolando as impressões individuais de modo a construir um quadro global sobre a zona de estudo.

1) Parcerias, lideranças e tecido associativo no terreno

A Cova da Moura possui um tecido associativo consolidado no terreno. Há diversos exemplos de experiências realizadas pelas associações locais e também em parcerias com entidades de fora do bairro. Algumas destas parcerias encontram-se elencadas na sequência:

- *Centro de Saúde da Reboleira em conjunto com*: Câmara Municipal da Amadora, Junta de Freguesia, Santa Casa de Misericórdia, Hospital Fernando Fonseca, Faculdade de Medicina, Escolas de Enfermagem, Instituto Superior de Psicologia Aplicada e a restante rede social do concelho da Amadora;
- *Santa Casa de Misericórdia da Amadora em conjunto com*: Instituto de Segurança Social, Câmara Municipal da Amadora, Paróquia da Amadora, Paróquia da Buraca, Moinho da Juventude, Ministério da Educação, Associação de Moradores da Cova da Moura através da Comissão de Bairro e Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura nas festas de Natal;
- *SEF(Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) em conjunto com*: Moinho da Juventude, ACIME (Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Inspecção-Geral do Trabalho, Segurança Social, restantes Forças de Segurança;
- *Associação dos Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura em conjunto com*: Câmara Municipal da Amadora, Junta de Freguesia, Escola Básica do 1º Ciclo da Cova da Moura (EB1), Moinho da Juventude, Paróquia, Associação dos

Moradores do Zambujal, Centro de Emprego da Amadora, Polícia Judiciária, Bombeiros, PSP;

- *Escola EB1 e JI da Cova da Moura em conjunto com*: Moinho da Juventude, Associação do Clube Desportivo da Cova da Moura, Igreja Evangélica, Câmara Municipal da Amadora, Junta de Freguesia, Associação Académica da Amadora, Centro de Saúde da Buraca;
- *Centro Social e Paroquial Nossa Senhora Mãe de Deus da Buraca em conjunto com*: Centro de Saúde da Buraca, Moinho da Juventude, Santa Casa de Misericórdia da Amadora, Comandante da PSP Amadora, Câmara Municipal da Amadora, Junta de Freguesia da Buraca, Comissão de Bairro, Comissão Social de Freguesia, Rede Social, Segurança Social;
- *Unidade de Acção Social de Lisboa* costuma trabalhar com todos os parceiros que intervém na acção social. Contribui com financiamentos às instituições como o Moinho da Juventude;
- *P.S.P. costuma trabalhar com*: Moinho da Juventude, Clube Desportivo, Associação de Moradores, Infantário S. Gerardo, Escola EB1 e JI, Câmara Municipal da Amadora;
- *Junta de Freguesia da Buraca com*: Câmara Municipal da Amadora, Centro de Saúde, Bombeiros, PSP, com todos os parceiros locais de forma geral;
- *Associação de Solidariedade Social "Vencer" – Casal Popular Damaia com*: Moinho da Juventude, Junta de Freguesia da Damaia, Centro de Saúde, Câmara Municipal da Amadora, Gabinete Social, com todas as instituições, de forma geral;
- *Junta de Freguesia da Damaia com*: ATL São Gerardo, Escola EB1/JI Cova da Moura, ATL São Francisco Assis, Associação de Moradores e Moinho da Juventude;
- *Associação Clube Desportivo da Cova da Moura com*: ACIME, Centro de Emprego da Amadora, Legião da Boa Vontade, IPJ, INATEL, bancos, hipermercados, editoras e CP
- *Associação Cultural Moinho da Juventude*: Centro de Emprego, a Câmara Municipal da Amadora, Juntas de Freguesia, Centro Regional da Segurança Social, ACIME, Ministério da Educação, universidades, entre outras instituições. Ocasionalmente, também há troca de informações e intercâmbios com instituições em Espanha, Brasil, França, Bélgica, Itália, Alemanha, Eslovénia, África do Sul, Gana e Índia. O Moinho possui, ainda protocolos/acordos com a Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, SEF e Instituição de Reinserção Social.

Segundo António Silva (Centro de Saúde da Reboleira), ***"é fácil a relação com os parceiros"***.

Além da boa relação com os parceiros, é importante mencionar que, segundo Laura Marques (Centro de Saúde da Reboleira), ***"há comunicação e empenhamento por parte de muitos <u>habitantes</u> do bairro, havendo uma ligação harmoniosa entre estes e as instituições que os apoiam, o que proporciona um ambiente saudável."*** (sublinhado nosso)

2) Competências escolares e profissionais

Competências escolares

A Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância da Cova da Moura é o único equipamento público colectivo do bairro, segundo a Directora Fátima Cruz. Constitui, portanto, um espaço potencial de articulação entre todos os interesses locais. A escola possui cerca de 250 alunos. O insucesso escolar é causado por dificuldades gerados pelo início tardio. Além disso, as crianças serem alfabetizadas em uma língua (português) que não é a materna (crioulo), acresce as dificuldades no aprendizado. Dos alunos, 60% têm o crioulo como língua materna. Ainda segundo F.C., as raparigas avançam mais, algumas chegando à Universidade, mas os rapazes normalmente não passam do 2.º ano.

Entretanto, o trabalho dos Mediadores Sociais, ajudando o corpo docente a compreender melhor os alunos e funcionando como ponte de entendimento com as famílias, tem ajudado a reverter este quadro. Os mediadores ajudam a tratar os alunos doentes e a evitar faltas. Um dos requisitos para ser mediador, neste caso, é falar crioulo.

Outro aspecto relevante tem a ver com todo o apoio informal dado pela EB1 à comunidade local, sempre que solicitado. Algumas mães, por não saberem ler e escrever, apostam muito na educação dos filhos, e acabam por delegar funções às professoras. "A professora é a segunda mãe". Há uma relação mais íntima dos professores com os moradores, para além da relação profissional.

A Escola Secundária Pedro D´Orey da Cunha tem cerca de 500 alunos, sendo que 70%, aproximadamente são caboverdianos (de acordo com a um funcionário da escola) e grande parte destes moram na Cova da Moura. Para o Presidente do Conselho Executivo da escola, é preciso cativar as famílias para a escola, pois, para grande parte dos cabo-verdianos, a escola é local de entrega dos filhos, de substituição da família.

A Escola Secundária D. João V exerce também um papel importante na formação escolar dos jovens da Cova da Moura, uma vez que acolhe crianças e jovens daquele bairro. Além disso, em parceria com o Moinho da Juventude, a Escola D. João V apoiou o curso de Mediadores Sociais, que foi proposto como Currículo Alternativo ao Ministério da Educação, no âmbito do Ensino Recorrente, e seis formandos tiveram equivalência ao 9.º ano de escolaridade.

Competências Profissionais

MOINHO DA JUVENTUDE

No que concerne às competências profissionais no bairro, o Moinho da Juventude é uma instituição que cria trabalho/emprego para a população, além de a apoiar. A Instituição é reconhecida pelos seus projectos destinados a estreitar as ligações entre pais, familiares, Creche, Creche Familiar, Jardim-de-infância, PULO, ATL.

O Moinho da Juventude, pretende dar respostas a várias questões ligadas a formação profissional dos jovens. Neste sentido, muito tem feito para o reconhecimento da carreira de Mediador sócio-cultural, curso profissionalizante ministrado pelo Moinho.

O Gabinete de Apoio e Aconselhamento Parental "O PULO" promove acções de Formação para Pais em conjunto com outras valências do sector escolar. O Moinho da Juventude espera que a aprovação do Alargamento da Formação Parental "O PULO" para outros bairros permitam a continuação deste trabalho.

O Projecto SABURA conta com a colaboração dos mediadores que irão colaborar no desenvolvimento do Roteiro das Ilhas, sendo responsáveis pela recolha de histórias de vida dos moradores do bairro. Iniciado em 2004, este projecto visa promover o turismo no Alto da Cova da Moura. **A Resolução do Conselho de Ministros de 7/9/2005 abre novas perspectivas a nível da Requalificação do bairro. Sabura pretende investir e dinamizar a participação dos moradores neste processo em conjunto com a Comissão de Bairro**.

O curso de Formação de Auxiliares de Acção Educativa, no âmbito do PORLVT (Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo), com duração de Abril de 2005 a Dezembro de 2006, permite uma saída profissional em Acompanhante de Crianças e simultaneamente a obtenção do 9.º de escolaridade. A área profissional deste curso é a de Serviços e Apoio a Crianças e Jovens.

O financiamento pela Iniciativa Comunitária URBAN II da Câmara Municipal da Amadora, permitiu o curso de formação profissional com início em Outubro de 2005 e previsão de término em Agosto de 2006. Este curso permite uma formação profissional na área da mediação e simultaneamente a obtenção do 9.º ano.

O Projecto Cegonha, também no âmbito do Programa Comunitário URBAN II e da Câmara Municipal da Amadora, em parceria com a Associação Cultural Moinho da Juventude, consistiu numa formação com o objectivo no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais. O objectivo é o de encaminhar as mães para a escola, para a formação profissional, para cursos ou para estágios.

A formação permanente e contínua das amas que trabalham nas Creches do Moinho da Juventude, visam promover o acompanhamento adequado não só às quatro crianças por quem cada uma delas assume a responsabilidade de promover o desenvolvimento integral, como também para assumirem o papel de elemento promotor do desenvolvimento e de formação dos pais e familiares das crianças. Esta formação utiliza-se de uma metodologia interactiva e que tem por base a experiência de cada uma e do grupo no geral.

O Núcleo de Jovens visa prevenir os comportamentos desviantes através da ocupação de tempos livres. As actividades desenvolvidas procuram capacitar os jovens na vertente escolar, na música, dança, na expressão escrita e oral, nas novas tecnologias, nas artes plásticas, design e vídeo, no marketing e promoção e ainda na parte desportiva.

Há ainda Actividades Transversais que são feitas por todos os jovens que participam nas actividades do Moinho e são uma fonte de fomentar as actividades Inter-núcleos e a proximidade com outras organizações.

A ideia do Congresso de jovens, de acordo com o relatório de actividades do Moinho da Juventude, é uma ambição cujo objectivo é começar a unir os esforços de modo a criar uma verdadeira força juvenil no bairro, onde através de uma reunião darão o seu contributo para os planos e a Requalificação do Bairro.

Através do UNIVA, uma de suas sedes, o Moinho, aposta no intercâmbio com Instituições Empregadoras, Centros de Formação e Centros de Emprego, divulgando as propostas de emprego e de formação profissional.

O Moinho da Juventude também é parceiro no Projecto EQUAL, que tem como um dos seus objectivos criar estratégias de envolvimento e mobilização das empresas para a inserção de públicos desfavorecidos.

Ainda, o EQUAL-**D**IVER**C**IDADE é um projecto que aspira o *empowerment* das populações imigrantes e minorias étnicas possibilitando a sua participação equitativa e igualitária na sociedade em geral, dispondo de capacidades acrescidas para apoiar os percursos de inserção socioprofissional, o que implica o desenvolvimento de instrumentos melhorados em matéria de acompanhamento dos percursos de inserção, de validação de competências adquiridas e de estratégias de envolvimento e (co)responsabilização dos diversos actores locais (peritos de experiência). O projecto será articulado com o projecto *Nautilus*. Um dos principais objectivos do projecto é atenuar desvantagens funcionais e promover empregabilidade junto dos imigrantes, descendentes e ciganos de forma a facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Também o EQUAL – EMPREGO APOIADO é um projecto que aposta na disseminação do modelo de Emprego Apoiado e nos produtos produzidos pelo projecto Emprego Apoiado, junto de técnicos, organizações que intervêm com pessoas em situação de desvantagem e representantes de pessoas em situação de desvantagem, no sentido de promover a sua inserção social e profissional.

ACIME

O Programa ESCOLHAS, financiado pelo ACIME, permitiu auxiliar o desenvolvimento do bairro. Segundo Jorge Nunes (ACIME), o programa teve impacto ao nível da profissionalização dos jovens. Entretanto, aponta as falhas nas actividades do Programa ESCOLHAS às parcerias.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA AMADORA

A Santa Casa, em anos anteriores, desenvolveu programas e actividades relevantes, no âmbito da formação profissional. O Programa *Equal* – "Rumos de Futuro", que consiste na integração de ex-reclusos no mercado de trabalho, sendo um programa que persiste na actualidade. O Programa *Clique Solidário* (para info-excluídos), que à semelhança do "Rumos de Futuro", também ainda se realiza. E ainda o Programa *Inserção – Emprego*.

CLUBE DESPORTIVO DO ALTO DA COVA DA MOURA

O Clube Desportivo, através dos cursos de informática, colabora com a formação profissional dos jovens da Cova da Moura.

JUNTA DE FREGUESIA DA BURACA

Dentre os vários programas e actividades relevantes da Junta de Freguesia da Buraca em curso (ano de 2006), a formação de técnicos é uma referência na formação profissional que pode beneficiar os moradores da Cova da Moura.

CONSIDERANDOS FINAIS:

As competências profissionais no bairro centram-se na Associação Cultural Moinho da Juventude.

A comprovada experiência em projecto de formação profissional e inserção dos jovens no mercado de trabalho que o Moinho da Juventude adquiriu ao longo de sua existência, permite assegurar capacidades técnicas e recursos humanos suficientes para suportar a responsabilidade de cooperar com novos projectos que visem a formação profissional e geração de empregos aos moradores da Cova da Moura, no âmbito da Iniciativa dos Bairros Críticos.

Entretanto, dentro do bairro, também o Clube Desportivo tem experiência na formação profissional, através da formação nos cursos de informática, cursos que valorizam os *curricula* dos associados.

Outras instituições de fora do bairro, mas ligadas a este através de várias actividades e programas de parcerias, revelam também potencial enquanto competências na formação profissional para os moradores da Cova da Moura, nomeadamente, ACIME, Junta de Freguesia da Buraca e Santa Casa de Misericórdia da Amadora.

3) Projectos de intervenção social que directa ou indirectamente incidam sobre a área

Há vários projectos de intervenção social promovidos pelas entidades que actuam no bairro Cova da Moura. Passamos a citá-los, de acordo com a identificação efectuada pelo GPL:

- CENTRO DE SAÚDE DA REBOLEIRA: Programa de saúde escolar, saúde infantil, saúde materna, programa de infecções de transmissão sexual. Médico de família. Projecto Cegonha, Cidades saudáveis, Viver com o VIH, Projecto Promotores de Saúde VIH, Caminhos, Urban, Equal, Escolhas, APAV;
- SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA AMADORA: Abertura do Centro de Fisioterapia no lar. Construção do Parque Infantil na creche. Programa de informática *Clique Solidário*. UNIVA – criação de luta contra a pobreza, nomeadamente através da creche e do programa informática para todos. Loja de atendimento social multidisciplinar no centro da Amadora. Equal;
- SEF: Programa Revitalização de Apoio ao Público, no posto móvel do SEF no Moinho da Juventude;
- ESCOLA EB1/JI DA COVA DA MOURA: Campanhas de saúde. URBAN;
- MOINHO DA JUVENTUDE: New Oportunities for Women, do fundo social europeu. URBAN;
- CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS DA BURACA: URBAN II, Programa de Apoio à Integração de Idosos – PAII;

- UNIDADE DE ACÇÃO SOCIAL DE LISBOA: Rendimento Social de Inserção – RSI. Programa PARES. Complemento solidário para o idoso;
- ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS – ACIME: Programa ESCOLHAS. Financiamento de associações presentes no bairro: Moinho da Juventude e Clube Desportivo;
- PSP: Patrulha localizada, sempre com os mesmos elementos, de forma a criar laços com moradores, numa perspectiva de aproximação ao bairro. Acções de formação com as instituições. Policiamento preventivo. Projecto Escola Segura;
- JUNTA DE FREGUESIA DA BURACA: Peddy Paper que beneficiou algumas crianças da Cova da Moura;
- ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL "VENCER" – CASAL POPULAR DA DAMAIA: Programa de mães adolescentes com Moinho da Juventude;
- JUNTA DE FREGUESIA DA DAMAIA: URBAN, ***"A Junta de Freguesia não tem uma intervenção muito directa no bairro, até porque só uma pequena parte do bairro faz parte da Damaia"*** (Adelaide Codovil).

Cabe ressaltar que apesar do sucesso de muitos projectos de intervenção social no terreno, alguns projectos encontraram dificuldades para levar avante suas actividades por causas diversas, nomeadamente: diferentes expectativas entre as instituições e os moradores do bairro. Este obstáculo à implementação de algumas acções no bairro foi apontado por instituições ligadas à saúde (Centro de Saúde da Reboleira), alegando que as necessidades da população são essencialmente a nível de emprego e habitação. O Director Geral da Santa Casa de Misericórdia da Amadora informa que ***"o Lar recebe sobretudo pessoas não residentes na Cova da Moura. Talvez por falta de informação ou de diferenças de mentalidade em relação à população mais envelhecida, por parte dos residentes na Cova da moura, que são essencialmente imigrantes."***

4) Barreiras sociais

Não obstante as barreiras sociais resultantes da dificuldade de integração da população da Cova da Moura na sociedade portuguesa devido aos problemas de legalização, diversidade cultural (embora este factor tenha também o lado positivo enquanto recurso cultural da região), desemprego, entre outros, a actuação dos media tem contribuído para acentuar uma imagem negativa do bairro, muitas vezes numa procura de sensacionalismo. Neste sentido, são claros os esclarecimentos fornecidos por alguns parceiros:
"O Bairro não cria tantos problemas como se diz na comunicação social". António Silva, Delegado de Saúde do Centro de Saúde da Reboleira.
"O entendimento das pessoas neste momento é um "entrave" para a Cova da Moura" Elvira Pereira, Associação de Solidariedade Social "Vencer".

Frequentemente, a impressão inicial que as pessoas de fora têm sobre a Cova da Moura é negativa e baseada no conhecimento através dos media. Entretanto, após um contacto directo com as pessoas do bairro, verifica-se que, de facto, há um excesso da comunicação social em apontar os problemas o que acaba por ocultar as qualidades do bairro. Esta foi a conclusão de alguns dos membros da equipa que tiveram pela primeira vez contacto com o bairro, quando entrevistaram alguns dos parceiros locais desta Iniciativa. Neste sentido:
"A visita ao Bairro da Cova da Moura correu melhor do que as minhas expectativas!...As pessoas com quem falamos foram impecáveis." G.M.

As fichas de inquérito e entrevistas aos parceiros locais permitem confirmar a imagem negativa que tem quem não vive e nem convive no bairro; enquanto se verifica uma imagem positiva de quem não vive no bairro, mas tem constante contacto com o bairro e com as pessoas que lá vivem, estes vêem o bairro como um potencial. Por outro lado, quem não vive e não tem contacto com o bairro ou com pessoas que lá vivem, vêem a Cova da Moura como um problema.

"Há descrédito em relação ao valor da Cova da Moura tal como ela é, como um património a salvaguardar. O que faz crer que só quem pertence ao bairro pode realmente sentir que existe ali património histórico e cultural, o que é aparentemente difícil de transmitir ao exterior." G.M.

Outra barreira ao desenvolvimento social da Cova da Moura reside na insuficiência de diversos tipos de recursos, de acordo com informações recolhidas junto ao GPL. Por um lado financeiros e por outro referente a carência de instrumentos e materiais relevantes de trabalho, como ainda de profissionais necessários ao melhor desempenho de algumas instituições. Por exemplo:

- *CENTRO DE SAÚDE*: Médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, higienista oral, técnicos de saúde ambiental, carros, motoristas, materiais técnicos, e outros;
- *SANTA CASA DE MISERICÓRDIA*: Técnico de serviço social, psicólogo, animador, material informático, material pedagógico, equipamentos de transporte, material de reabilitação, e outros;
- *ASSOCIAÇÃO DE MORADORES*: Apoio Administrativo, apoio técnico em arquitectura e engenharia, salão multiusos, instalações adequadas e outros;
- *ESCOLA EB1/JI DA COVA DA MOURA*: Assistente social, mediadores, animadores, balizas e tabelas de basquetebol, insegurança na envolvente da escola e outros;
- *MOINHO DA JUVENTUDE*: Psicólogos, treinadores, assistente social, economista, contabilista, voluntários (estagiários de arquitectura), pavilhão desportivo, carrinhas, garagem, ampliação do espaço físico, salas de formação e de ginástica, melhorias em termos de electricidade nas instalações e outros. Foi mencionada, por vezes, a falta de apoio da administração central;
- *CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA BURACA:* Sociólogos, educadores sociais, assistente social, educadores de infância, gestor, animadores culturais, técnicos em geral, carrinhas, espaço físico, materiais didácticos, cadeiras de rodas e outros;
- *UNIDADE DE ACÇÃO SOCIAL DE LISBOA*: Educadores sociais na área das famílias com crianças em risco, mediadores sócio-culturais, instalações da Segurança Social dentro do bairro e outros;
- *ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL "VENCER" – CASAL POPULAR DAMAIA*: Psicóloga, Técnica de serviço social, material informático e desportivo, melhores instalações, viatura, equipamento de cozinha;
- *JUNTA DE FREGUESIA DA DAMAIA*: faltam equipamentos de desporto para jovens, as creches não são suficientes;
- *ASSOCIAÇÃO CLUBE DESPORTIVO DA COVA DA MOURA*: pavimentos, novo pavilhão para creche, melhorar o bar/restaurante.

Por fim, a <u>falta de informação da população</u> da Cova da Moura constitui uma barreira que dificulta o acesso aos serviços disponibilizados aos moradores.

Neste sentido, lamenta o Sub-Director Regional do SEF, Paulo Batista, que identifica como ***"Uma das maiores dificuldades para levar avante as actividades que implementam no bairro é a falta de informação das pessoas em relação às leis e aos seus mecanismos"***.

Quanto à legalização:
Conforme informou o Sub-Director Regional do SEF, Paulo Batista, ***"A maior parte dos imigrantes da Cova da Moura são legalizáveis. Muitas situações de ilegalidade estão relacionadas com o deixar caducar a autorização de residência"***. Além disso, até agora, as exigências de documentos para a legalização têm sido complexas, criando dificuldades de ter todos os documentos válidos atempadamente, como referido por alguns parceiros.

Os imigrantes podem legalizar a sua situação através do Programa Revitalização de Apoio ao Público, com visita ao bairro Cova da Moura, a partir de 12 de Abril, no posto móvel do SEF no Moinho da Juventude.

Quanto ao acesso à saúde e à educação:
Segundo o Director Geral da Santa Casa de Misericórdia, ***"os moradores da Cova da Moura sentem a instituição como sendo do concelho, e não uma instituição do bairro"***.

Segundo António Silva (Centro de Saúde da Reboleira), ***"até aos 13 anos o facto de se estar ou não legal num determinado país não impede o acesso à saúde e à educação"***, o que não é, muitas vezes, do conhecimento das populações locais, que acabam por não recorrer a estes serviços. Isso reforça a ideia de que há falta de informação sobre os direitos da população do bairro que se encontra em situação irregular no país, e por este motivo não procura, frequentemente, os serviços de saúde ou de educação para crianças com até 13 anos de idade.

5) Integração dos imigrantes residentes na Cova da Moura na sociedade portuguesa

Uma das principais barreiras que os imigrantes residentes na Cova da Moura enfrentam na tentativa de integrarem-se na sociedade portuguesa é a questão da legalidade, e os procedimentos que esta implica. Neste sentido, algumas entidades que actuam naquela zona de estudo reforçam esta ideia:

"Expectativa relativamente às actividades futuras: Legalização das pessoas." António Silva, Delegado de Saúde do Centro de Saúde da Reboleira.
"Problemas a que gostaria de dar resposta: resolver o problema da legalização, nomeadamente o da regularização de estrangeiros." Paulo Batista, SEF.

De acordo com os registos, a Cova da Moura possui potencialidades para a sociedade portuguesa. Passamos a citar algumas:

1) Recursos Humanos – população activa.
"***A Cova da Moura possui um papel importante enquanto fornecedora de mão-de-obra, uma vez que a taxa de natalidade naquele bairro é elevada."*** (António Silva, Centro de Saúde da Reboleira).

"Maioritariamente mão-de-obra de que o país necessita. Grande parte dos residentes encontram-se em idade de trabalhar." (Paulo Batista, SEF).
"Somos 6000 habitantes, havendo muita gente que vai para lá (Amadora) trabalhar". (Ilídio Carmo, Associação de Moradores).
"Pessoas trabalhadoras, o espaço bem organizado tem muito potencial, têm boa gente" (Elvira Pereira, Associação de Solidariedade Social "Vencer")

2) Recursos Culturais – gastronomia, dança, música, pinturas, e outros.
"Diversidade cultural e a capacidade de aguentar e trabalhar." (Fátima Cruz, EB1)
"No futuro, a sensibilidade, a cultura, o dinamismo e a criação de emprego" (Lieve Meersschaert, Moinho da Juventude)
"A Cova da Moura pode vir a ser o que Alfama é para Lisboa: Turismo." (Lieve Meersschaert, Moinho da Juventude)
"Forte sentido de comunidade, multiculturalidade" (Manuel Rocha, Associação de Moradores)
"Poderia tornar-se num bairro típico, considerando seu potencial turístico e cultural" (António Horta, Associação de Moradores)
"Associativismo com história." (Jorge Nunes, ACIME)
"A Cova da Moura deveria ser alvo de uma recuperação e não de uma demolição. O bairro tem potencial que deveria ser aproveitado." (Jorge Nunes, ACIME)
"Pode ser um cartão de visita do Concelho da Amadora" (Elvira Pereira, Associação de Solidariedade Social "Vencer")

Para ajudar a comunidade da Cova da Moura, Laura Marques (Centro de Saúde da Reboleira) acredita que deve haver maior captação do público, especialmente os adolescentes que não vão nem ao centro de saúde nem ao centro de atendimento de adolescentes. Para tal, a médica refere a necessidade da existência de trabalhadores locais que incentivem os adolescentes a frequentar o centro de saúde e o atendimento. Ressalta ainda a necessidade de um conhecimento mais profundo por parte dos funcionários do Centro de Saúde sobre a cultura africana, cultura dominante no bairro, principalmente no que diz respeito à gravidez adolescente que, segundo a médica, é mais aceite nessa comunidade e não é encarado como um problema.

6) Animação do espaço público do bairro que contribua para a quebra de barreiras urbanísticas e para a promoção de actividades e vivências colectivas

Os Cafés da Rua Principal e o Moinho da Juventude apresentam-se como um dos locais mais procurados para promoção de actividades e vivências colectivas no Bairro.

Entretanto, urge alertar que também constituem locais mais procurados no bairro, embora sejam vistos também como pontos a evitar, o Largo da Bola. ***"A Cova da Moura herdou pessoas do Casal Ventoso"***, revela A. S., referindo-se ao facto de o tráfico de drogas que existia no Casal Ventoso ter sido deslocado para a Cova da Moura. Também a Directora da Escola da Cova da Moura apresenta a Rua do Vale como o local mais procurado por causa do tráfico de drogas e, por outro prisma, apresenta a Rua do Vale como o local mais evitado por causa do tráfico de drogas. Ainda, Sofia Barbosa (Centro Paroquial) e Manuel Rocha (Ministério da Educação), identificam a Rua Principal como local percebido como melhor/mais procurado do bairro – durante o dia – e pior/mais evitado do bairro – durante a noite.

Por outro lado, serviços como Cabeleireiros especializados constituem uma oferta especializada no bairro, sendo inclusive procurados por africanos a viverem noutras áreas da região de Lisboa.

A diversidade cultural aliada à população jovem do bairro constitui um recurso cultural que promove actividades ligadas à música e à dança. Para Manuel Rocha (Ministério da Educação), o número de jovens e a diversidade étnica do bairro são potencialidades que podem ser capacitadas e servir de exemplos a outros bairros degradados, através do enriquecimento demográfico e cultural.

Também a culinária africana constitui um atractivo aos restaurantes existentes no local. Pratos como a Cachupa, a Moamba, e outros, são procurados por grupos de fora do bairro, que se deslocam à Cova da Moura, embora ainda em pequena escala.

Curiosamente, embora a envolvente ofereça um leque diversificado de actividades, nomeadamente a Associação Amigos da Damaia que tem actividades e serviços como ATL, aulas de karaté, ginástica aeróbica, dança, ballet, hip hop e judo, apenas um número muito restrito de jovens da Cova da Moura os utilizam. Isto leva-nos a pensar, que embora possa ser um problema de falta de informação, não parece haver grande abertura a este tipo de uso, por parte desta associação. Cabe ressaltar que a Associação Amigos da Damaia não tem parcerias com outras entidades nem pratica qualquer tipo de actividades dentro do bairro da Cova da Moura.

7) Outros

Mapa de impressões dos inquiridos.
Quando questionados sobre 3 palavras que identificassem a Cova da Moura, os inquiridos responderam aleatoriamente. A sistematização das respostas encontra-se no quadro abaixo:

Palavras identificadas *Aspectos positivos*	**Número de ocorrências**	**Palavras identificadas** *Aspectos negativos*	**Número de ocorrências**
Diversidade/Multicultural/ Multiculturalidade/Multiracial	**XXXXX**	Drogas/Tráfico	**XX**
Esperança/Com futuro	**XXXX**	Desorientação	**X**
África/Saudade/Cor	**XXX**	Isolamento	**X**
Alegria/Sorrisos/Vida	**XXX**	Lágrimas	**X**
Ímpar/Característico/ Genuíno	**XXX**	Gordo	**X**
Potencialidades	**XXX**	Sobre-valoração	**X**
Parcerias	**XX**	Incerteza	**X**
Solidariedade/Fraternidade	**XX**	Feio	**X**
Alto	**X**	Mau	**X**
Assim-assim	**X**	Medo	**X**
Bairro	**X**	Pobreza	**X**
Bom	**X**	Problemático	**X**
Estima	**X**	Fechado	**X**
Habitação	**X**	Risco	**X**
Integração	**X**	Sangue	**X**
Mudança	**X**	Violência	**X**
Razão	**X**	Suor	**X**
Realismo	**X**		
Solução	**X**		
Vitória	**X**		

Referências

O relatório foi elaborado com base nos inquéritos/entrevistas realizados com os seguintes entidades:

António Silva (Centro de Saúde da Reboleira);
Manuel Girão (Santa Casa de Misericórdia da Amadora);
Paulo Batista (SEF);
Ilídio Carmo (Associação dos Moradores);
Fátima Cruz (Escola EB1 e JI);
Lieve Meersschaert (Moinho da Juventude);
Manuel Rocha (Clube Desportivo);
Paula Barbosa (Centro Paroquial);
António Horta (Associação de Moradores);
Manuel Rocha (Ministério da Educação);
Silvana Neiva (Acção Social de Lisboa);
Jorge Nunes (ACIME);
António Pereira (PSP);
Fernando Rodrigues (Associação Amigos da Damaia);
Laura Marques (Centro de Saúde da Reboleira);
Isabel Nascimento/Maria Serrano (Junta de Freguesia da Buraca);
Elvira Pereira (Associação de Solidariedade Social "Vencer" – Casal Popular da Damaia);
Adelaide Codovil (Junta de Freguesia da Damaia);
Anabela Rodrigues (Associação Cultural Moinho da Juventude);
Susana Sousa (INH);
Vanda Simões (Associação Clube Desportivo Cova da Moura).